

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023	8
DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022	9
Demonstração de Valor Adicionado	10

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023	18
DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022	19
Demonstração de Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	89
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	90
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	91

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	601.927.311
Preferenciais	0
Total	601.927.311
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	6.359.912	5.699.580
1.01	Ativo Circulante	545.355	395.192
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	87	35.056
1.01.02	Aplicações Financeiras	516.016	352.000
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	516.016	352.000
1.01.06	Tributos a Recuperar	26.806	8.045
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	26.806	8.045
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	26.806	8.045
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.446	91
1.01.08.03	Outros	2.446	91
1.01.08.03.01	Cauções e Depósitos Vinculados	661	0
1.01.08.03.03	Outros ativos	1.785	91
1.02	Ativo Não Circulante	5.814.557	5.304.388
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.961	975
1.02.01.07	Tributos Diferidos	5.887	966
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	74	9
1.02.01.10.03	Cauções e Depósitos Vinculados	74	0
1.02.01.10.06	Outros ativos	0	9
1.02.02	Investimentos	5.806.064	5.300.840
1.02.02.01	Participações Societárias	5.806.064	5.300.840
1.02.03	Imobilizado	1.313	2.460
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	1.311	2.460
1.02.03.02.01	Direito de Uso de Terreno Arrendado	1.311	2.460
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	2	0
1.02.04	Intangível	1.219	113
1.02.04.01	Intangíveis	1.219	113
1.02.04.01.05	Software e Outros Intangíveis	1.219	113

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	6.359.912	5.699.580
2.01	Passivo Circulante	35.851	47.477
2.01.02	Fornecedores	374	598
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	374	598
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.195	479
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.195	479
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	2.195	479
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	14.941	40.062
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	8.967	1.033
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	8.967	1.033
2.01.04.02	Debêntures	5.974	39.029
2.01.05	Outras Obrigações	17.678	6.338
2.01.05.02	Outros	17.678	6.338
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	147	147
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	1.621	3.343
2.01.05.02.08	Instrumentos financeiros derivativos	14.433	1.485
2.01.05.02.09	Passivo de arrendamento	1.477	1.363
2.01.06	Provisões	663	0
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	663	0
2.01.06.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	663	0
2.02	Passivo Não Circulante	1.854.580	1.260.925
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.818.824	1.258.481
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	754.009	201.364
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	754.009	201.364
2.02.01.02	Debêntures	1.064.815	1.057.117
2.02.02	Outras Obrigações	35.756	2.444
2.02.02.02	Outros	35.756	2.444
2.02.02.02.03	Instrumentos financeiros derivativos	35.433	998
2.02.02.02.04	Passivo de Arrendamento	0	1.166
2.02.02.02.07	Outras Obrigações	323	280
2.03	Patrimônio Líquido	4.469.481	4.391.178
2.03.01	Capital Social Realizado	2.196.958	2.196.958
2.03.01.01	Capital Social Realizado	2.196.958	2.196.958
2.03.02	Reservas de Capital	1.258.892	1.259.106
2.03.02.04	Opções Outorgadas	1.189	1.388
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-15	0
2.03.02.07	Transação de capital sobre compra de ações da AES Brasil Operações S.A.	-38.375	-38.375
2.03.02.08	Custo na emissão de ações	-18.230	-18.230
2.03.02.09	Aumento de capital - oferta privada de ações	967.678	967.678
2.03.02.10	Capitalização parcial da Reserva Especial de ágio de Controlada	-30.957	-30.957
2.03.02.11	Incorporação de ações da AES Tietê Energia	377.602	377.602
2.03.04	Reservas de Lucros	1.090.752	1.090.752
2.03.04.01	Reserva Legal	31.022	31.022
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	74.671	74.671

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	985.059	985.059
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	114.136	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-191.257	-155.638
2.03.08.01	Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	-135.185	-96.456
2.03.08.02	Incorporação de ações da AES Tietê	-119.824	-119.824
2.03.08.03	Efeito reflexo de hedge de fluxo de caixa de controlada	-25.221	-39.603
2.03.08.05	Remensurações das obrigações com benefícios pós-emprego	23.788	23.788
2.03.08.06	Opção de recompra de participação acionária	76.434	78.343
2.03.08.07	Hedge de fluxo de caixa	-11.249	-1.886

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	99.179	202.662	75.605	153.818
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.514	-15.341	-4.245	-14.492
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-243	-580	-303	-962
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	101.936	218.583	80.153	169.272
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	99.179	202.662	75.605	153.818
3.06	Resultado Financeiro	-45.841	-127.212	-35.103	-86.499
3.06.01	Receitas Financeiras	25.129	78.158	9.497	22.005
3.06.02	Despesas Financeiras	-70.970	-205.370	-44.600	-108.504
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	53.338	75.450	40.502	67.319
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-10	-38	-1	-1
3.08.02	Diferido	-10	-38	-1	-1
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	53.328	75.412	40.501	67.318
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	53.328	75.412	40.501	67.318
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,0886	0,12528	0,0823	0,1368
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,08689	0,12288	0,08008	0,1331

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	53.328	75.412	40.501	67.318
4.02	Outros Resultados Abrangentes	6.873	3.110	-3.883	19.913
4.02.01	Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada	11.019	23.028	0	0
4.02.02	Hedge de fluxo de caixa	2.470	-14.322	-38.369	-89.915
4.02.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre Hedge de fluxo de caixa	-750	4.959	13.057	30.647
4.02.04	Opção de recompra de participação acionária	-1.294	-1.909	21.429	79.181
4.02.05	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-4.572	-8.646	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	60.201	78.522	36.618	87.231

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-293.691	-410.575
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-22.649	-7.270
6.01.01.01	Lucro líquido do período	75.412	67.318
6.01.01.02	Depreciação e amortização	19.259	0
6.01.01.03	Variação monetária e cambial	46.218	91
6.01.01.04	Provisão (reversão) para processos judiciais e outros	663	0
6.01.01.06	Custo de empréstimos (encargos de dívidas), líquido de juros capitalizados	154.173	108.422
6.01.01.07	Juros sobre passivo de arrendamento	198	0
6.01.01.09	Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	-81.276	-14.229
6.01.01.10	Resultado de equivalência patrimonial	-237.135	-169.272
6.01.01.11	Tributos e contribuições sociais diferidos	38	0
6.01.01.12	Ações e opções de ações outorgadas	-199	400
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-13.999	48.671
6.01.02.02	Tributos e contribuições sociais compensáveis	-13.282	-3.455
6.01.02.03	Dividendos recebidos	0	52.879
6.01.02.04	Outros ativos	-534	1.068
6.01.02.05	Fornecedores	-224	-2.688
6.01.02.06	Outros tributos a pagar	0	198
6.01.02.11	Outras obrigações	41	669
6.01.03	Outros	-257.043	-451.976
6.01.03.01	Pagamento de juros (encargos de dívidas)	-168.626	-105.664
6.01.03.02	Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	-198	0
6.01.03.06	(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo	-141.067	-352.921
6.01.03.07	Juros resgatados de investimentos de curto prazo	52.848	6.609
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-276.872	-860.057
6.02.01	Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada	-267.640	-800.000
6.02.02	Aquisições de ativo imobilizado e intangível	-1.106	0
6.02.03	Aumento de capital em controladas e controladas em conjunto	-7.391	-13.644
6.02.04	Aquisição de investimento, líquido do caixa e equivalentes de caixa das empresas adquiridas	0	-46.413
6.02.06	(Aplicações) resgates de cauções e depósitos vinculados	-735	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	535.594	1.266.777
6.03.01	Ingressos de novos empréstimos e debêntures	571.113	1.100.000
6.03.02	Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	0	-7.866
6.03.04	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	917.064
6.03.05	Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	-1.327	-689.578
6.03.07	Liquidação de instrumento derivativo	-33.270	0
6.03.08	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-5	-52.843
6.03.12	Compra de ações em tesouraria	-15	0
6.03.14	Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	-902	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-34.969	-3.855
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	35.056	61.258
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	87	57.403

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	2.196.958	1.259.106	1.090.752	0	-155.638	4.391.178
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	2.196.958	1.259.106	1.090.752	0	-155.638	4.391.178
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-214	0	-5	0	-219
5.04.08	Dividendos e juros sobre o capital próprio	0	0	0	-5	0	-5
5.04.10	Remuneração com base em ações	0	-199	0	0	0	-199
5.04.15	Ações em Tesouraria - Minoritários	0	-15	0	0	0	-15
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	75.412	3.110	78.522
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	75.412	0	75.412
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.110	3.110
5.05.02.06	Outros resultados abrangentes	0	0	0	0	3.110	3.110
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	38.729	-38.729	0
5.06.04	Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquida de impostos	0	0	0	38.729	-38.729	0
5.07	SalDOS Finais	2.196.958	1.258.892	1.090.752	114.136	-191.257	4.469.481

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.116.001	321.469	939.168	0	-153.563	3.223.075
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.116.001	321.469	939.168	0	-153.563	3.223.075
5.04	Transações de Capital com os Sócios	917.064	684	0	-52.879	0	864.869
5.04.09	Remuneração com base em ações	0	684	0	0	0	684
5.04.12	Adiantamento para futuro aumento de capital	917.064	0	0	0	0	917.064
5.04.14	Distribuição de dividendos intermediários	0	0	0	-52.879	0	-52.879
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	67.318	19.913	87.231
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	67.318	0	67.318
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	19.913	19.913
5.05.02.06	Outros resultados abrangentes	0	0	0	0	19.913	19.913
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	41.060	-41.060	0
5.06.04	Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquida de impostos	0	0	0	62.210	-62.210	0
5.06.08	Constituição de reservas com lucro do exercício	0	0	0	-21.150	21.150	0
5.07	Saldos Finais	3.033.065	322.153	939.168	55.499	-174.710	4.175.175

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.880	-5.222
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.312	-4.288
7.02.04	Outros	-568	-934
7.02.04.02	Outros Custos Operacionais	-568	-934
7.03	Valor Adicionado Bruto	-4.880	-5.222
7.04	Retenções	-999	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-999	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-5.879	-5.222
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	300.549	192.350
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	218.583	169.272
7.06.02	Receitas Financeiras	81.966	23.078
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	294.670	187.128
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	294.670	187.128
7.08.01	Pessoal	8.300	8.409
7.08.01.01	Remuneração Direta	6.182	5.574
7.08.01.02	Benefícios	2.113	2.835
7.08.01.04	Outros	5	0
7.08.01.04.01	Previdência privada	5	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	5.577	2.868
7.08.02.01	Federais	5.577	2.868
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	205.381	108.533
7.08.03.01	Juros	205.370	108.504
7.08.03.02	Aluguéis	11	29
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	75.412	67.318
7.08.04.02	Dividendos	5	52.879
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	75.407	14.439

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
1	Ativo Total	19.825.638	18.932.446
1.01	Ativo Circulante	3.337.524	4.778.502
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	23.881	195.872
1.01.02	Aplicações Financeiras	2.446.962	3.587.700
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	2.446.962	3.587.700
1.01.03	Contas a Receber	346.294	335.767
1.01.03.01	Clientes	346.294	335.767
1.01.03.01.01	Contas a receber de clientes	346.294	335.767
1.01.06	Tributos a Recuperar	205.703	101.081
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	205.703	101.081
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	198.985	94.268
1.01.06.01.02	Outros tributos a recuperar	6.718	6.813
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	314.684	558.082
1.01.08.03	Outros	314.684	558.082
1.01.08.03.01	Cauções e Depósitos Vinculados	29.718	287.185
1.01.08.03.02	Instrumentos financeiros derivativos	49.240	69.256
1.01.08.03.03	Outros ativos	229.081	180.567
1.01.08.03.04	Conta de ressarcimento	6.645	21.074
1.02	Ativo Não Circulante	16.488.114	14.153.944
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	847.575	511.750
1.02.01.07	Tributos Diferidos	147.791	129.287
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	699.784	382.463
1.02.01.10.03	Cauções e Depósitos Vinculados	624.637	327.836
1.02.01.10.05	Conta de ressarcimento	1.105	4.157
1.02.01.10.06	Outros ativos	44.439	49.885
1.02.01.10.07	Instrumentos financeiros derivativos	29.603	585
1.02.02	Investimentos	104.534	107.539
1.02.02.01	Participações Societárias	104.534	107.539
1.02.03	Imobilizado	13.257.791	11.173.804
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	9.767.031	7.520.455
1.02.03.01.01	Imobilizado em Serviço	9.766.453	7.518.356
1.02.03.01.02	Imóveis Destinados a Uso Futuro	578	2.099
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	162.868	156.347
1.02.03.02.01	Direito de Uso de Terreno Arrendado	155.532	147.893
1.02.03.02.02	Direito de uso de sede administrativa	7.336	8.454
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	3.327.892	3.497.002
1.02.04	Intangível	2.278.214	2.360.851
1.02.04.01	Intangíveis	2.278.214	2.360.851
1.02.04.01.02	Uso do Bem Público	18.463	20.031
1.02.04.01.03	Intangível Gerado na Aquisição de Investimentos	1.383.007	1.420.253
1.02.04.01.04	Extensão de concessão	750.389	813.789
1.02.04.01.05	Software e Outros Intangíveis	126.355	106.778

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2	Passivo Total	19.825.638	18.932.446
2.01	Passivo Circulante	3.010.909	1.840.305
2.01.02	Fornecedores	318.994	267.913
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	318.994	267.913
2.01.03	Obrigações Fiscais	83.763	66.356
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	83.763	66.356
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	26.416	17.798
2.01.03.01.02	Outros Tributos a Pagar	57.347	48.558
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	2.063.084	877.133
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	986.455	325.763
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	977.488	321.106
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	8.967	4.657
2.01.04.02	Debêntures	1.076.629	551.370
2.01.05	Outras Obrigações	536.474	605.405
2.01.05.02	Outros	536.474	605.405
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.066	286
2.01.05.02.04	Encargos Setoriais	17.488	14.255
2.01.05.02.05	Obrigações de aquisições	128.772	137.954
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	59.157	57.982
2.01.05.02.07	Conta de ressarcimento	264.142	298.257
2.01.05.02.08	Instrumentos financeiros derivativos	58.425	88.162
2.01.05.02.09	Passivo de arrendamento	7.424	8.509
2.01.06	Provisões	8.594	23.498
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.594	23.498
2.01.06.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	8.594	23.498
2.02	Passivo Não Circulante	11.275.071	11.518.346
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	9.633.889	10.017.897
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.718.910	3.986.020
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.685.372	2.458.594
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.033.538	1.527.426
2.02.01.02	Debêntures	5.914.979	6.031.877
2.02.02	Outras Obrigações	1.436.287	1.287.078
2.02.02.02	Outros	1.436.287	1.287.078
2.02.02.02.03	Instrumentos financeiros derivativos	292.234	218.731
2.02.02.02.04	Passivo de Arrendamento	182.974	171.712
2.02.02.02.05	Obrigações com benefícios Pós-Emprego	119.357	110.690
2.02.02.02.07	Outras Obrigações	239.339	244.445
2.02.02.02.08	Conta de ressarcimento	602.383	433.363
2.02.02.02.09	Obrigações de aquisições	0	108.137
2.02.03	Tributos Diferidos	140.907	141.421
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	140.907	141.421
2.02.04	Provisões	63.988	71.950
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	63.988	71.950
2.02.04.01.05	Provisões para Processos Judiciais e Outros	63.988	71.950
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	5.539.658	5.573.795

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2023	Exercício Anterior 31/12/2022
2.03.01	Capital Social Realizado	2.196.958	2.196.958
2.03.01.01	Capital Social Realizado	2.196.958	2.196.958
2.03.02	Reservas de Capital	1.258.892	1.259.106
2.03.02.04	Opções Outorgadas	1.189	1.388
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-15	0
2.03.02.07	Transação de capital sobre compra de ações da AES Brasil Operações S.A.	-38.375	-38.375
2.03.02.08	Custo na emissão de ações	-18.230	-18.230
2.03.02.09	Aumento de capital - oferta privada de ações	967.678	967.678
2.03.02.10	Capitalização parcial da Reserva Especial de ágio de Controlada	-30.957	-30.957
2.03.02.11	Incorporação de ações da AES Tietê Energia	377.602	377.602
2.03.04	Reservas de Lucros	1.090.752	1.090.752
2.03.04.01	Reserva Legal	31.022	31.022
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	74.671	74.671
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	985.059	985.059
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	114.136	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-191.257	-155.638
2.03.08.01	Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	-135.185	-96.456
2.03.08.02	Incorporação de ações da AES Tietê	-119.824	-119.824
2.03.08.03	Efeito reflexo de hedge de fluxo de caixa de controlada	-25.221	-39.603
2.03.08.05	Remensurações das obrigações com benefícios pós-emprego	23.788	23.788
2.03.08.06	Opção de recompra de participação acionária	76.434	78.343
2.03.08.07	Hedge de fluxo de caixa	-11.249	-1.886
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.070.177	1.182.617

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	908.642	2.457.882	786.558	2.084.272
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-602.778	-1.599.538	-554.795	-1.464.031
3.03	Resultado Bruto	305.864	858.344	231.763	620.241
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-42.724	-153.290	-46.522	-143.803
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-45.848	-149.740	-60.829	-170.346
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.088	-10.068	-895	8.437
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	1.036	6.518	15.202	18.106
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	263.140	705.054	185.241	476.438
3.06	Resultado Financeiro	-150.730	-439.371	-35.772	-237.648
3.06.01	Receitas Financeiras	119.576	401.971	115.322	273.714
3.06.02	Despesas Financeiras	-270.306	-841.342	-151.094	-511.362
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	112.410	265.683	149.469	238.790
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	12.004	-44.983	-46.901	-55.994
3.08.01	Corrente	-12.615	-67.688	-15.364	-57.105
3.08.02	Diferido	24.619	22.705	-31.537	1.111
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	124.414	220.700	102.568	182.796
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	124.414	220.700	102.568	182.796
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	53.328	75.412	40.501	67.318
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	71.086	145.288	62.067	115.478
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,0886	0,12528	0,0823	0,1368
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,08689	0,12288	0,08008	0,1331

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2022 à 30/09/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	124.414	220.700	102.568	182.796
4.02	Outros Resultados Abrangentes	7.019	3.323	-3.813	20.126
4.02.01	Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada	0	0	141	284
4.02.02	Hedge de fluxo de caixa	13.635	8.919	-38.440	-89.986
4.02.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre Hedge de fluxo de caixa	-5.322	-3.687	13.057	30.647
4.02.04	Opção de recompra de participação acionária	-1.294	-1.909	21.429	79.181
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	131.433	224.023	98.755	202.922
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	60.201	78.522	36.618	87.231
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	71.232	145.501	62.137	115.691

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	2.408.413	-1.337.994
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.037.242	771.241
6.01.01.01	Lucro líquido do período	220.700	182.796
6.01.01.02	Depreciação e amortização	476.914	368.976
6.01.01.03	Variação monetária e cambial	124.693	119.998
6.01.01.04	Provisão (reversão) para processos judiciais e outros	-17.309	-84
6.01.01.05	Despesas com previdência privada e programa de incentivo à aposentadoria	8.948	8.650
6.01.01.06	Custo de empréstimos (encargos de dívidas), líquido de juros capitalizados	594.606	311.499
6.01.01.07	Juros sobre passivo de arrendamento	11.327	6.918
6.01.01.08	Marcação a mercado de derivativos	-10.229	0
6.01.01.09	Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	-348.433	-209.903
6.01.01.10	Resultado de equivalência patrimonial	-6.518	-18.106
6.01.01.11	Tributos e contribuições sociais diferidos	-22.705	-1.111
6.01.01.12	Ações e opções de ações outorgadas	-199	684
6.01.01.13	Baixa de bens do ativo	5.447	924
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	248.002	285.239
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-10.527	66.876
6.01.02.02	Tributos e contribuições sociais compensáveis	7.674	43.583
6.01.02.04	Outros ativos	-32.024	-62.947
6.01.02.05	Fornecedores	51.081	-93.000
6.01.02.06	Outros tributos a pagar	-3.210	15.873
6.01.02.07	Imposto de renda e contribuição social a pagar	67.688	36.894
6.01.02.08	Encargos setoriais	3.233	123
6.01.02.10	Conta de ressarcimento	169.927	149.213
6.01.02.11	Outras obrigações	-5.840	128.624
6.01.03	Outros	1.123.169	-2.394.474
6.01.03.01	Pagamento de juros (encargos de dívidas)	-202.066	-172.897
6.01.03.02	Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	-11.327	-6.918
6.01.03.03	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-142.763	-101.177
6.01.03.04	Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada	-281	0
6.01.03.05	Pagamento de processos judiciais e outros	-1.069	-253
6.01.03.06	(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo	1.193.033	-2.231.575
6.01.03.07	Juros resgatados de investimentos de curto prazo	287.642	118.346
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-2.612.513	-1.802.450
6.02.02	Aquisições de ativo imobilizado e intangível	-2.469.493	-1.693.274
6.02.04	Aquisição de investimento, líquido do caixa e equivalentes de caixa das empresas adquiridas	-150.385	-108.929
6.02.06	(Aplicações) resgates de cauções e depósitos vinculados	7.365	-247
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	32.109	2.580.386
6.03.01	Ingressos de novos empréstimos e debêntures	1.008.104	2.432.917
6.03.02	Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	-942	-65.548
6.03.04	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	917.064

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
6.03.05	Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	-529.813	-760.347
6.03.07	Liquidação de instrumento derivativo	-192.615	-132.858
6.03.08	Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-153.950	-123.552
6.03.09	Aumento de capital	0	196.658
6.03.11	Redução de capital em controladas	-103.216	0
6.03.12	Compra de ações em tesouraria	-15	0
6.03.13	Reservas de capital	0	163.167
6.03.14	Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	-4.365	-2.230
6.03.15	(Aplicações) Resgates de garantias de financiamento	8.921	-44.885
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-171.991	-560.058
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	195.872	657.043
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	23.881	96.985

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 30/09/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.196.958	1.259.106	1.090.752	0	-155.638	4.391.178	1.182.617	5.573.795
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.196.958	1.259.106	1.090.752	0	-155.638	4.391.178	1.182.617	5.573.795
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-214	0	-5	0	-219	-257.941	-258.160
5.04.08	Dividendos e juros sobre o capital próprio	0	0	0	-5	0	-5	0	-5
5.04.09	Redução de capital em controladas	0	0	0	0	0	0	-103.216	-103.216
5.04.10	Remuneração com base em ações	0	-199	0	0	0	-199	0	-199
5.04.11	Distribuição de dividendos intermediários	0	0	0	0	0	0	-154.725	-154.725
5.04.15	Ações em Tesouraria - Minoritários	0	-15	0	0	0	-15	0	-15
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	75.412	3.110	78.522	145.501	224.023
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	75.412	0	75.412	145.288	220.700
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	3.110	3.110	213	3.323
5.05.02.06	Outros resultados abrangentes	0	0	0	0	3.110	3.110	213	3.323
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	38.729	-38.729	0	0	0
5.06.04	Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquida de impostos	0	0	0	38.729	-38.729	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.196.958	1.258.892	1.090.752	114.136	-191.257	4.469.481	1.070.177	5.539.658

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 30/09/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.116.001	321.469	939.168	0	-153.563	3.223.075	811.161	4.034.236
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.116.001	321.469	939.168	0	-153.563	3.223.075	811.161	4.034.236
5.04	Transações de Capital com os Sócios	917.064	684	0	-52.879	0	864.869	290.055	1.154.924
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	0	196.658	196.658
5.04.09	Remuneração com base em ações	0	684	0	0	0	684	0	684
5.04.12	Adiantamento para futuro aumento de capital	917.064	0	0	0	0	917.064	0	917.064
5.04.14	Distribuição de dividendos intermediários	0	0	0	-52.879	0	-52.879	-69.770	-122.649
5.04.15	Reservas de capital	0	0	0	0	0	0	163.167	163.167
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	67.318	19.913	87.231	115.691	202.922
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	67.318	0	67.318	115.478	182.796
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	19.913	19.913	213	20.126
5.05.02.06	Outros resultados abrangentes	0	0	0	0	19.913	19.913	213	20.126
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	41.060	-41.060	0	0	0
5.06.04	Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquida de impostos	0	0	0	62.210	-62.210	0	0	0
5.06.08	Constituição de reservas com lucro do exercício	0	0	0	-21.150	21.150	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.033.065	322.153	939.168	55.499	-174.710	4.175.175	1.216.907	5.392.082

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

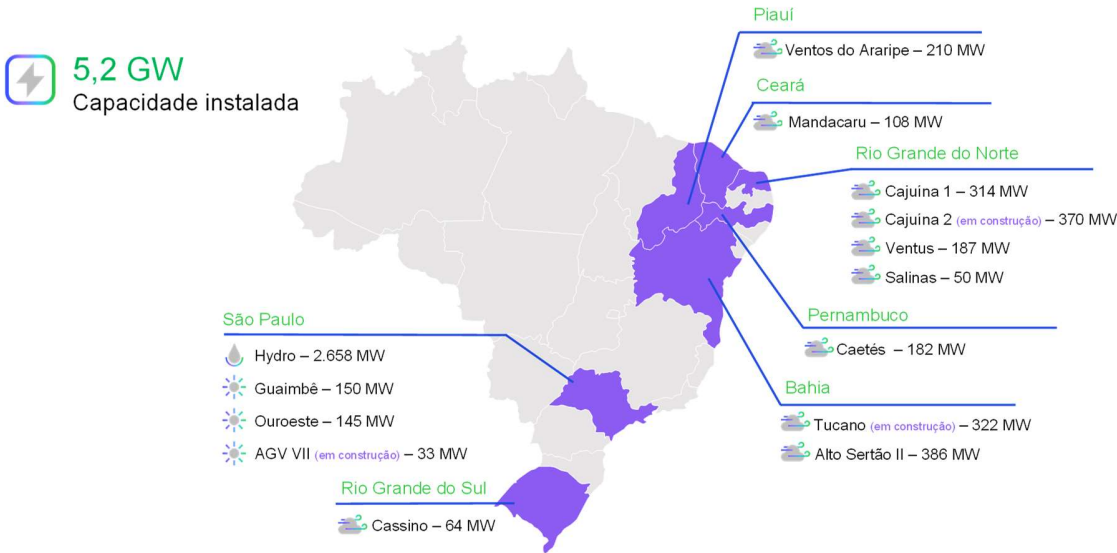
Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2023 à 30/09/2023	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2022 à 30/09/2022
7.01	Receitas	5.416.710	3.422.433
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.851.141	2.393.492
7.01.02	Outras Receitas	97.437	41.880
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	2.468.132	987.061
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-3.553.998	-2.178.176
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-875.954	-946.101
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.569.858	-1.170.329
7.02.04	Outros	-108.186	-61.746
7.02.04.02	Outros Custos	-108.186	-61.746
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.862.712	1.244.257
7.04	Retenções	-562.207	-374.868
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-562.207	-374.868
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.300.505	869.389
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	426.504	300.838
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	6.518	18.105
7.06.02	Receitas Financeiras	419.986	282.733
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.727.009	1.170.227
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.727.009	1.170.227
7.08.01	Pessoal	152.532	124.336
7.08.01.01	Remuneração Direta	116.263	96.405
7.08.01.02	Benefícios	22.473	17.911
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.605	6.128
7.08.01.04	Outros	7.191	3.892
7.08.01.04.01	Previdência privada	7.191	3.892
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	513.684	374.392
7.08.02.01	Federais	332.508	269.780
7.08.02.02	Estaduais	180.194	104.324
7.08.02.03	Municipais	982	288
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	840.093	488.703
7.08.03.01	Juros	837.666	486.700
7.08.03.02	Aluguéis	2.427	2.003
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	220.700	182.796
7.08.04.02	Dividendos	5	52.879
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	75.407	14.439
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	145.288	115.478

Comentário do Desempenho

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO – AES BRASIL

PERFIL CORPORATIVO

AES Brasil investe há quase 25 anos no Brasil e é uma **geradora de energia elétrica 100% renovável**. Possui portfólio diversificado, **capacidade instalada de 4,5 GW em operação e mais de 0,7 GW em construção** (Tucano, Cajuína Fase 2 e AGV VII), totalizando 5,2 GW de capacidade instalada exclusivamente renovável.



PORTFÓLIO

FONTE EÓLICA

Complexos Eólicos	Contrato O&M	Fim do Contrato O&M	% AES Brasil	Entrada em operação	Cap. Instalada (MW)	Garantia Física MME (Bruta, MWm)	MWm Contratado	Início do PPA	Fim do PPA	Preço PPA (R\$/MWh) ¹	Fim da Autoriz.
OPERAÇÃO					1.501,0	699,6	682,3				
Alto Sertão II - BA	-	-	-	-	386,1	181,3	177,1	-	-	-	-
LER 2010	OSA GE	2024 a 2026	100%	2014	167,7	83,2	73,5	set/13	ago/33	260,72	2046
LEN 2011	OSA GE	2024 a 2026	100%	2015	218,4	98,1	103,6	jan/16	dez/35	195,76	2047
Ventus - RN	-	-	-	-	187,0	65,8	58,3	-	-	-	-
LER 2009	FSA GE	2024	100%	2014	187,0	65,8	58,3	jul/12	jun/32	336,82	2045
Mandacaru e Salinas - CE/RN	-	-	-	-	158,5	64,3	68,4	-	-	-	-
LER 2009	Interno	-	100%	2014	94,5	39,1	37,0	jul/12	jun/32	335,26	2045
LEN 2011	Interno	-	100%	2014	64,0	25,2	31,4	jan/16	dez/35	209,33	2047
Novos Ativos - PI/PE/RS	-	-	-	-	455,9	228,9	229,4	-	-	-	-
Ventos do Araripe - LER 13	Interno	-	100%	2015	210,0	110,0	108,3	set/15	ago/35	197,29	2049
Caetés - LER 13	OSA GE	2025	100%	2016	181,9	94,7	94,7	set/15	ago/35	198,90	2049
Cassino - LFA 10	FSA SGRE	2025	100%	2015	64,0	24,2	26,4	jan/15	dez/34	279,58	2046
Cajuína 1 - RN	-	-	-	-	313,5	159,3	149,1	-	-	-	-
PPA Minasligas	FSA Nordex	-	100%	2023	45,6	22,9	21,0	jan/23	dez/42	-	2055
PPA Ferbasa	FSA Nordex	-	100%	2023	165,3	83,7	80,0	jan/24	dez/43	-	2055
PPA Copel	FSA Nordex	-	100%	2023	11,4	6,1	4,0	jan/23	dez/35	-	2055
PPA BRF (autoprodução) - Cajuína 1	FSA Nordex	-	76%	2023	91,2	46,6	44,1	jan/24	dez/38	-	2055
EM CONSTRUÇÃO					692,9	338,1	282,9				
Tucano - BA	-	-	-	-	322,4	147,1	130,0	-	-	-	-
PPA Unipar I (autoprodução)	FSA SGRE	2028	50%	2523e	155,0	71,5	60,0	jan/23	dez/42	-	2055
PPA Anglo	FSA SGRE	2028	100%	2523e	167,4	75,6	70,0	jan/22	dez/36	-	2055
Cajuína 2 - RN	-	-	-	-	370,5	191,0	152,9	-	-	-	-
PPA BRF (autoprodução) - Cajuína 2	FSA Nordex	-	76%	2023e	74,1	37,9	35,9	jan/24	dez/38	-	2055
PPA Unipar III (autoprodução)	FSA Nordex	-	90%	2023e	91,2	44,2	40,0	jan/24	dez/43	-	2055
PPA Microsoft	FSA Nordex	-	100%	2024e	153,9	79,7	77,0	jul/24	jul/39	-	2055
Capacidade Adicional	-	-	100%	-	51,3	29,2	-	-	-	-	-

1 – Data base: setembro/23; 2 – Sujeito a alteração em função de otimizações nos projetos.

Comentário do Desempenho

FONTE SOLAR

Complexos Solares	Contrato O&M	% AES Brasil	Entrada em operação	Cap. Instalada (MW)	Garantia Física MME (Bruta, MWm)	MWm Contratado	Início do PPA	Fim do PPA	Preço PPA (R\$/MWh) ¹	Fim da Autoriz.
OPERAÇÃO				295,1	65,3	65,2				
Guaimbê – SP	-	-	-	150,0	29,5	29,5	-	-	-	-
LER 2014	Interno	100%	2018	150,0	29,5	29,5	out/17	set/37	347,86	2050
Ouroeste – SP	-	-	-	145,1	35,8	35,7	-	-	-	-
Boa Hora – LER 2015	Interno	100%	2019	69,1	15,9	15,9	nov/18	out/38	420,07	2051
Água Vermelha – LEN 2017	Interno	100%	2019	76,0	19,9	19,9	jan/21	dez/40	191,89	2053
EM CONSTRUÇÃO				33,2	0,0	0,0				
AGV VII - SP	Interno	100%	2024	33,2	-	-	-	-	-	-
PIPELINE				650,0	0,0	0,0				
Solar Arinos - MG	-	-	-	378,0	-	-	-	-	-	-
Projetos Solares Híbridos - RN e BA	-	-	-	272,0	-	-	-	-	-	-

1 – Data base: setembro/23.

FONTE HÍDRICA

Usinas Hidrelétricas	Localização (Estado)	Bacia Hidrográfica	Cap. Instalada (MW)	Garantia Física (Bruta, MWm)	Vencimento da Concessão
Água Vermelha	SP	Rio Grande	1.396,2	694,5	ago/32
Bariri	SP	Tietê	143,1	59,6	jul/32
Barra Bonita	SP	Tietê	140,8	46,7	mai/32
Caconde	SP	Rio Grande	80,4	32,5	mai/32
Euclides da Cunha	SP	Rio Grande	108,8	47,1	jun/32
Ibitinga	SP	Tietê	131,5	66,8	ago/32
Limoeiro	SP	Rio Grande	32,0	14,3	jul/32
Nova Avanhandava	SP	Tietê	347,4	125,5	mai/32
Promissão	SP	Tietê	264,0	93,9	set/32
PCH Mogi	SP	Mogi Guaçu	7,2	4,0	jul/32
PCH S. Joaquim	SP	Mogi Guaçu	3,0	1,3	jun/36
PCH S. José	SP	Mogi Guaçu	4,0	1,6	jun/36
Total Portfólio Hídrico			2.658,4	1.187,8	

DESEMPENHO OPERACIONAL

GERAÇÃO CONSOLIDADA

Geração (GWh)	3T22	3T23	Var	9M22	9M23	Var
TOTAL	2.706	4.302	59%	8.353	12.769	53%
Hídricas	1.839	2.748	49%	6.316	8.958	42%
Eólicas	726	1.412	94%	1.605	3.393	111%
Solares	141	142	1%	433	417	-4%

Comentário do Desempenho

GERAÇÃO HÍDRICA

Estrutura do Sistema

A receita decorrente da geração hídrica está relacionada à estratégia de alocação de energia adotada pela Companhia, e não diretamente ao seu volume de geração, uma vez que as hidrelétricas fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), mecanismo de compartilhamento do risco hidrológico.

As **usinas da AES Brasil representam aproximadamente 2% de toda a garantia física hídrica que compõe o MRE**. Neste contexto, os resultados decorrentes da geração hidrelétrica não estão relacionados puramente ao volume de geração da Companhia, mas sim ao desempenho de todo o conjunto de usinas pertencentes a este mecanismo, de forma proporcional à representatividade de cada agente neste sistema.

O **despacho das usinas hidrelétricas pertencentes ao MRE** é determinado pelo Operador Nacional do Sistema (ONS), e **foi maior no 3T23 e 9M23** em comparação aos mesmos períodos de 2022, em decorrência dos níveis de reservatórios mais altos no período (nível médio dos reservatórios no SIN¹: 79% no 3T23 vs 63% no 3T22, e 82% nos 9M23 vs 66% nos 9M22).

De acordo com dados do ONS, a carga de energia do SIN atingiu 69 GWm no 3T23 e 71 GWm no 9M23, aumentos de 2% e 1% vs. o 3T22 e o 9M22, respectivamente, reflexo da retomada gradual da atividade econômica.

Como consequência, o GSF médio foi de 80% no 3T23 e 92% no 9M23 (vs 75% no 3T22 e 88% nos 9M22). No acumulado de 2023 até setembro, o **Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)** para o submercado SE/CO foi de R\$ 70/MWh, 2% superior ao limite inferior estabelecido pela ANEEL para 2023 (R\$ 69/MWh).

Desempenho AES Brasil

O **volume total de energia bruta gerada pelas usinas hidrelétricas da AES Brasil atingiu 2.748 GWh no 3T23 e 8.958 MWh no 9M23**, 49% e 42% acima do registrado no 3T22 e 9M22, respectivamente, **reflexo da recuperação dos reservatórios do sistema para níveis acima da média dos últimos 10 anos**.

No caso das usinas participantes do MRE, o principal balizador do desempenho operacional é o **índice de disponibilidade**². As usinas hidrelétricas da AES Brasil apresentaram disponibilidade média de 92% no 3T23 e 96% nos 9M23.

Apagão Agosto de 2023

Em 15 de agosto, uma falha no SIN causou um apagão que afetou todos os estados, exceto Roraima (que não está conectado ao sistema). De acordo com o ONS e o MME, um problema de sobrecarga em uma linha de transmissão pertencente às subsidiárias da Eletrobras causou a desconexão das regiões Norte e Nordeste das regiões Sul e Sudeste. Com isso, houve uma interrupção no fornecimento de energia em montante correspondente a 25% da demanda, que foi restabelecido ao final do mesmo dia.

De acordo com a versão final do relatório sobre o apagão publicado em outubro pelo ONS, o desempenho aquém do esperado dos equipamentos de controle de tensão em diversas usinas eólicas e solares causou o apagão. Esses dispositivos deveriam compensar automaticamente a queda de tensão decorrente da abertura da linha de transmissão, mas seu desempenho durante o incidente ficou abaixo do esperado com base nos modelos matemáticos fornecidos pelas operadoras e usados em simulações pelo operador do sistema.

¹ Sistema Interligado Nacional

² Indicador que considera a disponibilidade das Unidades Geradoras (UGs), estando ela conectada ao sistema ou parada disponível. Verifica o tempo (em horas) que a UG está disponível e a qualidade da disponibilidade

Comentário do Desempenho

Após o apagão, o ONS adotou, ainda em agosto, uma abordagem mais conservadora na operação do sistema, reduzindo o limite de carga de 13 GWm para 8 GWm nas linhas de transmissão que levam energia das regiões Norte e Nordeste para os centros de consumo do Sul e Sudeste. Após a conclusão das primeiras análises, o operador do sistema decidiu, em outubro, elevar o limite de carga transportada por essas linhas para 11 GWm. O retorno ao limite anteriormente verificado depende da implantação das recomendações de correções e ajustes feitas pelo ONS a determinados agentes de geração, transmissão e até mesmo de distribuição.

As restrições na rede tiveram um impacto nos ativos de energia renovável na região Nordeste do Brasil, com um foco nos ativos eólicos. Os principais gargalos de transmissão foram observados nos estados do Rio Grande do Norte (RN) e Ceará (CE). O portfólio da AES Brasil nestes estados totaliza uma capacidade instalada de energia eólica de 921 MW no RN e 108 MW no CE.

GERAÇÃO EÓLICA

A geração eólica bruta foi de **1.412 GWh no 3T23 e 3.393 GWh no 9M23, 94% e 111% acima da geração do 3T22 (726 GWh) e do 9M22 (1.605 GWh)**. O aumento reflete, principalmente: (i) a geração dos 3 complexos eólicos incorporados ao portfólio a partir de dezembro de 2022 (Ventos do Araripe, Caetés e Cassino) que, juntos, contribuíram com uma geração bruta de 492 GWh no 3T23 e 1.220 GWh no 9M23; e (ii) os novos ativos em construção, cuja entrada em operação faseada de Tucano e Cajuína contribuíram, juntas, com 272 GWh no 3T23 e 520 GWh no 9M23.

Importante destacar que no 3T23 houve elevada incidência de *curtailment* no portfólio eólico da Companhia situado na região Nordeste, como consequência do *blackout* ocorrido em 15 de agosto e seus efeitos sobre as restrições operativas do ONS. De forma consolidada, o *curtailment* atingiu 99 GWh no 3T23.

Adicionalmente, os ativos operacionais da AES Brasil apresentaram, combinados, crescimento de 2 p.p. no índice de disponibilidade³, compensando a redução de 3% na velocidade média⁴ dos ventos em todos os Complexos.

GERAÇÃO SOLAR

Os complexos solares registraram **geração bruta de 142 GWh no 3T23**, aumento de 1% em relação ao 3T22 (141 GWh), e 417 GWh no 9M23, redução de 4% em relação ao 9M22 (433 GWh). A incidência de *curtailment* (4 GWh no 3T23 e 10 GWh no 9M23) compensou o efeito do aumento na disponibilidade (+1 p.p. no trimestre e no acumulado do ano) e na irradiância (+8% no trimestre).

³ Disponibilidade média desconsidera as informações de Tucano e Cajuína, dado que ainda se encontram em *ramp up* operacional.

⁴ Velocidade média dos ventos desconsidera as informações de Tucano e Cajuína, dado que ainda se encontram em *ramp up* operacional

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO FINANCEIRO CONSOLIDADO

AES Brasil Consolidado - R\$ mil	3T23	3T22	Var	9M23	9M22	Var
Receita operacional líquida	908.642	786.558	16%	2.457.882	2.084.272	18%
Custo com energia	(320.984)	(359.136)	-11%	(794.995)	(871.221)	-9%
Margem Operacional	587.658	427.422	37%	1.662.887	1.213.051	37%
Custos Operacionais	(114.342)	(82.919)	38%	(330.123)	(232.084)	42%
Despesas Gerais e administrativas	(45.714)	(59.802)	-24%	(147.246)	(165.609)	-11%
Outras (despesas) receitas operacionais	2.088	(895)	n.a.	(10.068)	8.437	n.a.
Custos & Despesas	(157.968)	(143.616)	10%	(487.437)	(389.256)	25%
Depreciação e Amortização	(167.586)	(113.767)	47%	(476.914)	(365.463)	30%
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS	(325.554)	(257.383)	26%	(964.351)	(754.719)	28%
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS	262.104	170.039	54%	698.536	458.332	52%
Receitas financeiras	119.576	115.322	4%	401.971	273.714	47%
Despesas financeiras	(270.306)	(151.094)	79%	(841.342)	(511.362)	65%
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	(150.730)	(35.772)	321%	(439.371)	(237.648)	85%
Resultado de equivalência patrimonial	1.036	15.202	-93%	6.518	18.106	-64%
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	112.410	149.469	-25%	265.683	238.790	11%
Imposto de renda e contribuição social correntes	(12.615)	(15.364)	-18%	(67.688)	(57.105)	19%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	24.619	(31.537)	-178%	22.705	1.111	n.a.
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	12.004	(46.901)	-126%	(44.983)	(55.994)	-20%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	124.414	102.568	21%	220.700	182.796	21%
Atribuído a acionistas da empresa controladora	53.328	40.501	32%	75.412	67.318	12%
Atribuído a acionistas não controladores	71.086	62.067	15%	145.288	115.478	26%

A receita operacional líquida totalizou R\$ 908.642 mil no 3T23 e R\$ 2.457.882 mil no 9M23, aumentos de 16% e de 18% em comparação ao 3T22 e 9M22. A **margem operacional líquida⁵ totalizou R\$ 587.658 mil no 3T23 e R\$ 1.662.887 mil no 9M23**, incrementos de 37% no trimestre e acumulado do ano, respectivamente, refletindo:

- **Hídrica:** crescimento decorrente da gestão ativa do portfólio em um ambiente de hidrologia favorável, com aumento do preço médio de venda e redução do preço médio de compra de energia entre os períodos.
- **Eólica:** (i) a aquisição dos Complexos Eólicos Ventos do Araripe, Caetés e Cassino, que passaram a compor os resultados da Companhia em dezembro de 2022; (ii) o início faseado da operação comercial de Tucano e Cajuína; combinado com (iii) maior incidência de *curtailment* em todos os ativos da Companhia no 3T23, principalmente em função das restrições do ONS após o *blackout* de agosto.
- **Solar:** impacto do *curtailment*, parcialmente compensado pela boa performance da disponibilidade e irradiância no trimestre.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Os custos operacionais e despesas gerais e administrativas (ex-depreciação e amortização) somaram R\$ 157.968 mil no 3T23 e R\$ 487.437 mil nos 9M23, contra R\$ 143.616 mil e R\$ 389.256 mil nos mesmos períodos de 2022, respectivamente. Além do impacto da inflação, a evolução é explicada, sobretudo, pelo crescimento da Companhia entre períodos, com despesas relacionadas aos complexos eólicos de Tucano e Cajuína, além dos ativos incorporados ao portfólio a partir de dezembro de 2022 (Ventos do Araripe, Caetés e Cassino).

⁵ Receita líquida menos compra de energia para revenda, taxas e encargos setoriais.

Comentário do Desempenho

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido registrado no 3T23 e no 9M23 foram negativos em R\$ 150.730 mil e R\$ 439.371 mil, respectivamente, vs os montantes negativos de R\$ 35.772 mil no 2T22 e de R\$ 237.648 mil nos 9M22.

As receitas financeiras somaram R\$ 119.576 mil no 3T23 (vs R\$ 115.322 mil no 3T22) e R\$ 401.971 mil no 9M23 (vs R\$ 273.714 mil no 9M22). Na comparação entre os trimestres, o aumento decorreu do maior rendimento de cauções e depósitos judiciais. No acumulado do ano, o desempenho positivo refletiu: (i) a melhor estratégia de alocação dos recursos disponíveis para aplicação; (ii) o maior saldo médio de caixa; e (iii) a maior taxa média de rentabilidade.

As despesas financeiras totalizaram R\$ 270.306 mil no 3T23 (vs R\$ 151.094 mil no 3T22) e R\$ 841.342 mil nos 9M23 (vs R\$ 511.362 mil no 9M22). O aumento na comparação entre os períodos ocorre, principalmente, em função do maior saldo de dívida.

LUCRO LÍQUIDO

Em função dos fatores mencionados acima, o lucro líquido foi de R\$ 124.414 mil no 3T23 e de R\$ 220.700 mil no 9M23, vs R\$ 102.568 mil no 3T22 e R\$ 182.796 mil no 9M22.

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS
30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022
 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	87	35.056	23.881	195.872
Investimentos de curto prazo	3	516.016	352.000	2.446.962	3.587.700
Contas a receber de clientes	4	—	—	346.294	335.767
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	5	26.806	8.045	198.985	94.268
Outros tributos a recuperar	5	—	—	6.718	6.813
Instrumentos financeiros derivativos	30.1	—	—	49.240	69.256
Cauções e depósitos vinculados	7	661	—	29.718	287.185
Conta de ressarcimento	8	—	—	6.645	21.074
Outros ativos	9	1.785	91	229.081	180.567
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		545.355	395.192	3.337.524	4.778.502
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Tributos diferidos	6	5.887	966	147.791	129.287
Cauções e depósitos vinculados	7	74	—	624.637	327.836
Instrumentos financeiros derivativos	30.1	—	—	29.603	585
Conta de ressarcimento	8	—	—	1.105	4.157
Outros ativos	9	—	9	44.439	49.885
Investimentos em controladas e joint ventures	10	5.806.064	5.300.840	104.534	107.539
Imobilizado, líquido	11	1.313	2.460	13.257.791	11.173.804
Intangível, líquido	12	1.219	113	2.278.214	2.360.851
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		5.814.557	5.304.388	16.488.114	14.153.944
TOTAL DO ATIVO		6.359.912	5.699.580	19.825.638	18.932.446

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

BALANÇOS PATRIMONIAIS
30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022
 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

		Controladora		Consolidado	
	Notas	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	13	374	598	318.994	267.913
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	14.941	40.062	2.063.084	877.133
Passivo de arrendamento	16	1.477	1.363	7.424	8.509
Imposto de renda e contribuição social a pagar	14	—	—	26.416	17.798
Outros tributos a pagar	14	2.195	479	57.347	48.558
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		147	147	1.066	286
Provisões para processos judiciais e outros	18	663	—	8.594	23.498
Instrumentos financeiros derivativos	30.1	14.433	1.485	58.425	88.162
Encargos setoriais	19	—	—	17.488	14.255
Obrigações de aquisições	20	—	—	128.772	137.954
Conta de ressarcimento	8	—	—	264.142	298.257
Outras obrigações	21	1.621	3.343	59.157	57.982
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		35.851	47.477	3.010.909	1.840.305
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	1.818.824	1.258.481	9.633.889	10.017.897
Passivo de arrendamento	16	—	1.166	182.974	171.712
Tributos diferidos	6	—	—	140.907	141.421
Obrigações com benefícios pós-emprego	17	—	—	119.357	110.690
Provisões para processos judiciais e outros	18	—	—	63.988	71.950
Instrumentos financeiros derivativos	30.1	35.433	998	292.234	218.731
Obrigações de aquisições	20	—	—	—	108.137
Conta de ressarcimento	8	—	—	602.383	433.363
Outras obrigações	21	323	280	239.339	244.445
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		1.854.580	1.260.925	11.275.071	11.518.346
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social subscrito e integralizado	22	2.196.958	2.196.958	2.196.958	2.196.958
Ações em tesouraria	22	(15)	—	(15)	—
Reserva de capital	22.1	1.258.907	1.259.106	1.258.907	1.259.106
Reserva de lucros	22.1	1.090.752	1.090.752	1.090.752	1.090.752
Outros resultados abrangentes	22.1	(191.257)	(155.638)	(191.257)	(155.638)
Lucros Acumulados		114.136	—	114.136	—
Subtotal		4.469.481	4.391.178	4.469.481	4.391.178
Participação de acionistas não controladores	22.2	—	—	1.070.177	1.182.617
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		4.469.481	4.391.178	5.539.658	5.573.795
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		6.359.912	5.699.580	19.825.638	18.932.446

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
30 de setembro de 2023 e 2022
 (Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto lucro por ação)

Notas	Controladora				Consolidado			
	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022
Receita operacional líquida	24	—	—	—	908.642	2.457.882	786.558	2.084.272
Custo de produção e operação de energia	25	—	—	—	(602.778)	(1.599.538)	(554.795)	(1.464.031)
LUCRO BRUTO		—	—	—	305.864	858.344	231.763	620.241
Gerais e administrativas	26	(2.514)	(15.341)	(4.245)	(14.492)	(45.848)	(60.829)	(170.346)
Outras (despesas) receitas operacionais	27	(243)	(580)	(303)	(962)	2.088	(895)	8.437
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		(2.757)	(15.921)	(4.548)	(15.454)	(43.760)	(61.724)	(161.909)
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(2.757)	(15.921)	(4.548)	262.104	698.536	170.039	458.332
Receitas financeiras		25.129	78.158	9.497	22.005	119.576	401.971	115.322
Despesas financeiras		(70.970)	(205.370)	(44.600)	(108.504)	(270.306)	(841.342)	(511.362)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	28	(45.841)	(127.212)	(35.103)	(86.499)	(150.730)	(439.371)	(237.648)
Resultado de equivalência patrimonial	10	101.936	218.583	80.153	169.272	1.036	6.518	18.106
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		53.338	75.450	40.502	67.319	112.410	265.683	238.790
Imposto de renda e contribuição social correntes		—	—	—	—	(12.615)	(67.688)	(15.364)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		(10)	(38)	(1)	(1)	24.619	22.705	(31.537)
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	6	(10)	(38)	(1)	(1)	12.004	(44.983)	(55.994)
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		53.328	75.412	40.501	67.318	124.414	102.568	182.796
Atribuído a acionistas da empresa controladora		53.328	75.412	40.501	67.318	53.328	75.412	67.318
Atribuído a acionistas não controladores		—	—	—	—	71.086	62.067	115.478
Lucro por ação (em reais)								
Básico	23.1	0,08860	0,12528	0,08230	0,13680	0,08860	0,12528	0,13680
Diluído	23.2	0,08689	0,12288	0,08008	0,13310	0,08689	0,12288	0,13310

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
30 de setembro de 2023 e 2022
 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Notas	Controladora				Consolidado			
	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	53.328	75.412	40.501	67.318	124.414	220.700	102.568	182.796
Outros resultados abrangentes								
- Itens que serão reclassificados para o resultado no futuro								
Equivalência patrimonial sobre hedge de fluxo de caixa de controlada	11.019	23.028	—	—	—	—	141	284
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(4.572)	(8.646)	—	—	—	—	—	—
Hedge de fluxo de caixa	30 2.470	(14.322)	(38.369)	(89.915)	13.635	8.919	(38.440)	(89.986)
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre Hedge de fluxo de caixa	6.1 (750)	4.959	13.057	30.647	(5.322)	(3.687)	13.057	30.647
Opção de recompra de participação acionária	21 (1.294)	(1.909)	21.429	79.181	(1.294)	(1.909)	21.429	79.181
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO PERÍODO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	60.201	78.522	36.618	87.231	131.433	224.023	98.755	202.922
Atribuído a acionistas da empresa controladora					60.201	78.522	36.618	87.231
Atribuído a acionistas não controladores					71.232	145.501	62.137	115.691

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
30 de setembro de 2023 e 2022
 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Reservas de Lucros							Lucros acumulados	Subtotal do patrimônio líquido Controladora	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total do patrimônio líquido Controladora	Participação de acionistas não controladores (nota 22.2)	Total do patrimônio líquido Consolidado
		Capital social	Ações em Tesouraria	Reservas de capital	Reserva de investimentos	Reserva de lucros a realizar	Reserva legal	Outros resultados abrangentes						
Saldos em 31 de dezembro de 2021		2.116.001	—	321.469	843.696	74.671	20.801	(153.563)	—	3.223.075	—	3.223.075	811.161	4.034.236
Lucro líquido do período		—	—	—	—	—	—	—	67.318	67.318	—	67.318	115.478	182.796
<u>Outros resultados abrangentes</u>		—	—	—	—	—	—	19.913	—	19.913	—	19.913	213	20.126
<u>Transações com os acionistas:</u>														
Remuneração com base em ações		—	—	684	—	—	—	—	—	684	—	684	—	684
Reservas de capital		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	163.167	163.167
Distribuição de dividendos		—	—	—	—	—	—	—	(52.879)	(52.879)	—	(52.879)	(69.770)	(122.649)
Aumento de capital		—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	196.658	196.658
Adiantamento para futuro aumento de capital		—	—	—	—	—	—	—	—	—	917.064	917.064	—	917.064
<u>Mutações internas do Patrimônio Líquido:</u>														
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquida de impostos		—	—	—	—	—	—	(62.210)	62.210	—	—	—	—	—
Constituição de reservas com lucro do exercício		—	—	—	—	—	—	21.150	(21.150)	—	—	—	—	—
Saldos em 30 de setembro de 2022		2.116.001	—	322.153	843.696	74.671	20.801	(174.710)	55.499	3.258.111	917.064	4.175.175	1.216.907	5.392.082
Saldo em 31 de dezembro de 2022		2.196.958	—	1.259.106	985.059	74.671	31.022	(155.638)	—	4.391.178	—	—	1.182.617	5.573.795
Lucro líquido do período		—	—	—	—	—	—	—	75.412	75.412	—	—	145.288	220.700
Outros resultados abrangentes		—	—	—	—	—	—	3.110	—	3.110	—	—	213	3.323
<u>Transações com os acionistas:</u>														
Ações em Tesouraria - Minoritários		—	(15)	—	—	—	—	—	—	(15)	—	—	—	(15)
Remuneração com base em ações		—	—	(199)	—	—	—	—	—	(199)	—	—	—	(199)
Dividendos e juros sobre o capital próprio	31	—	—	—	—	—	—	—	(5)	(5)	—	—	—	(5)
Distribuição de dividendos intermediários	31	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(154.725)	(154.725)
Redução de capital em controladas	22.2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	(103.216)	(103.216)
<u>Mutações internas do Patrimônio Líquido:</u>														
Realização de ajuste de avaliação patrimonial, líquida de impostos		—	—	—	—	—	—	(38.729)	38.729	—	—	—	—	—
Saldos em 30 de setembro de 2023		2.196.958	(15)	1.258.907	985.059	74.671	31.022	(191.257)	114.136	4.469.481	—	—	1.070.177	5.539.658

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
30 de setembro de 2023 e 2022
 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Notas	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022
Atividades operacionais:				
Lucro líquido do período	75.412	67.318	220.700	182.796
Ajustes para conciliar o Lucro líquido do período com o caixa das atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	19.259	—	476.914	368.976
Variação monetária e cambial	46.218	91	124.694	119.998
Provisão (reversão) para processos judiciais e outros	18 663	—	(17.309)	(84)
Despesas com previdência privada e programa de incentivo à aposentadoria	17 —	—	8.948	8.650
Custo de empréstimos (encargos de dívidas) - líquido de juros capitalizados	15 e 28 154.173	108.422	594.606	311.499
Juros sobre passivo de arrendamento	16 198	—	11.327	6.918
Marcação a mercado de derivativos	24 —	—	(10.229)	—
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	28 (81.276)	(14.229)	(348.433)	(209.903)
Resultado de equivalência patrimonial	10 (237.135)	(169.272)	(6.518)	(18.106)
Tributos e contribuições sociais diferidos	6 38	—	(22.705)	(1.111)
Ações e opções de ações outorgadas	—	400	(199)	684
Baixa de bens do ativo	12 —	—	5.447	924
Variação de ativos e passivos operacionais	(13.999)	48.671	248.002	285.239
Contas a receber de clientes	—	—	(10.527)	66.876
Tributos e contribuições sociais compensáveis	(13.282)	(3.455)	7.674	43.583
Dividendos recebidos	—	52.879	—	—
Outros ativos	(534)	1.068	(32.024)	(62.947)
Fornecedores	(224)	(2.688)	51.081	(93.000)
Outros tributos a pagar	—	198	(3.210)	15.873
Imposto de renda e contribuição social a pagar	—	—	67.688	36.894
Encargos setoriais	—	—	3.233	123
Conta de ressarcimento	—	—	169.927	149.213
Outras obrigações	41	669	(5.840)	128.624
	(36.648)	41.401	1.285.245	1.056.480
Pagamento de juros (encargos de dívidas)	15 e 28 (168.626)	(105.664)	(202.066)	(172.897)
Pagamento de juros sobre passivo de arrendamento	16 (198)	—	(11.327)	(6.918)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	—	—	(142.763)	(101.177)
Pagamento de obrigações com entidade de previdência privada	17 —	—	(281)	—
Pagamento de processos judiciais e outros	18 —	—	(1.070)	(253)
(Aplicações) resgates em investimentos de curto prazo	(141.067)	(352.921)	1.193.033	(2.231.575)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo	52.848	6.609	287.642	118.346
Caixa líquido (usado) gerado nas atividades operacionais	(293.691)	(410.575)	2.408.413	(1.337.994)
Atividades de investimentos:				
Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada	10 (267.640)	(800.000)	—	—
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	11 e 12 (1.106)	—	(2.469.493)	(1.693.274)
Aumento de capital em controladas e controladas em conjunto	10 (7.391)	(13.644)	—	—
Aquisição de investimento, líquido do caixa e equivalentes de caixa das empresas adquiridas	20 —	(46.413)	(150.385)	(108.929)
(Aplicações) resgates de cauções e depósitos vinculados	7 (735)	—	7.365	(247)
Caixa líquido (usado) nas atividades de investimentos	(276.872)	(860.057)	(2.612.513)	(1.802.450)
Atividades de financiamentos:				
Ingressos de novos empréstimos e debêntures	15 571.113	1.100.000	1.008.104	2.432.917
Custo de empréstimos e debêntures (custos de transação e prêmios)	15 —	(7.866)	(942)	(65.548)
Adiantamento para futuro aumento de capital	—	917.064	—	917.064
Pagamento de empréstimos e debêntures (principal)	15 (1.327)	(689.578)	(529.813)	(760.347)
Liquidação de instrumento derivativo	(33.270)	—	(192.615)	(132.858)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	31 (5)	(52.843)	(153.950)	(123.552)
Aumento de capital	22.2 —	—	—	196.658
Redução de capital em controladas	22.2 —	—	(103.216)	—
Compra de ações em tesouraria	(15)	—	(15)	—
Reservas de capital	22.2 —	—	—	163.167
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)	16 (902)	—	(4.365)	(2.230)
(Aplicações) Resgates de garantias de financiamento	7 —	—	8.921	(44.885)
Caixa líquido (usado) gerado nas atividades de financiamentos	535.594	1.266.777	32.109	2.580.386
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(34.969)	(3.855)	(171.991)	(560.058)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	35.056	61.258	195.872	657.043
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	87	57.403	23.881	96.985

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
30 de setembro de 2023 e 2022
 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	30/09/2022	30/09/2023	30/09/2022
1. RECEITAS	—	—	5.416.710	3.422.433
Receita bruta de venda de energia	—	—	2.851.141	2.393.492
Outras receitas operacionais	—	—	97.437	41.880
Receitas relativas à construção de ativos próprios	—	—	2.468.132	987.061
2. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(4.880)	(5.222)	(3.553.998)	(2.178.176)
Materiais	(78)	(18)	(1.163.051)	(805.757)
Serviços de terceiros	(4.234)	(4.270)	(1.406.807)	(364.572)
Custo da energia comprada e transmissão	—	—	(875.954)	(946.101)
Outros custos operacionais	(568)	(934)	(108.186)	(61.746)
3. VALOR ADICIONADO BRUTO	(4.880)	(5.222)	1.862.712	1.244.257
4. RETENÇÕES	(999)	—	(562.207)	(374.868)
Depreciação e amortização	(999)	—	(562.207)	(374.868)
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(5.879)	(5.222)	1.300.505	869.389
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	300.549	192.350	426.504	300.838
Equivalência patrimonial	218.583	169.272	6.518	18.105
Receitas financeiras	81.966	23.078	419.986	282.733
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	294.670	187.128	1.727.009	1.170.227
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	294.670	187.128	1.727.009	1.170.227
Pessoal	8.300	8.409	152.532	124.336
Remuneração e encargos	6.182	5.574	116.263	96.405
Participação dos trabalhadores nos lucros e resultados	2.113	2.835	22.473	17.911
Previdência privada	5	—	7.191	3.892
FGTS	—	—	6.605	6.128
Tributos (Governos)	5.577	2.868	513.684	374.392
Federais	5.577	2.868	247.668	206.664
Imposto de Renda e Contribuição Social	38	1	44.983	55.993
COFINS	3.276	923	125.213	86.957
PIS	532	150	51.089	41.794
INSS	1.664	1.605	24.382	19.737
Encargos sociais - Outros	67	189	2.001	2.183
Estaduais	—	—	180.194	104.324
ICMS	—	—	179.882	103.746
Outros	—	—	312	578
Municipais	—	—	982	288
IPTU	—	—	769	288
ISS	—	—	213	—
Encargos setoriais	—	—	84.840	63.116
Pesquisa e desenvolvimento	—	—	15.803	15.889
Taxa de fiscalização - ANEEL	—	—	13.353	10.788
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	—	—	55.684	36.439
Remuneração de capital de terceiros	205.381	108.533	840.093	488.703
Juros	205.370	108.504	837.666	486.700
Aluguéis	11	29	2.427	2.003
Remuneração de capitais próprios	75.412	67.318	220.700	182.796
Lucros retidos	75.407	14.439	75.407	14.439
Dividendos	5	52.879	5	52.879
Participação de acionistas não controladores	—	—	145.288	115.478

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A AES Brasil Energia S.A ("Companhia" ou "Controladora"), é uma companhia de capital aberto, com sede na Avenida Luiz Carlos Berrini, 1.376, 12º andar da Torre A - Sala Digitalização, Brooklin Paulista, São Paulo - SP, que tem por objetivo principal exercer o controle de sociedades que atuam majoritariamente nos setores de geração de energia elétrica.

A Companhia é diretamente controlada pela AES Holdings Brasil Ltda. e indiretamente pela The AES Corporation ("AES Corp"), sediada nos Estados Unidos da América.

A Companhia possui um portfólio diversificado de geração de energia elétrica renovável, sendo eles: geração hidroelétrica, geração eólica e geração solar.

A Companhia atua, ainda, na área de comercialização de energia por meio da AES Comercializadora de Energia Ltda.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Em 25 de outubro de 2023, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das informações contábeis intermediárias referentes ao período findo em 30 de setembro de 2023, submetendo-as nesta data à apreciação do Conselho de Administração e ao exame do Conselho Fiscal.

2.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis individuais estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As informações consolidadas da Companhia, foram preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), além das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB. No caso da Companhia, essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards* – IFRS), somente no que se refere à capitalização de juros incorridos pela Controladora, em relação aos ativos em construção de suas controladas.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades de capital aberto. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar.

As informações contábeis intermediárias foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pelas opções de ações outorgadas, obrigações benefícios pós-emprego, e pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, pela avaliação do ativo imobilizado ao seu custo atribuído ("deemed cost"), na data de transição para as práticas contábeis adotadas no Brasil alinhadas às IFRS em janeiro de 2009 e pela mensuração inicial a valor justo do intangível gerado pela extensão do período de concessão.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas informações contábeis intermediárias. Desta forma, as informações relevantes próprias estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

Com o objetivo de divulgar nas informações contábeis intermediárias apenas os aspectos relevantes, a Companhia deixou de apresentar as notas explicativas a seguir, pois foram anteriormente divulgadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022, publicadas em 27 de fevereiro de 2023. Dessa forma, a leitura das informações contábeis intermediárias deve ser feita em conjunto com as demonstrações contábeis anuais.

Notas Explicativas

Número	Nota explicativa	Justificativa
1.1	Geração hidroelétrica	(a)
1.2	Geração eólica	(a)
1.3	Geração solar	(a)
1.4	Aquisição dos Complexos Araripe, Caetés e Cassino	(a)
1.5	Obrigação de expansão	(a)
2	Principais eventos ocorridos no período findo em 30 de setembro de 2023	(a)
3.2	Políticas contábeis e estimativas	(a)
3.3	Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas	(a)
3.4	Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração	(a)
3.7	Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2022	(a)
3.8	Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes	(a)
3.9	Entidades controladas	(b)
7.2	Estimativa de recuperação de créditos	(a)
16.3	Características dos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos	(b)
18.1	Previdência privada	(a)
18.2	Programa de incentivo à aposentadoria	(a)
18.3	Informações relevantes das obrigações com benefícios pós-emprego	(a)
24	Destinação do resultado	(a)
32.2	Gerenciamento de riscos	(a)
32.2 (a)	Estrutura de gerenciamento de riscos	(a)
32.2 (b)	Riscos resultantes de instrumentos financeiros	(a)
32.2 (b.1)	Risco de crédito	(b)
32.2 (b.5)	Risco de aceleração das dívidas	(b)
32.2 (c)	Outros riscos considerados relevantes	(a)
32.2 (c.1)	Risco hidrológico	(a)
32.2 (c.2)	Risco em renováveis não-hídricas	(a)
32.2 (c.3)	Risco de alterações na legislação tributária do Brasil	(a)
32.2 (c.4)	Risco de instabilidade cambial e econômica	(a)
32.3 (c.5)	Risco socioambiental	(a)
32.3 (c.6)	Risco de obrigação de expansão	(a)
32.3 (c.7)	Risco da escassez de vento	(a)
33	Seguros	(a)
35	Compromissos	(a)

(a) Informações idênticas às publicadas nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022.

(b) Informações e textos reduzidos, pois não houve alteração no conteúdo nas informações contábeis intermediárias.

2.2 Base de preparação e apresentação

Continuidade operacional

Em 30 de setembro de 2023, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia, suas controladas e *joint ventures* em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas informações contábeis intermediárias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, suas controladas e *joint ventures*, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia, suas controladas e *joint ventures* preparam, no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia, suas controladas e *joint ventures*. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, suas controladas e *joint ventures*, podendo sofrer alterações.

Notas Explicativas

Segmento de negócios

Todas as decisões tomadas pela Administração da Companhia, suas controladas e *joint ventures* são baseadas em relatórios consolidados, o suprimento e o fornecimento de energia são realizados utilizando-se uma rede integrada de geração, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Administração da Companhia concluiu que possui apenas o segmento de geração de energia elétrica como passível de reporte.

2.3 Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia, suas controladas e *joint ventures* é o real (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operações. As informações contábeis intermediárias estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, suas controladas e *joint ventures*, foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data base dos balanços. As receitas e despesas são convertidas às taxas de câmbio nas datas das transações.

2.4 Critérios de consolidação

Transações e saldos em transações entre a controladora e controladas ou entre as controladas são eliminados.

O exercício social das controladas incluídas na consolidação coincide com o da controladora, as políticas contábeis são aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pelas controladoras e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. As transações entre a controladora e empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes.

As informações contábeis intermediárias consolidadas contemplam as informações da Companhia e de suas controladas, todas sediadas no Brasil, cujas práticas contábeis estão consistentes com as adotadas pela Companhia.

Notas Explicativas

Em 06 de junho de 2023, a Companhia constituiu a empresa denominada AES Energy Solutions Ltda. O objetivo dessa empresa é comercializar energia elétrica, incluindo a comercialização varejista, compra e venda de energia em suas diversas formas e modalidades, participando de todos os segmentos de mercados especializados.

Posteriormente, em 22 de setembro de 2023, a Companhia constituiu as empresas denominadas Tucano F9 Geração de Energias SPE S.A., Tucano F11 Geração de Energias SPE S.A. e Tucano F13 Geração de Energias SPE S.A. O objetivo dessas Sociedades de Propósito Específico (SPE's) é a geração atacadista de energia elétrica em todas as suas formas, bem como a comercialização de energia elétrica proveniente das usinas.

Sendo assim, nestas informações trimestrais intermediárias de 30 de setembro de 2023, a controlada direta AES Energy Solutions Ltda. e as controladas indiretas Tucano F9 Geração de Energias SPE S.A., Tucano F11 Geração de Energias SPE S.A. e Tucano F13 Geração de Energias SPE S.A., passaram a ser incluídas na Consolidação da Companhia:

				Participação	
Descrição	Atividade	Complexo	Sede	30/09/2023	31/12/2022
Controlada direta					
AES Energy Solutions Ltda.	Comercializadora	Comercializadora	São Paulo, SP	100%	—
Controlada indireta					
Tucano F9 Geração de Energias SPE S.A. (Tucano F9)	Geração eólica	Complexo Tucano	Tucano, BA	100%	—
Tucano F11 Geração de Energias SPE S.A. (Tucano F11)	Geração eólica	Complexo Tucano	Tucano, BA	100%	—
Tucano F13 Geração de Energias SPE S.A. (Tucano F13)	Geração eólica	Complexo Tucano	Tucano, BA	100%	—

Para estas informações trimestrais, a Companhia deixou de apresentar a nota explicativa completa, pois os demais investimentos não sofreram alteração. Conforme destacado na nota explicativa nº 2.1 a leitura das informações contábeis intermediárias deve ser feita em conjunto com as demonstrações contábeis anuais de 31 de dezembro de 2022, publicadas em 27 de fevereiro de 2023.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Caixa e Equivalentes de caixa				
Numerário disponível	87	35.056	10.957	58.021
Operação compromissada	—	—	12.924	137.851
Subtotal	87	35.056	23.881	195.872
Investimentos de curto prazo				
CDB-DI	516.016	352.000	2.446.962	3.587.700
Subtotal	516.016	352.000	2.446.962	3.587.700
Total	516.103	387.056	2.470.843	3.783.572

Os investimentos de curto prazo em 30 de setembro de 2023 possuem liquidez diária e com rentabilidade média consolidada de 101,68% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (102,74% do CDI em 31 de dezembro de 2022).

Notas Explicativas

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado							
	Saldos vencidos	Saldos vencidos				PECLD (i)	30/09/2023	31/12/2022
		Até 90 dias	De 90 a 180 dias	De 180 a 360 dias	Acima de 360 dias			
CIRCULANTE								
Contratos bilaterais	180.578	—	—	—	—	(259)	180.319	213.170
Mercado de Curto Prazo	31.121	1.319	10.240	3.746	475	—	46.901	7.217
Leilões de Energia Eólica	67.102	835	—	104	—	—	68.041	98.672
Leilões de Energia Solar	22.132	964	2	—	—	—	23.098	15.907
Partes relacionadas (nota 29)	208	—	—	—	—	—	208	4
Contratos de comercialização de energia	27.726	1	—	—	—	—	27.727	797
Total	328.867	3.119	10.242	3.850	475	(259)	346.294	335.767

(i) Em 30 de setembro de 2023, a Companhia registrou provisão de perdas de liquidação duvidosa com base na expectativa de perdas dos valores vencidos ou do saldo a vencer do contas a receber da controlada indireta AES Tietê Integra Soluções em Energia Ltda.

Em relação aos demais saldos de contas a receber, a Companhia concluiu que não há expectativa de perda dos valores vencidos ou do saldo a vencer.

5. TRIBUTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
CIRCULANTE				
Imposto de renda e contribuição social a recuperar				
Imposto de renda	7.485	5.450	74.838	47.668
Contribuição social	631	—	19.997	9.582
Imposto de renda retido na fonte (i)	18.690	2.595	104.150	37.018
Total	26.806	8.045	198.985	94.268
Outros tributos a recuperar				
PIS e Cofins	—	—	1.084	3.368
ICMS	—	—	5.176	899
INSS	—	—	191	167
Outros	—	—	267	2.379
Total	—	—	6.718	6.813
Total	26.806	8.045	205.703	101.081

(i) A variação é devida, principalmente, pelo maior saldo médio das aplicações financeiras durante o ano de 2023, gerando um valor maior de Imposto de Renda a recuperar.

Notas Explicativas

6. TRIBUTOS DIFERIDOS

6.1 Composição dos tributos e contribuições sociais diferidos ativos e passivos

		Controladora			Consolidado			
		Balanco Patrimonial		Resultado	Balanco Patrimonial		Resultado	
		Notas	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023
O imposto de renda e contribuição social diferidos referem-se a:								
Tributos ativos:								
Prejuízo fiscal e base negativa		—	—	—	539.356	539.367	(11)	503
Provisão para participação nos lucros e resultados		—	—	—	5.203	6.412	(1.209)	(880)
Provisão para processos fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórias	18	—	—	—	22.905	30.574	(7.669)	1.946
Provisão de benefício a empregados		—	—	—	7.505	4.559	2.946	2.941
Provisão para redução ao provável valor de realização de ativos		—	—	—	2.027	2.027	—	—
Créditos fiscais de ágios incorporados	6.3	—	—	—	57.282	66.120	(8.838)	(9.546)
Provisão para fornecedores de materiais e serviços		—	—	—	12.997	10.685	2.312	(2.189)
Hedge de Fluxo de caixa (outros resultados abrangentes)		5.930	971	—	46.183	49.870	—	—
Ajuste avaliação atuarial (outros resultados abrangentes)		—	—	—	33.076	33.076	—	—
Ressarcimento de energia	8	—	—	—	14.050	11.378	2.672	5.835
Variação cambial não realizada		—	—	—	825	569	256	78
Marcação a mercado		—	—	—	20.684	—	20.684	—
Outros		—	—	—	19.071	14.692	4.379	(123)
Tributos passivos:								
Ativo imobilizado - custo atribuído	11	—	—	—	(247.680)	(267.631)	19.951	21.151
Ativo intangível - uso do bem público	12	—	—	—	(6.278)	(6.811)	533	533
Atualização de cauções e depósitos vinculados	18	(15)	—	(15)	(108)	(1.294)	1.186	(391)
Ativo imobilizado - taxa de depreciação		—	—	—	(158.521)	(170.101)	11.580	710
Variação Cambial Ativa Não Realizada		(28)	(5)	(23)	(214)	(381)	167	2.660
Ativo intangível - GSF	12	—	—	—	(255.132)	(276.688)	21.556	21.556
Juros Capitalizados		—	—	—	(64.316)	(51.951)	(12.365)	(43.436)
Marcação a mercado		—	—	—	(26.807)	—	(26.807)	—
Outros		—	—	—	(15.224)	(6.606)	(8.618)	(237)
Ativo (Passivo) fiscal diferido, líquido		5.887	966	(38)	6.884	(12.134)	22.705	1.111
Apresentação no balanço patrimonial								
Tributos diferidos do ativo não circulante		5.887	966		147.791	129.287		
Tributos diferidos do passivo não circulante		—	—		(140.907)	(141.421)		
Total		5.887	966		6.884	(12.134)		

Os tributos diferidos são apresentados por complexo e pelo valor líquido, a seguir:

Complexo	30/09/2023			31/12/2022
	Ativo	Passivo	Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)
Controladora	5.930	(43)	5.887	966
AES Comercializadora	20.685	(26.807)	(6.122)	(2.470)
Complexo Tucano	—	(1.003)	(1.003)	(1.814)
Complexo Araripe	7.654	(72.731)	(65.077)	(66.276)
Complexo Caetés	8.147	(75.730)	(67.583)	(70.003)
AES Operações	718.026	(589.748)	128.278	117.139
AES Tietê Integra	3.053	—	3.053	3.058
Complexo Alto Sertão II	6.537	(832)	5.705	5.395
Complexo AGV	111	(90)	21	(49)
Complexo Ouroeste	—	(202)	(202)	(308)
Complexo Guaimbé	—	(397)	(397)	(501)
Complexo Ventus	4.261	(1.684)	2.577	1.673
Complexo Salinas e Mandacaru	3.205	(935)	2.270	1.056
Complexo Cassino	—	(523)	(523)	—
	777.609	(770.725)	6.884	(12.134)

A movimentação dos saldos de tributos e contribuições sociais diferidos é como segue:

Notas Explicativas

Movimentação dos tributos diferidos	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	966	(12.134)
Impacto no resultado	(38)	22.705
Impacto no patrimônio líquido (Outros resultados abrangentes)	4.959	(3.687)
Saldos em 30 de setembro de 2023	5.887	6.884

A composição da base de cálculo e a conciliação do imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Controladora				Controladora			
	01/07/2023 a 30/09/2023		01/01/2023 a 30/09/2023		01/07/2022 a 30/09/2022		01/01/2022 a 30/09/2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	53.338	53.338	75.450	75.450	40.502	40.502	67.319	67.319
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	(13.335)	(4.800)	(18.863)	(6.791)	(10.126)	(3.645)	(16.830)	(6.059)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva								
Adições (exclusões) permanentes:								
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	(861)	(310)	(1.675)	(603)	12.822	4.616	(2.674)	(963)
Resultado de equivalência patrimonial	13.696	4.931	20.075	7.227	(2.582)	(929)	19.698	7.091
Outras	485	173	426	153	(114)	(42)	(194)	(69)
Ajuste de impostos								
Outros	8	3	9	4	(1)	—	(1)	—
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(7)	(3)	(28)	(10)	(1)	—	(1)	—
Composição dos tributos no resultado:								
Corrente	—	—	—	—	—	—	—	—
Diferidos	(7)	(3)	(28)	(10)	(1)	—	(1)	—
Total	(7)	(3)	(28)	(10)	(1)	—	(1)	—
Alíquota efetiva	—%	—%	—%	—%	—%	—%	—%	—%

Notas Explicativas

	Consolidado				Consolidado			
	01/07/2023 a 30/09/2023		01/01/2023 a 30/09/2023		01/07/2022 a 30/09/2022		01/01/2022 a 30/09/2022	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	112.410	112.410	265.683	265.683	149.469	149.469	238.790	238.790
Alíquota nominal	25%	9%	25%	9%	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social - despesa nominal	(28.103)	(10.117)	(66.421)	(23.911)	(37.367)	(13.452)	(59.698)	(21.491)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva								
Adições (exclusões) permanentes:								
Diferenças temporárias sem imposto diferido constituído	(7.944)	(2.860)	(11.464)	(4.127)	9	3	(24)	(9)
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	426	165	(14.163)	(5.070)	17.288	6.254	(5.074)	(1.769)
Amortização da mais valia em combinação de negócios e de direitos contratuais	3.708	1.335	(1.689)	(608)	(2.704)	(973)	(8.127)	(2.926)
Resultado de equivalência patrimonial	259	94	1.630	587	3.801	1.368	4.527	1.630
Ajuste lucro presumido	31.437	10.294	49.978	15.237	28.598	9.126	36.447	10.437
Juros capitalizados de controladas	—	—	—	—	(36.404)	(13.106)	—	—
Outras	1.546	544	1.271	445	1.079	(122)	(388)	(145)
Ajuste de impostos								
Ajustes de anos anteriores	200	(165)	(110)	(290)	(8.036)	(2.593)	(8.031)	(2.590)
Outros	5.773	5.412	10.026	3.696	281	49	1.108	130
Despesa de imposto de renda e contribuição social	7.302	4.702	(30.942)	(14.041)	(33.455)	(13.446)	(39.260)	(16.733)
Composição dos tributos no resultado:								
Corrente	(5.380)	(7.235)	(43.990)	(23.698)	(10.300)	(5.064)	(39.790)	(17.313)
Diferidos	12.682	11.937	13.048	9.657	(23.155)	(8.382)	530	580
Total	7.302	4.702	(30.942)	(14.041)	(33.455)	(13.446)	(39.260)	(16.733)
Alíquota efetiva	6,5%	4,2%	-11,6%	-5,3%	-22,4%	-9,0%	-16,4%	-7,0%

A Controladora apurou prejuízo fiscal no período findo em 30 de setembro de 2023, não tendo, portanto, despesa de IRPJ/CSLL correntes. Houve apenas constituição de IRPJ/CSLL diferidos sobre diferença temporária de variação cambial não realizada.

6.2 Composição dos prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias sem diferido constituído

	Prejuízo Fiscal e Base negativa de Contribuição Social		Diferenças Temporárias		Total Diferido não Contabilizado	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Complexo Alto Sertão II	140.299	50.508	—	—	140.299	50.508
AES Brasil Operações	65.329	23.896	31.699	11.412	97.028	35.308
Complexo Salinas e Mandacarú	3.034	1.092	40.560	14.602	43.594	15.694
Complexo Tucano	19.186	6.907	844	304	20.030	7.211
Guaimbê Holding	—	—	4.944	1.780	4.944	1.780
Complexo Cajuina	117	43	—	—	117	43
Complexo Ventus	44	16	—	—	44	16
Complexo Arinos	55	20	—	—	55	20
Complexo Caetés	2.790	1.005	—	—	2.790	1.005
Complexo Araripe	4.109	1.479	—	—	4.109	1.479
Cordilheira dos Ventos	7	3	—	—	7	3
AES GF1 Holdings	5	2	—	—	5	2
Complexo Cassino	15	5	—	—	15	5
CONSOLIDADO	234.990	84.976	78.047	28.098	313.037	113.074

Os correspondentes impostos diferidos ativos não foram reconhecidos, tendo em vista que os impostos diferidos ativos são constituídos no limite da expectativa de realização dos lucros tributários futuros. Para os prejuízos e bases negativas de contribuição social detidos por empresas *holdings*, cujos resultados

Notas Explicativas

são majoritariamente gerados por despesas financeiras dedutíveis, a Companhia não constitui impostos diferidos ativos.

6.3 Créditos fiscais de ágios incorporados

Os créditos fiscais de ágios incorporados classificados no ativo não circulante referem-se aos benefícios fiscais gerados pelas incorporações dos ágios das controladoras AES Gás Ltda., AES Tietê Participações S.A. e AES Brazilian Energy Holdings S.A. e estão registrados de acordo com os conceitos das Resolução CVM 78/2022.

Os ágios e as correspondentes provisões são amortizados pelo prazo de concessão da controlada direta AES Operações, de acordo com a curva de expectativa de rentabilidade futura estabelecida pela ANEEL, através do Ofício 87, de 16 de janeiro de 2004.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da controlada direta AES Operações apresentam contas específicas relacionadas com o ágio incorporado, provisão para reserva especial de ágio, no patrimônio líquido, e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes, no resultado do exercício. Em 30 de setembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, os saldos estavam assim representados:

	Consolidado			
	30/09/2023			31/12/2022
	Ágio	Provisão	Valor Líquido	Valor Líquido
AES Brazilian Energy Holdings Ltda				
Saldos oriundos da incorporação	319.564	(210.912)	108.652	108.652
Amortização acumulada	(217.743)	143.710	(74.033)	(68.694)
Subtotal	101.821	(67.202)	34.619	39.958
AES Gás Ltda.				
Saldos oriundos da incorporação	808.304	(541.564)	266.740	266.740
Amortização acumulada	(747.160)	500.440	(246.720)	(243.632)
Subtotal	61.144	(41.124)	20.020	23.108
AES Tietê Participações S.A.				
Saldos oriundos da incorporação	82.420	(54.397)	28.023	28.023
Amortização acumulada	(74.647)	49.267	(25.380)	(24.969)
Subtotal	7.773	(5.130)	2.643	3.054
Total	170.738	(113.456)	57.282	66.120

A movimentação dos créditos fiscais do ágio incorporado é como segue:

Movimentação dos tributos diferidos	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	66.120
Amortização	(26.345)
Reversão	17.507
Saldo em 30 de setembro de 2023	57.282

Notas Explicativas

7. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Notas	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
CIRCULANTE				
Garantias de compromissos contratuais	—	—	19.437	16.713
Cauções e depósitos vinculados relativos a processos judiciais	18.1 661	—	2.985	18.544
Garantias de financiamento (i)	—	—	7.296	251.928
Subtotal	661	—	29.718	287.185
NÃO CIRCULANTE				
Garantias de financiamento (i)	—	—	618.847	321.156
Cauções e depósitos vinculados relativos a processos judiciais	18.1 74	—	5.790	6.680
Subtotal	74	—	624.637	327.836
Total	735	—	654.355	615.021

(i) Refere-se às Contas Reservas da Dívida, que se destinam aos pagamentos de principal, juros e obrigações dos contratos de dívida das controladas Complexo Eólico Araripe, Complexo Eólico Caetés, AES Operações e Tucanos F1 a F4 no montante, respectivamente de R\$113.291, R\$143.796, R\$24.275 e R\$9.104 e de suas controladas indiretas, composto pelo Complexos Eólicos Mandacaru e Salinas, Complexo Eólico Alto Sertão II, Complexo Eólico Ventus e Complexo Eólico Cassino, nos montantes de R\$214.609, R\$26.045, R\$10.304 e R\$84.719, respectivamente. A integralidade dos recursos retidos, nestas contas, deve ser aplicada seguindo as restrições mencionadas nos documentos da emissão. O saldo destas contas, em sua totalidade, está aplicado em certificados de depósitos bancários e fundos, com rentabilidade média consolidada de 101,68% do CDI.

A movimentação das cauções e dos depósitos vinculados para o período findo em 30 de setembro de 2023 é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	615.021
Adições (i)	280.038
Atualização monetária (nota 28)	55.620
Baixas e resgates (ii)	(296.324)
Saldo em 30 de setembro de 2023	654.355

(i) As adições no montante de R\$280.038, são compostas por: (a) ingressos decorrentes de garantias previstas em cláusulas contratuais para emissão de financiamentos e debêntures, no montante de R\$274.014; (b) valores depositados judicialmente no montante de R\$3.339; e (c) R\$2.685 de garantias contratuais.

(ii) Os resgates no montante de R\$296.324 são compostos por: (a) pagamento de principal e juros das dívidas, no montante de R\$275.920; (b) R\$20.392 de depósitos judiciais; e (c) R\$12 de resgates de garantias de compromissos contratuais.

8. RESSARCIMENTO

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas que operam contratos do Leilão de Energia de Reserva - LER 2009, LER 2010, LER 2013 e a CCEE e entre os contratos de Energia Nova entre o LEN 2011 (A-3), Fontes Alternativas - LFA e as distribuidoras, estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, a Companhia reflete o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens ou serviços para o cliente. A contraprestação variável reflete o valor justo mais provável do ressarcimento, na qual não são esperados pela Companhia reversões significativas.

Notas Explicativas

A movimentação do ressarcimento é como segue:

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
Saldos em 31 de dezembro de 2022	25.231	(731.620)
Adição/reversão (i)	(1.842)	(200.334)
Amortização	(5.447)	82.970
Atualização monetária	—	(17.541)
Ressarcimento contratual (ii)	3.513	—
Amortização de ressarcimento contratual	(13.705)	—
Saldos em 30 de setembro de 2023	7.750	(866.525)
Circulante	6.645	(264.142)
Não circulante	1.105	(602.383)

(i) refere-se à geração eólica abaixo da contratada no período, principalmente em função da baixa velocidade do vento.

(ii) refere-se ao ressarcimento de energia atrelado ao contrato de manutenção, que obedece a regras similares às regras do Órgão regulador.

Os ressarcimentos relativos aos eventos de *constrained-off* das usinas eólicas atrelados à contratação de energia elétrica no ambiente regulado e à contratação de energia de reserva estavam suspensos desde a emissão do Despacho nº 2.303/2019 pela ANEEL, onde se iniciou uma apuração dos procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação.

Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE divulgou o comunicado CO 970/22, informando cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas e também para as solares. Em 12 de janeiro de 2023, a CCEE divulgou o comunicado CO 039/23 para a operacionalização das apurações de ressarcimentos de fontes eólicas e solares, de acordo com as premissas já estabelecidas nas resoluções normativas emitidas pela ANEEL.

A reapuração do ressarcimento ocorrerá em duas etapas, compreendidas como período transitório e período definitivo. Para o período transitório, que compreende os ressarcimentos apurados até setembro de 2021, iniciou-se, em setembro/2023, as reapurações e liquidações, entretanto para o período definitivo, que compreende os ressarcimentos apurados a partir de outubro de 2021, estamos aguardando a emissão da Nota Técnica pela ANEEL contendo aprovação das regras a serem adotadas.

Do saldo total de R\$866.525 do passivo de ressarcimento, R\$682.208 referem-se à suspensão de devolução de ressarcimento de ciclos encerrados decorrente do Despacho 2.303/2019, sendo R\$163.048 para o LER 2009, R\$52.548 para o LER 2010, R\$164.328 para o LER 2011, R\$268.149 para o LER 2013 e R\$34.135 para LFA.

Notas Explicativas

9. OUTROS ATIVOS

Notas	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
CIRCULANTE				
Almoxarifado (i)	—	—	95.077	48.672
Indenização de seguro a receber (ii)	—	—	39.583	8.453
Contas a receber de partes relacionadas 29	—	—	7	1.154
Despesas pagas antecipadamente	51	23	26.694	9.475
Contas a receber sobre venda de participação acionária	—	—	—	1.010
Adiantamento a empregados	—	6	2.783	353
Dividendos a receber 29 e 10	1.151	—	9.523	—
Adiantamento a fornecedores	—	—	15.755	6.034
Compensação por atraso em Tucanos (iii)	—	—	24.107	58.903
Imóvel disponível para venda 11	—	—	1.521	—
Contas a receber sobre venda de controlada (iv)	—	—	—	25.488
Outros	583	62	14.031	21.025
Subtotal	1.785	91	229.081	180.567
NÃO CIRCULANTE				
Pis e Cofins diferidos sobre ressarcimento	—	—	16.651	14.706
Despesas pagas antecipadamente	—	—	5.180	5.712
Imposto de renda	—	9	7.683	10.133
Contas a receber de partes relacionadas 29	—	—	5.847	6.661
INSS	—	—	1.762	1.762
ICMS	—	—	1.390	1.390
Outras contas a receber	—	—	4.533	5.733
Outros	—	—	1.393	3.788
Subtotal	—	9	44.439	49.885
Total	1.785	100	273.520	230.452

(i) A variação de almoxarifado está relacionada, principalmente, com a estratégia de manutenções dos parques Eólicos e Solares da Companhia e a aquisição dos Complexos Eólicos Araripe, Caetés e Cassino.

(ii) A variação é decorrente da indenização a receber devido ao sinistro ocorrido em 2021 em dois aerogeradores da SPE Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A., do Complexo Ventus.

(iii) Refere-se à compensação parcial por atraso a receber pelas SPEs Tucano F1, Tucano F2, Tucano F3 e Tucano F4 prevista no contrato de fornecimento de turbinas e equipamentos. O contrato estabelece penalidade por *achievement of substantial completion* para atraso em relação à data de conclusão de cada parque eólico, com o objetivo de ressarcir perdas de receitas operacionais causadas pelo atraso. Os montantes apresentados estão parcialmente líquidos do passivo com a contraparte registrado na rubrica de Fornecedores, haja vista que o referido contrato prevê esta compensação.

(iv) Em 11 de junho de 2021, após o cumprimento das condições precedentes, foi concretizada a venda de 100% das quotas de suas controladas indiretas AES Tietê Inova, AES Tietê Inova I e AES Tietê Inova II para uma subsidiária da EDP Energias do Brasil, sendo o risco e os benefícios da propriedade transferida para a Compradora, nesta data. Em março de 2023, após análise de realização, baseado em prognóstico jurídico, o saldo foi reavaliado e o impacto registrado em contrapartida a outras despesas operacionais (nota 27).

Notas Explicativas

10. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E JOINT VENTURES

A Companhia detém investimentos em empresas controladas direta e indiretas e indiretamente em *joint ventures*. Esses investimentos são avaliados com base no método de equivalência patrimonial nas informações contábeis intermediárias da Controladora e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

A controlada direta Tucano Holding I S.A. detém 50% de participação indireta na Tucano Holding III com a Unipar Carbocloro S.A., empreendimento controlado em conjunto ("*Joint Venture*") com a Unipar Carbocloro S.A. Conforme os acordos contratuais, é requerido consenso entre todas as partes do acordo para as atividades relevantes. A participação no investimento é reconhecida pelo método de equivalência patrimonial na Controladora e Consolidado.

Na Controladora, os intangíveis decorrentes de combinação de negócios e da aquisição de ativos são incluídos no valor contábil do investimento, inicialmente mensurado pelo seu valor justo e amortizado com base no prazo remanescente de autorização ou do contrato. Já na demonstração consolidada, esses valores são apresentados na rubrica de intangível.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Participações societárias permanentes:				
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	5.013.716	4.490.231	104.534	107.539
Direitos contratuais decorrentes de aquisição de ativos (i)	16.137	16.137	—	—
Direito de exploração de autorização decorrente de aquisição de ativos (ii)	647.572	661.558	—	—
Mais valia dos investimentos adquiridos (ii)	128.639	132.914	—	—
Total	5.806.064	5.300.840	104.534	107.539

(i) Refere-se às aquisições dos Complexos Arinos, no montante de R\$16.137. A amortização iniciará após a entrada em operação do parque com base no prazo de autorização.

(ii) Refere-se à aquisição dos Complexos Araripe e Caetés, amortizado com base no prazo dos contratos de leilão de energia.

A movimentação dos investimentos para o período findo em 30 de setembro de 2023 é como segue:

	Controladora				
	Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	Direitos contratuais decorrentes de aquisição de ativos	Direito de exploração de autorização decorrente de aquisição de ativos	Ajustes a valor justo do investimento adquirido	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	4.490.231	16.137	661.558	132.914	5.300.840
Equivalência patrimonial (i)	237.135	—	—	—	237.135
Adiantamento para futuro aumento de capital	267.640	—	—	—	267.640
Aquisição de controladas	1	—	—	—	1
Amortização do intangível e da mais valia gerado em aquisições (i)	—	—	(13.986)	—	(13.986)
Amortização dos direitos contratuais, exploração e autorização (i)	—	—	—	(4.275)	(4.275)
Aumento de capital	7.391	—	—	—	7.391
Dividendos	(1.151)	—	—	—	(1.151)
Outros resultados abrangentes (ii)	12.469	—	—	—	12.469
Saldos em 30 de setembro de 2023	5.013.716	16.137	647.572	128.639	5.806.064

(i) Valores apresentados na rubrica de equivalência patrimonial nas demonstrações de resultados.

(ii) O montante se refere principalmente ao efeito reflexo do *hedge* dos empréstimos captados no exterior para financiamento da construção dos parques eólicos, proteção cambial referente à aquisição de placas solares em moeda estrangeira, por meio de NDF e opção de recompra acionária.

Notas Explicativas

Controladora	Saldo em 31 de dezembro de 2022	Equivalência patrimonial	Aumento de capital	Adiantamento para futuro aumento de capital	Dividendos	Outros Resultados Abrangentes	Amortização dos intangíveis gerado na mais valia e direitos de exploração	Aquisição de Controladas	Saldo em 30 de setembro de 2023
AES Tucano Holding I S.A.	1.527.941	160.210	—	267.640	(1.151)	(837)	—	—	1.953.803
AES Brasil Operações	2.858.851	59.481	—	—	—	13.306	—	—	2.931.638
AES Comercializadora	16.798	8.125	—	—	—	—	—	—	24.923
AES GF1 Holdings	42.002	(52)	664	—	—	—	—	—	42.614
AES GF2 Holdings	1.139	11	11	—	—	—	—	—	1.161
AES Arinos Holding	17.207	(197)	4.686	—	—	—	—	—	21.696
São Tomé Holding	404.296	(488)	—	—	—	—	(8.208)	—	395.600
São Tito Holding	432.606	10.020	—	—	—	—	(10.053)	—	432.573
AES Energy Solutions	—	25	2.030	—	—	—	—	1	2.056
Total	5.300.840	237.135	7.391	267.640	(1.151)	12.469	(18.261)	1	5.806.064

Controlada	Total de quantidade de quotas/ações do capital social	Percentual de participação	Valor do capital social	Valor do patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Lucro líquido (prejuízo) do período ajustado
AES Brasil Operações S.A.	2.014.441.535	100%	1.799.262	2.803.104	59.481	59.481
AES Comercializadora	12.000.000	100%	12.000	24.923	8.125	8.125
AES GF1 Holdings	42.674.500	100%	42.675	42.614	(52)	(52)
AES GF2 Holdings	1.157.900	100%	1.158	1.160	11	11
AES Arinos	5.778.500	100%	5.779	5.559	(197)	(197)
Tucano Holding I (i)	2.204.656.170	60,93%	688.787	2.393.578	22.066	160.210
São Tomé Holding	373.237	100%	373.237	34.032	(488)	(488)
São Tito Holding	273.517	100%	273.517	14.856	10.020	10.020
AES Energy Solutions	2.028.678	100%	2.030	2.055	25	25
				5.321.881	98.991	237.135

(i) A diferença entre o lucro líquido do período e o lucro líquido do período ajustado no montante de R\$138.144 refere-se aos juros capitalizados da Tucano Holding I. Com o objetivo de financiar principalmente a construção de novos complexos solares, a Controladora captou recursos por meio de debêntures e empréstimos de longo prazo. Em função do ativo qualificável estar registrado na controlada, a capitalização foi reconhecida nas rubricas “Investimentos” em contrapartida ao “Resultado de equivalência patrimonial”. Já nas demonstrações contábeis consolidadas, está apresentado como “Imobilizado, líquido” (nota explicativa nº 11) em contrapartida ao resultado financeiro, na rubrica “Juros capitalizados transferidos no imobilizado/intangível em curso” (nota explicativa nº 28). Para melhor apresentação, os juros capitalizados foram ajustados na tabela em Lucro líquido (prejuízo) do período ajustado.

Joint Venture

Em 30 de setembro de 2023, as informações contábeis da *Joint Venture* estão apresentadas abaixo:

	Tucano Holding III Consolidado
Balanco Patrimonial	
Ativo circulante	142.698
Ativo não circulante	740.930
Passivo circulante	89.729
Passivo não circulante	584.831
Patrimônio líquido	209.068
Demonstração de Resultado	
Resultado Operacional	55.085
Resultado financeiro	(34.567)
Despesa ou receita de imposto sobre a renda	(7.482)
Lucro do período	13.036
Resultado abrangente total	13.036
Percentual de participação	50%
Quantidade de quotas/ações do capital social	1.444.186.438

Notas Explicativas

A movimentação de investimentos, consolidado, da *joint venture* é como segue:

Movimentação Joint Venture	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2022	107.539
Equivalência patrimonial	6.518
Dividendos	(9.523)
Saldos em 30 de setembro de 2023	104.534

Operação comercial *Joint Venture*

Os parques eólicos controlados pela Tucano Holding III foram liberados para operação comercial e iniciaram o atendimento dos seus contratos de fornecimento de energia em 01/01/2023. O contrato de compra e venda de energia é firmado com a Unipar Carbocloro S.A., possuem vigência de 20 anos, com 155 MW de capacidade instalada e 71,5 MWh de garantia física de energia.

11. IMOBILIZADO

a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	Consolidado				
	30/09/2023				31/12/2022
	Taxas médias anuais de depreciação (%) (iii)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido (ii)	Saldo líquido
Terrenos	—	414.284	—	414.284	414.284
Reservatórios, barragens e adutoras	3,21%	2.944.731	(2.321.555)	623.176	679.700
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,90%	1.573.945	(602.276)	971.669	708.074
Máquinas e equipamentos	3,93%	9.915.371	(2.170.583)	7.744.788	5.705.111
Veículos	13,30%	17.382	(7.985)	9.397	8.706
Móveis e utensílios e outros	6,23%	9.195	(6.056)	3.139	2.481
Imobilizado em serviço		14.874.908	(5.108.455)	9.766.453	7.518.356
Imóveis destinados a uso futuro	—	578	—	578	2.099
Imobilizado em curso (i)	—	3.327.892	—	3.327.892	3.497.002
Bens vinculados às concessões e autorizações		18.203.378	(5.108.455)	13.094.923	11.017.457
Direito de uso de sede administrativa	10,80%	13.681	(6.345)	7.336	8.454
Direito de uso de terreno arrendado	3,30%	179.809	(24.277)	155.532	147.893
Total Imobilizado		18.396.868	(5.139.077)	13.257.791	11.173.804

(i) O ativo imobilizado em curso contempla principalmente gastos com construção de novas plantas de geração eólica nos Complexos de Tucano e Cajuína, incluindo adiantamento a fornecedores para aquisição dos aerogeradores, além de gastos com a modernização de unidades geradoras das usinas hidroelétricas. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço quando da sua entrada em operação.

(ii) Inclui os custos de desmontagem, remoção e restauração dos ativos eólicos e solares, que em 30 de setembro de 2023 representa um montante de R\$91.214 (R\$95.396 em 31 de dezembro de 2022), líquido de depreciação. Vide nota explicativa 21.

Notas Explicativas

(b) Movimentação do ativo imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	Consolidado							
	Saldos em 31 de dezembro de 2022	Adições	Remensuração (ii)	Provisão para desmobilização	Baixas	Transferências e reclassificações (i)	Juros capitalizados	Saldos em 30 de setembro de 2023
Terrenos	414.284	—	—	—	—	—	—	414.284
Reservatórios, barragens e adutoras	2.943.639	—	—	—	—	1.092	—	2.944.731
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.292.845	—	—	—	—	281.100	—	1.573.945
Máquinas e equipamentos	7.600.390	—	—	—	(9.066)	2.324.047	—	9.915.371
Veículos	14.649	—	—	—	—	2.733	—	17.382
Móveis e utensílios e outros (iii)	8.879	—	—	—	—	316	—	9.195
Imóveis destinados a uso futuro	2.099	—	—	—	—	(1.521)	—	578
Imobilizado em curso (iii)	3.497.002	2.088.031	—	—	—	(2.613.639)	356.498	3.327.892
Direito de uso de sede administrativa	12.978	703	—	—	—	—	—	13.681
Direito de uso de terreno arrendado	165.414	—	14.542	—	—	(147)	—	179.809
Subtotal	15.952.179	2.088.734	14.542	—	(9.066)	(6.019)	356.498	18.396.868
Depreciação/Amortização	(4.778.375)	(360.139)	—	(4.182)	3.619	—	—	(5.139.077)
Total líquido	11.173.804	1.728.595	14.542	(4.182)	(5.447)	(6.019)	356.498	13.257.791

(i) Valor de R\$ 1.521 refere-se à reclassificação para outros ativos por se tratar de um imóvel mantido para venda (nota 9) e R\$4.498 para outros intangíveis (nota 12).

(ii) Vide nota 16.

(iii) A variação é devida, principalmente, pelas transferências em decorrência dos despachos emitidos pela ANEEL, ocorridas entre os períodos de janeiro de 2023 à agosto de 2023, que libera para operação comercial as unidades geradoras, pertencentes às controladas indiretas Tucano F1, Tucano F2, Tucano F3 e Tucano F4, com capacidade instalada de 6,2 MW cada, para início de operação no primeiro dia subsequente à data de emissão.

Notas Explicativas

(c) Dos bens vinculados à concessão e autorizações

Os bens e as instalações utilizados na geração de energia, e que são vinculados à concessão, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

São previstos o oferecimento em garantia dos direitos emergentes da outorga os bens constituídos pela geradora eólica ou solar sem autorização da ANEEL, desde que a eventual execução da garantia não comprometa a continuidade da geração de energia elétrica. Já a transferência de outorga ou do controle societário deve ser precedida de anuência prévia.

Os ativos de suas controladas que possuem essas características, são:

	Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022
Concessão	2.362.497	2.433.933
Autorizações	10.731.848	8.581.425
Imóveis destinados a uso futuro	578	2.099
Total	13.094.923	11.017.457

12. INTANGÍVEL

	Consolidado				
	30/09/2023				31/12/2022
	Taxas médias anuais de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Extensão de concessão (i)	9,10%	982.856	(232.467)	750.389	813.789
Uso do bem público (UBP) (ii)	3,7%	73.174	(54.711)	18.463	20.031
Direitos contratuais de solares e eólicas (iii)	4,85%	554.911	(80.202)	474.709	506.456
Direito de exploração de autorização (iv)	3,00%	885.965	(29.983)	855.982	813.612
Intangível gerado na combinação de negócios (v)	3,42%	19.073	(3.965)	15.108	15.591
Direitos e projetos em desenvolvimento (vi)	—	37.208	—	37.208	84.594
Software e outros intangíveis	21,06%	185.775	(59.420)	126.355	106.778
Total		2.738.962	(460.748)	2.278.214	2.360.851

- (i) Refere-se ao ativo intangível da extensão de concessão registrado em 2020, decorrente da repactuação do GSF, conforme Lei 14.052/2020 e Resolução Normativa 895/2020. O saldo é amortizado pelo método linear a partir de 1º de janeiro de 2021 até o final do prazo de concessão da AES Operações.
- (ii) O uso do bem público (UBP) compreende o direito de operar como concessionária de uso do bem público na produção e comercialização de energia elétrica, na condição de Produtor Independente de Energia, conforme contrato de concessão assinado em 20 de dezembro de 1999, o qual tem prazo de vigência de 30 anos e foi pago no período de 2000 a 2004, sendo os valores pagos registrados como um ativo intangível relacionado à concessão. A amortização deste ativo é feita pelo método linear durante o prazo de vigência do contrato de concessão.
- (iii) Refere-se à aquisição do direito dos contratos de Leilão de Energia de Reserva (LER) e ao direito de autorização de geração do Parque Solar Boa Hora e Guaimbê, além dos complexos eólicos Ventus, complexo São Ricardo, complexo Serra Verde, complexos Eólicos Mandacaru e Salinas, amortizados, pelo método linear, com base no prazo dos contratos de leilão de energia e no prazo remanescente de autorização. Estes valores foram definidos com base em modelos de avaliação de ativos, considerando as informações e condições constantes nos contratos de leilão e nos contratos de autorização de geração de energia.
- (iv) Corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente da aquisição de ativos dos Parques Solares Boa Hora, Guaimbê e Parques Eólicos de Santa Tereza, Complexo Eólico Tucano,

Notas Explicativas

Ventos do Araripe, Caetés e Cassino que serão amortizados com base no prazo remanescente de autorização.

- (v) Corresponde ao direito de exploração de autorização decorrente de combinação de negócios do Complexo Eólico Alto Sertão II, que será amortizado com base no prazo remanescente de autorização.
- (vi) Corresponde ao direito e projetos em desenvolvimento decorrente da aquisição de ativos e do Projeto Eólico Cordilheira dos Ventos, que será amortizado com base no prazo de autorização, após a planta entrar em operação, que está previsto julho de 2025 e também da aquisição do Projeto Solar Arinos, ainda sem previsão de início de construção.

A movimentação do intangível é como segue:

	Consolidado								
	Extensão de concessão	Uso do Bem Público	Direitos contratuais (i)	Direito de exploração de autorização	Intangível gerado na combinação de negócios	Direitos e projetos em desenvolvimento	Software e outros intangíveis		Total
							Em curso	Em serviço	
Saldos em 31 de dezembro de 2022	813.789	20.031	506.456	813.612	15.591	84.594	87.924	18.854	2.360.851
Adições	—	—	9.305	—	—	—	24.261	—	33.566
Amortizações	(63.400)	(1.568)	(24.915)	(21.153)	(483)	—	—	(9.182)	(120.701)
Transferências (ii)	—	—	(16.137)	63.523	—	(47.386)	(48.498)	52.996	4.498
Saldos em 30 de setembro de 2023	750.389	18.463	474.709	855.982	15.108	37.208	63.687	62.668	2.278.214

- (i) As adições referem-se às obrigações contratuais (“*earn-out*”) decorrentes do cumprimento de determinadas cláusulas (Ajuste de Preço de Potência Instalada), oriunda da aquisição do Complexo Serra Verde.
- (ii) Refere-se a movimentação de transferência do imobilizado.

13. FORNECEDORES

		Controladora		Consolidado	
	Notas	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
CIRCULANTE					
Energia elétrica comprada para revenda		—	—	89.943	69.013
Encargo de uso do sistema de transmissão - TUST (i)		—	—	61.158	16.424
Encargo de uso do Sistema de Distribuição para as geradoras - TUSDg		—	—	5.613	5.141
Subtotal		—	—	156.714	90.578
Materiais e Serviços		374	598	147.514	173.370
Materiais e Serviços - partes relacionadas	29	—	—	14.766	3.965
Total		374	598	318.994	267.913

A Companhia e suas controladas possuem contratadas 113 cartas de fiança no valor total de R\$195.076, e 59 seguros garantia no valor de R\$363.677, totalizando uma importância segurada de R\$558.753 (93 cartas de fiança no valor total de R\$61.355, e 75 seguros garantia no valor de R\$513.584, totalizando uma importância segurada de R\$574.939 em 31 de dezembro de 2022), com custo de 0,22% a 6,00% a.a. Estas garantias têm como objetivo principal cumprir exigências de compra de energia elétrica, principalmente no MRE e mercado de curto prazo (SPOT).

- (i) O aumento da TUST é decorrente da regularização dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUSTs) a partir da entrada em vigor da Resolução Normativa nº 1.065/2023, publicada pela ANEEL em 13 de julho de 2023, que dispõe sobre normativo excepcional para (a) Anistia - revogação de outorgas de

Notas Explicativas

geração sem aplicação de penalidades ou multas e rescisão não onerosa dos CUSTs e (b) Regularização de cronograma para projetos com CUST em execução e com CUST para execução em Ciclo Tarifário a partir de 2024-2025.

Do pipeline de projetos da Companhia, cerca de 1,0 GW mostrou-se elegível para adesão ao mecanismo. Considerando o status destes projetos, sua interface com a infraestrutura de escoamento existente e as perspectivas de expansão, decidiu-se por:

- Manter e regularizar projetos que totalizam capacidade instalada de 282 MW, de forma a permanecer com os descontos na Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST); e
- Manter o projeto e revogar as outorgas e CUSTs dos projetos que somam capacidade instalada de 738 MW, que possuíam conexão garantida, mas com desconto na TUST. Desta maneira, para estes projetos, será iniciado um processo de nova outorga.

14. TRIBUTOS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
CIRCULANTE				
<u>Imposto de renda e contribuição social a pagar (ii)</u>				
Imposto de renda	—	—	15.430	11.197
Contribuição social	—	—	10.986	6.601
Total	—	—	26.416	17.798
<u>Outros tributos a pagar</u>				
INSS	121	129	6.141	7.053
PIS e Cofins	309	151	14.772	14.173
ICMS (i)	—	—	21.402	18.881
IRRF	1.760	187	4.435	2.528
CIDE	—	—	5.304	3.749
ISS	—	—	1.585	907
Outros	5	12	3.708	1.267
Total	2.195	479	57.347	48.558

(i) A partir de março de 2022, iniciou a tributação do ICMS com a alíquota de 18% sobre o faturamento de energia das empresas geradoras ou comercializadoras de energia, localizadas no estado de São Paulo. Essa tributação foi autorizada pelo decreto 66.373/2021 e portaria CAT 14/2022.

(ii) As controladas Tucano Holding I e II, Veleiros, Santa Tereza, Santa Tereza (06, 09 e 11), Serra Verde (I, II, III, IV, VI e VII), São Ricardo, São Ricardo (1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12 e 13), Potengi, AES Comercializadora, AES GF1 Holdings, AES GF2 Holdings, AES Arinos Solar Holdings, AES Arinos Solar (I a VIII), Cajuína AB1, AB2 e AB3, Cordilheira dos Ventos, Ventos de São Tomé Holding S.A., Ventos de Santa Brígida (I a VII), Ventos de São Tito Holding S.A., Ventos de Santa Joana (II, VI, VIII e XIV), Ventos de São Onofre (I a III) e AES New Energy são tributadas pelo regime de lucro real. No que se refere à forma de pagamento de imposto de renda e contribuição social, a controlada direta AES Operações levantou balancete de suspensão no período e as empresas AES GF2 Holdings, Ventos de Santa Brígida (I a VII), Ventos de Santa Joana (VI, VIII e XIV), Ventos de São Onofre (II e III) e AES New Energy levantaram balancete de redução.

Por sua vez, a controlada indireta Ventus Holding utilizou da apuração com base no balancete de redução e recolheu antecipações, porém as demais controladas indiretas Tucano F5, Guaimbê Holding, AES Tietê Integra, Nova Energia, AES Tietê Eólica, MS Participações, Santos, AGV VII e REB apuraram prejuízo fiscal.

Com exceção das empresas mencionadas acima, a apuração do imposto de renda e da contribuição social das demais empresas dos Complexos Ouroeste, Complexo Tucano, Alto Sertão II, Complexo Guaimbê, Complexo Ventus, Complexos Salinas e Mandacaru, Santa Tereza 01 a 05, 07, 08, 10, 12 a

Notas Explicativas

14, Serra Verde V, São Ricardo (3, 4 e 11), Complexo Cassino são realizadas com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa.

15. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

15.1 Os saldos de debêntures, não conversíveis, empréstimos e financiamentos são compostos da seguinte forma:

	Controladora						
	30/09/2023						
	Circulante			Não circulante			Total circulante + não circulante
	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total	
MOEDA NACIONAL							
Debêntures							
Debêntures - 1ª Emissão	8.586	(2.612)	5.974	1.066.124	(1.309)	1.064.815	1.070.789
Subtotal	8.586	(2.612)	5.974	1.066.124	(1.309)	1.064.815	1.070.789
MOEDA ESTRANGEIRA							
Scotiabank 4131 (1ª série)	3.748	(351)	3.397	192.542	(61)	192.481	195.878
Scotiabank 4131 (2ª série)	4.166	(318)	3.848	378.501	(109)	378.392	382.240
Scotiabank 4131 (3ª série)	2.040	(318)	1.722	183.245	(109)	183.136	184.858
Subtotal	9.954	(987)	8.967	754.288	(279)	754.009	762.976
Total da dívida	18.540	(3.599)	14.941	1.820.412	(1.588)	1.818.824	1.833.765

	Controladora						
	31/12/2022						
	Circulante			Não circulante			Total circulante + não circulante
	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Custos de transação	Total	
MOEDA NACIONAL							
Debêntures							
Debêntures - 1ª Emissão	41.370	(2.341)	39.029	1.060.422	(3.305)	1.057.117	1.096.146
Subtotal	41.370	(2.341)	39.029	1.060.422	(3.305)	1.057.117	1.096.146
MOEDA ESTRANGEIRA							
Scotiabank 4131 (1ª série)	1.033	—	1.033	201.859	(495)	201.364	202.397
Subtotal	1.033	—	1.033	201.859	(495)	201.364	202.397
Total da dívida	42.403	(2.341)	40.062	1.262.281	(3.800)	1.258.481	1.298.543



Notas Explicativas

MOEDA NACIONAL

Debêntures

Consolidado								
30/09/2023								
Circulante				Não Circulante				Total circulante + não circulante
Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	
1ª Emissão - Tucano Holding II	20.654	41.565	(901)	61.318	317.929	—	(12.504)	366.743
1ª Emissão - Veleiros	400.000	39.610	(770)	438.840	—	—	—	438.840
1ª Emissão - Cajuína AB1	11.675	21.674	(1.965)	31.384	1.043.281	—	(51.026)	1.023.639
5ª Emissão - AES Operações	126.483	6.485	(480)	132.488	—	—	—	132.488
6ª Emissão (2ª Série) - AES Operações	220.189	6.696	(1.089)	225.796	—	—	—	225.796
8ª Emissão - AES Operações	22.089	4.722	(1.277)	25.534	185.345	—	(4.852)	206.027
9ª Emissão (1ª Série) - AES Operações	—	7.183	(490)	6.693	1.380.000	—	(1.065)	1.385.628
9ª Emissão (2ª Série) - AES Operações	—	1.516	(3.448)	(1.932)	828.395	—	(15.386)	811.077
9ª Emissão (3ª Série) - AES Operações	—	5.861	(967)	4.894	231.182	—	(4.316)	231.760
10ª Emissão - AES Operações	—	90.308	(513)	89.795	750.000	—	(2.237)	837.558
1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica	8.895	476	(254)	9.117	12.706	—	(317)	21.506
1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica	17.933	900	(242)	18.591	21.630	—	(135)	40.086
1ª Emissão AES Brasil Energia	—	8.586	(2.612)	5.974	1.066.124	—	(1.309)	1.070.789
Complexo Eólico Araripe	13.083	2.697	(869)	14.911	88.137	—	(3.259)	99.789
Complexo Eólico Caetés	11.201	2.547	(522)	13.226	88.340	—	(1.684)	99.882
Subtotal	852.202	240.826	(16.399)	1.076.629	6.013.069	—	(98.090)	6.991.608

Empréstimos e financiamentos

BNDES - Complexo Ventus	26.971	563	(70)	27.464	137.100	—	(356)	164.208
BNB - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	11.625	2.699	(1.615)	12.709	124.942	—	(10.196)	127.455
Nota comercial - Complexo Eólico Cajuína	700.000	83.272	(2.469)	780.803	—	—	—	780.803
BNDES - Complexo Eólico Cassino	16.030	419	(862)	15.587	111.819	—	(5.581)	121.825
BNDES - Complexo Eólico Caetés	38.060	1.464	(2.789)	36.735	417.413	—	(21.152)	432.996
BNDES - Complexo Eólico Araripe	39.522	1.521	(3.195)	37.848	433.465	—	(24.226)	447.087
BNDES - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	21.273	486	(1.442)	20.317	126.226	—	(8.336)	138.207
BNB - Complexo Eólico Tucano (Anglo)	17.390	1.607	(170)	18.827	349.601	32.287	(2.741)	397.974
Outros	27.198	—	—	27.198	25.107	—	—	52.305
Subtotal	898.069	92.031	(12.612)	977.488	1.725.673	32.287	(72.588)	2.662.860

MOEDA ESTRANGEIRA

Scotiabank 4131 (2020) AES Operações	—	—	—	—	582.120	—	—	582.120
Scotiabank 4131 (2021) AES Operações	—	—	—	—	697.409	—	—	697.409
Scotiabank 4131 (1ª série) AES Energia	—	3.748	(351)	3.397	192.542	—	(61)	195.878
Scotiabank 4131 (2ª série) AES Energia	—	4.166	(318)	3.848	378.501	—	(109)	382.240
Scotiabank 4131 (3ª série) AES Energia	—	2.040	(318)	1.722	183.245	—	(109)	184.858
Subtotal	—	9.954	(987)	8.967	2.033.817	—	(279)	2.042.505
Total da dívida	1.750.271	342.811	(29.998)	2.063.084	9.772.559	32.287	(170.957)	11.696.973

Notas Explicativas

	Consolidado							
	31/12/2022							
	Circulante				Não Circulante			
	Principal	Encargos	Custos de transação	Total	Principal	Encargos	Custos de transação	Total
MOEDA NACIONAL								
Debêntures								
1ª Emissão - Tucano Holding II	—	—	—	—	326.142	24.314	(13.891)	336.565
1ª Emissão - Cajuína AB1	—	33.360	(1.780)	31.580	952.172	—	(52.177)	899.995
5ª Emissão - AES Operações	121.878	337	(1.889)	120.326	—	—	—	120.326
6ª Emissão (2ª Série) - AES Operações	212.173	5.787	(2.806)	215.154	212.173	—	(601)	211.572
8ª Emissão - AES Operações	20.613	1.566	(1.356)	20.823	189.506	—	(5.797)	183.709
9ª Emissão (1ª Série) - AES Operações	—	56.245	(464)	55.781	1.380.000	—	(1.438)	1.378.562
9ª Emissão (2ª Série) - AES Operações	—	10.717	(3.155)	7.562	797.959	—	(18.034)	779.925
9ª Emissão (3ª Série) - AES Operações	—	8.333	(882)	7.451	222.688	—	(5.063)	217.625
10ª Emissão - AES Operações	—	5.975	(462)	5.513	750.000	—	(2.632)	747.368
1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica	9.791	82	(254)	9.619	15.911	—	(508)	15.403
1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica	17.159	154	(242)	17.071	29.415	—	(483)	28.932
1ª Emissão AES Brasil Energia	—	41.370	(2.341)	39.029	1.060.422	—	(3.305)	1.057.117
Complexo Eólico Caetés	12.426	—	(519)	11.907	88.146	—	(2.075)	86.071
Complexo Eólico Araripe	10.423	—	(869)	9.554	92.944	—	(3.911)	89.033
Subtotal	404.463	163.926	(17.019)	551.370	6.117.478	24.314	(109.915)	6.031.877
Empréstimos e Financiamentos								
BNDES - Complexo Ventus	26.738	668	(70)	27.336	155.973	—	(408)	155.565
BNDES - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	21.090	570	(1.637)	20.023	140.956	—	(9.200)	131.756
Nota comercial - Complexo Eólico Cajuína	—	—	(2.538)	(2.538)	700.000	3.630	(1.300)	702.330
BNDES - Complexo Eólico Cassino	16.691	—	(816)	15.875	122.678	—	(6.193)	116.485
BNDES - Complexo Eólico Caetés	36.616	—	(2.789)	33.827	443.525	—	(23.244)	420.281
BNDES - Complexo Eólico Araripe	38.031	—	(3.193)	34.838	460.572	—	(26.623)	433.949
BNB - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	11.099	1.889	(1.346)	11.642	130.754	—	(11.569)	119.185
BNB - Complexo Eólico Tucano (Anglo)	6.559	267	(165)	6.661	326.356	13.294	(2.869)	336.781
Outros	158.251	15.191	—	173.442	41.668	594	—	42.262
Subtotal	315.075	18.585	(12.554)	321.106	2.522.482	17.518	(81.406)	2.458.594
MOEDA ESTRANGEIRA								
Scotiabank 4131 (2020) AES Operações	—	27	—	27	605.547	—	—	605.547
Scotiabank 4131 (2021) AES Operações	—	3.597	—	3.597	720.515	—	—	720.515
Scotiabank 4131 (1ª série) AES Energia	—	1.033	—	1.033	201.859	—	(495)	201.364
Subtotal	—	4.657	—	4.657	1.527.921	—	(495)	1.527.426
Total da dívida	719.538	187.168	(29.573)	877.133	10.167.881	41.832	(191.816)	10.017.897

Para o empréstimo em moeda estrangeira, o saldo contábil atualizado considera o principal, juros e custos da transação. Para esta dívida, existe *swap*, demonstrado na nota explicativa nº 30.1.

Os custos de transação incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado do período pelo prazo da dívida que os originaram, por meio do método do custo amortizado. A utilização do método do custo amortizado resulta no cálculo e apropriação de encargos financeiros com base na taxa efetiva de juros em vez da taxa de juros contratual do instrumento.

Notas Explicativas

15.2 Movimentação das debêntures, empréstimos e financiamentos é como segue:

	Controladora			Consolidado			
	Debêntures	Moeda estrangeira	Total	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Moeda estrangeira	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.096.146	202.397	1.298.543	6.583.247	2.779.700	1.532.083	10.895.030
Ingressos (i)	—	571.113	571.113	400.000	36.991	571.113	1.008.104
Encargos financeiros	122.365	29.652	152.017	554.403	196.888	47.022	798.313
Variação cambial	—	(20.111)	(20.111)	—	—	(67.946)	(67.946)
Variação monetária	—	—	—	119.975	10.809	—	130.784
Pagamento de principal	(1.327)	—	(1.327)	(254.344)	(275.469)	—	(529.813)
Pagamento de encargos financeiros	(148.120)	(20.506)	(168.626)	(424.940)	(93.426)	(40.198)	(558.564)
Diferimento dos custos de transação	—	—	—	(322)	(620)	—	(942)
Amortização dos custos de transação	1.725	431	2.156	13.589	7.987	431	22.007
Saldos em 30 de setembro de 2023	1.070.789	762.976	1.833.765	6.991.608	2.662.860	2.042.505	11.696.973

(i) Os ingressos de empréstimos e financiamentos no montante de R\$ 36.991 referem-se a liberação de desembolsos para o Complexo Eólico Tucano (Anglo) contratados juntos ao Banco do Nordeste em 02 de julho de 2021. Os recursos são disponibilizados conforme a necessidade de caixa para o financiamento do projeto.

15.3 Características dos contratos de debêntures, empréstimos e financiamentos emitidos em 2023 estão descritas a seguir:

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data Emissão	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Sistema de amortização do Principal	Montante	Vencimento	Finalidade
Controladora	Scotiabank 4131 (2ª série)	383.363	01/01/2023	USD + 5,2870% com swap para o CDI + 1,60%	Semestral	Parcela única no vencimento	382.240	17/01/2025	Reforço de caixa e liquidez.
Controladora	Scotiabank 4131 (3ª série)	187.750	01/01/2023	USD + 5,2870% com swap para o CDI + 1,65%	Semestral	Parcela única no vencimento	184.858	17/01/2025	Reforço de caixa e liquidez.
Veleiros (i)	1ª Emissão - Debêntures	400.000	27/01/2023	CDI + 1,50%	Parcela única no vencimento	Parcela única no vencimento	438.840	27/07/2024	Financiamento do Complexo Eólico Cajúna.

(i) A taxa contratual das Debêntures de Veleiros é CDI + 1,50% até 12 meses da emissão com step-up da taxa para CDI + 1,65%, após essa data.

Para o período findo em 30 de setembro de 2023, todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

15.4 Composição de moeda e indexadores do principal e encargos:

	Controladora e Consolidado		Controladora				Consolidado			
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023		31/12/2022		30/09/2023		31/12/2022	
	Indexador		R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Moeda nacional										
CDI (índice do último dia útil do período)	12,65%	13,65%	1.074.710	58,44	1.101.792	84,45	4.525.083	38,03	3.997.642	35,96
IPCA (índice acumulado dos últimos 12 meses)	5,19%	7,17%	—	—	—	—	3.652.486	30,70	3.813.359	34,30
TJLP (índice do último dia útil do período)	7,00%	7,01%	—	—	—	—	1.372.332	11,53	1.464.108	13,17
Pré-fixado	2,55%	2,55%	—	—	—	—	304.256	2,56	308.732	2,78
Moeda estrangeira										
Dólar (taxa do último dia útil do período) (i)	5,0076	5,4100	764.242	41,56	202.892	15,55	2.043.771	17,18	1.532.578	13,79
Total			1.838.952	100,00	1.304.684	100,00	11.897.928	100,00	11.116.419	100,00

(i) Empréstimos em moeda estrangeira (Dólar) com swap para CDI.

Notas Explicativas

15.5 Parcelas relativas ao principal das debêntures e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante:

	Controladora				Consolidado					
	Debêntures	Moeda estrangeira	Custos de transação	Total	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Moeda estrangeira	Encargos	Custos de transação	Total
2024	—	183.176	(1.009)	182.167	50.357	53.017	183.176	390	(15.511)	271.429
2025	1.066.124	571.112	(579)	1.636.657	1.184.510	199.694	862.172	1.551	(22.678)	2.225.249
2026	—	—	—	—	793.673	189.527	814.117	1.566	(22.037)	1.776.846
2027	—	—	—	—	1.908.036	199.338	174.352	1.632	(20.027)	2.263.331
2028	—	—	—	—	436.710	210.034	—	1.710	(16.599)	631.855
2029 em diante	—	—	—	—	1.639.783	874.063	—	25.438	(74.105)	2.465.179
	1.066.124	754.288	(1.588)	1.818.824	6.013.069	1.725.673	2.033.817	32.287	(170.957)	9.633.889

16. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

A movimentação do passivo arrendado é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2022	2.529	180.221
Remensuração (i)	(150)	14.542
Encargos financeiros	198	11.327
Pagamento de encargos financeiros	(198)	(11.327)
Pagamento de principal	(902)	(4.365)
Saldo em 30 de setembro de 2023	1.477	190.398
Circulante	1.477	7.424
Não circulante	—	182.974

(i) O passivo de arrendamento é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso.

Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento são como segue:

	Controladora	Consolidado
CIRCULANTE		
2023	349	1.281
2024	1.128	6.143
Subtotal	1.477	7.424
NÃO CIRCULANTE		
2024	—	1.209
2025	—	5.399
2026	—	5.772
2027	—	6.318
2028	—	5.460
Após 2028	—	158.816
Subtotal	—	182.974
Total	1.477	190.398

Notas Explicativas

17 OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

17.1 Ativos e passivos atuariais

Nota	Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022
Valor presente das obrigações atuariais	604.082	596.551
Valor justo dos ativos do plano	(494.726)	(494.726)
Subtotal passivo registrado com previdência privada	109.356	101.825
Valor presente das obrigações atuariais	10.001	8.865
Subtotal passivo registrado com programa de incentivo à aposentadoria	10.001	8.865
Total das obrigações com benefícios pós-emprego	119.357	110.690

17.2 Despesas reconhecidas no resultado do período

Nota	Consolidado			
	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022
Juros sobre a obrigação atuarial	14.836	44.508	13.206	39.618
Rendimento esperado sobre os ativos do plano	(12.326)	(36.977)	(10.500)	(31.500)
Subtotal das despesas benefício definido	2.510	7.531	2.706	8.118
Contribuição definida	2.538	6.661	1.738	3.397
Total da despesa com entidade de previdência privada	5.048	14.192	4.444	11.515
Custo dos serviços correntes	175	525	162	486
Juros sobre a obrigação atuarial	204	611	174	521
Total das despesas programa de incentivo à aposentadoria	379	1.136	336	1.007
Total das despesas com benefícios pós-emprego	5.427	15.328	4.780	12.522

17.3 Movimentações do passivo registrado

Nota	Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022
Saldo no início do período	110.690	133.836
Despesa do período com previdência privada	7.812	12.167
Despesa do período com Programa de Incentivo à Aposentadoria (PIA)	1.136	—
Ajuste de avaliação atuarial (remensurações)	—	(32.038)
Pagamentos de contribuições	(281)	(3.275)
Saldo no final do período	119.357	110.690

Notas Explicativas

18. PROVISÕES PARA PROCESSOS JUDICIAIS E OUTROS

18.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

As provisões para processos judiciais e outros e respectivos cauções e depósitos vinculados estão compostos da seguinte forma:

	Consolidado			
	Passivo		Ativo	
	Provisão para processos judiciais e outros		Cauções e depósitos vinculados	
	30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Trabalhista (a)	3.359	2.683	1.571	1.431
Meio ambiente (b)	2.472	2.566	—	—
Regulatório (c)	56.052	58.910	—	—
Fiscal (d)				
Compensações IRPJ e CSLL (d.1)	6.579	6.384	—	—
PIS/Cofins sobre receitas financeiras (d.2)	—	19.164	—	18.544
PIS/Cofins sobre receitas financeiras (d.3)	4.120	—	2.985	—
Cível (e)	—	5.741	86	4.849
Total	72.582	95.448	4.642	24.824
 Circulante	8.594	23.498		
Não Circulante	63.988	71.950		
Total	72.582	95.448		

As cauções e depósitos vinculados totalizam R\$ 8.775 em 30 de setembro de 2023 (R\$ 25.224 em 31 de dezembro de 2022), e estão demonstrados a seguir de acordo com a classificação de probabilidade de perda dos processos aos quais estão vinculados:

	Consolidado							
	30/09/2023				31/12/2022			
	Processos prováveis	Processos possíveis	Processos remotos	Total	Processos prováveis	Processos possíveis	Processos remotos	Total
Trabalhista	1.571	120	138	1.829	1.431	64	227	1.722
Fiscal	2.985	—	—	2.985	18.544	—	—	18.544
Cível	86	133	—	219	82	62	—	144
Imobiliárias	—	3.742	—	3.742	4.767	47	—	4.814
	4.642	3.995	138	8.775	24.824	173	227	25.224

A movimentação das provisões para processos judiciais e outros é como segue:

Notas Explicativas

	Consolidado					
	Trabalhista	Meio ambiente	Regulatório	Fiscal	Cível	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	2.683	2.566	58.910	25.548	5.741	95.448
Provisão	1.535	—	—	2.239	—	3.774
Reversão de provisão	—	(80)	—	(19.548)	(1.455)	(21.083)
Atualização monetária	210	(14)	(2.858)	3.243	159	740
Reversão de atualização monetária	—	—	—	(783)	(4.445)	(5.228)
Pagamentos	(1.069)	—	—	—	—	(1.069)
Saldos em 30 de setembro de 2023	3.359	2.472	56.052	10.699	—	72.582

- (a) **Trabalhistas:** Existem 96 processos (80 em 31 de dezembro de 2022) de ações de empregados e ex-empregados próprios e terceirizados pelos quais são pleiteados equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade entre outros. São considerados como perda provável 14 processos (12 em 31 de dezembro de 2022). Em 30 de setembro de 2023, o valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia de R\$3.359 (R\$2.683 em 31 de dezembro de 2022).

A Administração da controlada direta AES Operações, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os processos serão finalizados entre 2024 e 2025.

- (b) **Meio ambiente:** Existem 89 processos (105 em 31 de dezembro de 2022) de ações civis públicas sobre supostos danos ambientais ocasionados por ocupações irregulares em áreas de preservação permanente envolvendo a controlada direta AES Operações no polo passivo. Os consultores jurídicos e a Administração da controlada direta AES Operações avaliaram a probabilidade de perda como provável para as medidas de recuperação ambiental dentro da área de concessão para 77 demandas (91 em 31 de dezembro de 2022), já que as demais ações tiveram julgamentos favoráveis à controlada direta AES Operações e possuem recursos pendentes. O valor provisionado relativo a essas demandas perfaz a quantia estimada de R\$2.472 (R\$ 2.566 em 31 de dezembro de 2022).

A Administração da controlada direta AES Operações, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão finalizados entre 2024 e 2025.

- (c) **Regulatório:** Despacho nº 288: Em 16 de maio de 2002, a ANEEL publicou o Despacho ANEEL nº 288, que introduziu alterações em certas regras de comercialização do então existente Mercado Atacadista de Energia - MAE, e por isso, determinou o refazimento dos números obtidos pelo MAE na data de 13 de março de 2002, os quais reconheciam a controlada direta AES Operações como devedora no mercado de curto prazo. Aplicando-se as diretrizes de tal Despacho, a controlada direta AES Operações teria sua posição alterada no mercado, passando de devedora a credora. Todavia, a RGE Sul (anteriormente AES Sul), principal agente do mercado alcançado pelos efeitos das alterações instituídas pelo Despacho ANEEL nº 288 (pois passou de credora a devedora do mercado), ingressou com ação judicial buscando a anulação do referido despacho, bem como decisão de tutela antecipada para fazer valer as regras do mercado sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288. A tutela antecipada foi deferida à RGE Sul. Assim, a CCEE (sucessora do MAE) elaborou nova liquidação, agora sem os efeitos do Despacho ANEEL nº 288, mediante a qual a controlada direta AES Operações restou devedora do mercado. Em 29 de junho de 2012, a ação da RGE Sul foi julgada improcedente em 1ª instância. Em decorrência, a RGE Sul interpôs o recurso de apelação. Em 27 de março de 2014, foi proferida decisão de 2ª instância que julgou procedente a ação, determinando a anulação do Despacho ANEEL nº 288. Em face desta decisão, foram apresentados recursos pelos demais agentes do mercado e pela ANEEL. Ainda, a controlada direta AES Operações apresentou embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão anterior. Em 15 de janeiro de 2016 foi publicada nova decisão de 2ª. instância negando os recursos de embargos de declaração opostos pela controlada direta AES Operações, demais agentes de mercado e ANEEL contra a decisão favorável de mérito à RGE Sul. Ainda no Tribunal Regional Federal da 1ª Região as partes requeridas apresentaram recurso de embargos infringentes, visando à modificação do mérito da decisão anterior. Os recursos aguardam

Notas Explicativas

julgamento. O montante provisionado atualizado pelo IGPM até 30 de setembro de 2023 corresponde a R\$56.052 (R\$58.910 em 31 de dezembro de 2022).

A Administração da controlada direta AES Operações, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que este processo será concluído até o final de 2024.

(d) Fiscal:

(d.1) Compensações IRPJ e CSLL: Em 02 de dezembro de 2008, a controlada direta AES Operações foi intimada pela Receita Federal sobre a não homologação de 4 compensações administrativas realizadas entre os créditos de saldo negativo de IRPJ (2001 e 2002) e os débitos de IRPJ (2003 e 2004) e CSLL (2003). A principal razão do Fisco não homologar as mencionadas compensações é a suposta divergência entre as informações contábeis e fiscais. Os consultores jurídicos e a Administração da controlada direta AES Operações avaliaram que de um total de R\$91.698, (R\$140.332 em 31 de dezembro de 2022) envolvidos na discussão, R\$6.579 (R\$6.384 em 31 de dezembro de 2022) são considerados como de perda provável, sendo o restante considerado como perda possível. A Administração da controlada direta AES Operações, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima que os atuais processos serão concluídos durante o ano de 2025. O detalhamento da redução do total do débito envolvido está descrito nos itens d.1 (i) e (ii) das causas possíveis.

(d.2) A controlada direta AES Operações discute judicialmente os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, que trata da tributação de PIS/COFINS sobre receitas financeiras a partir de 1º de julho de 2015. Enquanto não existia decisão autorizando a não aplicação das novas regras do Decreto, a controlada direta AES Operações estava obrigada a efetuar o recolhimento dos valores. Além disso, por se tratar de obrigação legal, a Companhia efetuou provisão para o referido valor. Em relação ao mérito, em dezembro de 2020, o Supremo Tribunal Federal julgou, em repercussão geral, a tese de forma desfavorável aos contribuintes. Sendo assim, em virtude do julgamento em repercussão geral, o entendimento foi aplicado a todos os demais processos que discutem a mesma matéria. Com isso, os valores depositados foram convertidos em renda em favor da União e em julho de 2023 o processo foi extinto em virtude do pagamento do débito.

(d.3) Mandado de Segurança ajuizado para assegurar que a Companhia não seja compelida ao recolhimento, no período de 2.1.2023 a 2.4.2023 (inclusive), PIS e COFINS, às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, de modo a se submeterem, neste período, às alíquotas de 0,33% e 2%, tal como previsto no Decreto nº 11.322/2022, em razão do respeito à anterioridade nonagesimal do art. 195, § 6º da CF/88. Em 10 de fevereiro de 2023, foi proferida decisão deferindo a liminar. Em 04 de setembro de 2023, foi proferida decisão de primeira instância que julgou improcedente o pedido diante do ADC84 do STF, que, em sede de medida cautelar, definiu que não se aplicaria o princípio da anterioridade nonagesimal. Interposto recurso de apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento. Destaque-se que a empresa realizou os depósitos judiciais relativos a diferenças de alíquotas discutidas neste caso, no valor de R\$ 2.985.

(e) Cível:

Em 13 de dezembro de 2002, foi apresentada ação judicial em face da controlada direta AES Operações e da Companhia Energética de São Paulo - CESP, visando o reconhecimento do direito a indenização por danos morais e materiais em decorrência do falecimento do pai da autora por eletrocussão no reservatório de Caconde-SP, ocorrido em 13 de maio de 1984. Em julho de 2009, foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável aos interesses das Rés. Em decorrência, foram interpostos recursos de apelação. Em julho de 2013, foi proferida decisão de 2ª instância dando parcial provimento aos recursos, apenas para reduzir os valores relativos a condenação por dano moral. Em maio de 2020, foi iniciada a fase de cumprimento de sentença. No entanto, a CESP apresentou petição nos autos informando que o recurso especial por ela interposto estava pendente de julgamento e, que, portanto, o cumprimento de sentença deveria ser suspenso. Neste sentido, em junho de 2020, foi deferida a liminar pleiteada pela controlada direta AES Operações para suspender o cumprimento de sentença até decisão final do recurso interposto pela CESP. Em julho de 2021, foi proferida decisão que inadmitiu o recurso da CESP. Em março de 2023, tornou-se definitiva decisão desfavorável aos interesses dos réus, tendo sido determinado o pagamento de condenação, no valor de R\$5.587. No entanto, nos termos do que determina o protocolo de cisão celebrado quando da privatização, a CESP é exclusivamente responsável por atos e fatos

Notas Explicativas

ocorridos até 31 de março de 1999. Neste sentido, a CESP efetuou o pagamento integral da condenação, de modo que o caso está definitivamente encerrado.

18.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível

A controlada direta AES Operações e suas subsidiárias estão envolvidas em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos da controlada direta AES Operações e suas controladas. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022
Meio ambiente (a)	Não determinado	Não determinado
Cível (b)	104.683	100.032
Regulatório (c)	56.052	51.619
Fiscal (d)	1.603.640	1.567.835
Total	1.764.375	1.719.486

A seguir, a Companhia apresenta as principais contingências passivas, considerando o montante mínimo de divulgação de R\$5.000 e relevância do tema.

- (a) Meio ambiente - Recomposição de danos ambientais: Referem-se a 3 ações civis públicas relacionadas à suspensão do processo de licenciamento ambiental da controlada direta AES Operações, bem como sua condenação à recomposição dos supostos danos ambientais decorrentes da inundação dos reservatórios de (a.1) Bariri, (a.2) Barra Bonita e (a.3) Nova Avanhandava. Além disso, destacamos também uma 4ª ação civil pública que trata de proliferação de cianobactérias no reservatório de (a.3) Promissão. As ações possuem valor de causa indeterminado, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro. Abaixo, segue detalhamento das referidas ações.
- (a.1) Em janeiro de 2007, foi deferida liminar para determinar que a controlada direta AES Operações se abstenha de conceder, a título oneroso ou gratuito, o uso das faixas de terras inseridas em área de preservação permanente. Em agosto de 2007, as partes acordaram pela suspensão do processo, para que a controlada direta AES Operações apresente PACUERA (Plano Ambiental de Conservação de Uso do Entorno do Reservatório Artificial). Em agosto de 2008, a controlada direta AES Operações informou quanto a necessidade da CETESB apresentar diretrizes (Termo de Referência) para o respectivo PACUERA, tendo sido proferida decisão para suspender o processo até que a CETESB apresente as referidas diretrizes. Desde então, aguarda-se a apresentação de informações pelo órgão ambiental.
- (a.2) Com relação à ação do Reservatório de Barra Bonita, houve decisão em 1ª instância em 13 de junho de 2016, na qual a controlada direta AES Operações foi condenada a recompor os danos ambientais (recuperação de mata ciliar) com base na metragem da legislação ambiental à época do empreendimento (Antigo Código Florestal). Os demais pedidos foram julgados improcedentes (estudo de impacto ambiental, unidade de conservação e indenização). Em 14 de julho de 2016, a controlada direta AES Operações apresentou recurso contra a aplicação do Antigo Código Florestal, visto que os assessores legais da controlada direta AES Operações avaliam como altas as chances de os Tribunais reformarem a decisão para aplicarem a metragem do Novo Código Florestal, de acordo com o plano de reflorestamento apresentado na CETESB pela controlada direta AES Operações. O processo foi então remetido ao Tribunal de Justiça. Em janeiro de 2018, na 1ª Câmara reservada ao Meio Ambiente, foi proferido despacho determinando o retorno dos autos à origem, diante da ausência de intimação do Ministério Público acerca da sentença e atos processuais posteriores. Em março de 2018, os autos foram recebidos na vara de origem e remetidos ao Ministério Público, o qual apresentou a sua manifestação. Em decorrência, a controlada direta AES Operações apresentou a sua manifestação à cota da Procuradoria e o processo será remetido para julgamento.

Notas Explicativas

- (a.3) Com relação à ação do Reservatório de Nova Avanhandava, após decisão que julgou improcedente a ação em 1ª instância, em outubro de 2009, o Tribunal decidiu por anular a decisão de 1ª instância, determinando a realização de perícia, a fim de verificar se houve dano/impacto ambiental que não estivesse compensado pelo licenciamento ambiental. Após as apresentações dos recursos cabíveis, em julho de 2017, a referida decisão transitou em julgado, razão pela qual o processo retornou para a 1ª instância para a realização de perícia.

Além disso, a controlada direta AES Operações possui 1 ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público contra o Estado de São Paulo, CETESB e a controlada direta AES Operações, com o objetivo de impedir a proliferação de Algas Cianofíceas no Rio Tietê. Da controlada direta AES Operações, o Ministério Público requer: (a) plano de contingência para o controle e redução das algas nos reservatórios de Promissão, Ibitinga e Barra Bonita sempre que atingirem níveis que coloquem em risco a saúde humana; (b) monitoramento do Rio Tietê com coletas mensais, informando os resultados à CETESB; (c) reflorestamento de toda a margem dos reservatórios que opera, localizados no Rio Tietê; e (d) pagamento de indenização pelos danos eventualmente considerados irreversíveis causados ao meio ambiente, a serem apurados em liquidação de sentença. Em 03 de setembro de 2018, foi concedida liminar aos pedidos do Ministério Público, a qual determina à controlada direta AES Operações: (i) Estabelecer, em conjunto com o Estado e a CETESB, plano de contingência para o controle e redução das cianobactérias nos reservatórios de Promissão, Ibitinga e Barra Bonita; (ii) Iniciar monitoramento do Rio Tietê, com coletas mensais, devendo informar os resultados à CETESB com a mesma periodicidade e ainda disponibilizar os dados obtidos nesse monitoramento em seu site na internet; e (iii) Apresentar, no prazo máximo de 6 meses, projeto de reflorestamento de toda a mata ciliar dos reservatórios que opera ao longo do Rio Tietê. A controlada direta AES Operações recorreu da decisão liminar, buscando suspender seus efeitos, e em 24 de outubro de 2018, foi publicada decisão favorável à controlada direta AES Operações no tribunal, suspendendo os efeitos da Liminar. Em março de 2019, foi proferida decisão que deu provimento ao recurso apresentado pela controlada direta AES Operações e, consequentemente, revogou a liminar que determinava uma série de obrigações para a mesma. Atualmente, aguarda-se julgamento em primeira instância. Tal ação possui valor de causa simbólico, motivo pelo qual não é possível, no momento, estimar o valor de um possível desembolso futuro.

(b) Cível:

- (b.1) Em 13 de março de 2013, foi movida ação judicial contra a controlada direta AES Operações, visando a cobrança de valores supostamente devidos em razão da rescisão de contratos de reflorestamento celebrados entre a Dicrel - Dois Irmãos Comercio e Reflorestamento Ltda e a controlada direta AES Operações, na medida que a Autora entende não ter incorrido nas hipóteses de rescisão unilateral dos contratos e, portanto, ser credora de valores residuais.

Em abril de 2013, a controlada direta AES Operações apresentou contestação. Em virtude de tratar-se de matéria de prova, o juiz de 1ª instância determinou a realização de perícias (ambiental e contábil), com o fim de identificar a veracidade dos fatos alegados na inicial. Atualmente, o processo encontra-se em fase de instrução, aguardando a conclusão de perícia ambiental. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a controlada direta AES Operações terá que desembolsar o valor estimado de aproximadamente R\$ 13.917, atualizado até 30 de setembro de 2023 (R\$12.868 em 31 de dezembro de 2022).

- (b.2) Em 19 de novembro de 2018, foi movida ação judicial em face das 15 SPE's relativas ao Complexo Eólico Alto Sertão II, para fins de execução de parcela líquida da sentença arbitral proferida nos autos da "arbitragem A" (vide nota explicativa nº 18.1 (e)). Em suma, o Consórcio MGT objetivava o pagamento do débito exequendo, referente à sentença arbitral proferida, acrescido de multa de 10% e de honorários advocatícios de 10%, em virtude do não pagamento do débito no prazo de 15 dias úteis da efetiva citação. Como as citações não foram efetivamente recebidas pelas 15 SPE's, após o pagamento integral do débito executado, em 30 de abril de 2019, foi apresentada impugnação ao cumprimento de sentença arbitral, com o objetivo de afastar a cobrança dos valores relativos a multa e honorários. Em 24 de junho de 2019, foi proferida

Notas Explicativas

sentença de 1º instância que afastou a cobrança dos valores referentes a multa e honorários. Em decorrência, em 25 de setembro de 2019, o Consórcio MGT interpôs recurso de apelação. Em 16 de novembro de 2020, foi proferida decisão de 2ª instância que negou provimento a apelação do MGT. Em decorrência, o MGT opôs embargos de declaração. Em 10 de junho de 2021 foi proferida a decisão que rejeitou os embargos de declaração opostos pelo MGT. Em face dessa decisão foi interposto recurso especial, o qual teve provimento negado em 22 de outubro de 2022. Em virtude de acordo celebrado entre as partes, a Companhia foi definitivamente exonerada do pagamento dos valores relativos a multa e honorários. Com isso, em Janeiro de 2023, a discussão de mérito foi definitivamente encerrada e expedido mandado de levantamento de valores depositados a maior nos autos do processo.

- (b.3) Processo ANEEL: Refere-se ação judicial proposta pelas SPE's do Complexo Eólico Ventus, visando a anulação dos efeitos do Despacho da ANEEL nº 1.388/2014, especificamente em relação ao trecho que estipula, em caráter retroativo, o início da operação comercial e do período de suprimento das Sociedades. Esta alteração retroativa acarretou na recontabilização da energia faturada pelas empresas, entre fevereiro e maio de 2014, no âmbito do respectivo CER, resultando em um saldo no valor de R\$ 78.872, atualizado até 30 de setembro de 2023 (R\$76.030 em 31 de dezembro de 2022), em favor da CCEE, que equivale à diferença entre o valor da energia previsto no CERs e o valor da energia no PLD à época. Inicialmente foi deferida liminar para suspender os efeitos do despacho em questão. Posteriormente, foi proferida sentença de primeira instância desfavorável aos interesses das SPE's do Complexo Eólico Ventus. Em decorrência, foi interposto o recurso de apelação e requerido o efeito suspensivo ao referido recurso. Foi concedido efeito suspensivo ativo para suspender a parte do referido despacho quanto ao efeito retroativo do início da operação comercial e do período de suprimento das Sociedades. Atualmente, aguarda-se julgamento da apelação. Caso sobrevenha decisão final desfavorável, a responsabilidade pelo pagamento da condenação será da J. Malucelli Energia S.A, conforme estabelecido no contrato de compra e venda.

(c) Regulatório:

- (c.1) Perda no repasse de energia de Itaipu: Trata-se de discussão sobre a obrigatoriedade da controlada direta AES Operações de adquirir a energia de Itaipu na qualidade de quotista cogente. Em 23 de janeiro de 2003, foi obtida liminar assegurando o direito de a controlada direta AES Operações não efetuar a compra de energia elétrica proveniente de Itaipu. Essa liminar foi cassada em 26 de junho de 2003 e restabelecida em 30 de junho de 2003. Em 1 de outubro de 2004, o Superior Tribunal de Justiça suspendeu a liminar. Em 5 de outubro de 2004, a controlada direta AES Operações recorreu da decisão, no qual restou decidido que a suspensão da liminar só valeria para o futuro (os efeitos da tutela antecipada anteriormente concedida foram conservados para o período de janeiro de 2003 a setembro de 2004). Em 17 de agosto de 2007, foi proferida sentença de procedência dos pedidos formulados pela controlada direta AES Operações. Em 17 de outubro de 2007, foi interposta apelação pela Eletrobras e, em 26 de novembro de 2007, foi interposta apelação pela ANEEL. Atualmente a controlada direta AES Operações aguarda julgamento dos recursos de apelação pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região. Em 30 de setembro de 2023, o montante em discussão totaliza a importância de R\$ 56.052 (R\$51.619 em 31 de dezembro de 2022).

(d) Fiscal:

- (d.1) Compensações de IRPJ e CSLL: Referem-se às intimações da Receita Federal sobre a não homologação de 4 compensações administrativas de IRPJ e CSLL, conforme mencionado no item (d.1) da nota explicativa nº 18.1 sendo estimado como perda possível R\$ 87.605 de um total de R\$ 91.698 (R\$133.948 de um total de R\$140.332 em 31 de dezembro de 2022), conforme abaixo:
- i. Compensação administrativa relativa a débitos de CSLL do ano calendário 2003, no montante total de R\$24.587 atualizado até 30 de setembro de 2023 (R\$46.268 em 31 de dezembro de 2022). Em 19 de abril de 2017, a Companhia foi intimada de decisão de 2ª instância administrativa desfavorável aos seus interesses. Em 27 de abril de 2017, a Companhia interpôs recurso especial, ao qual foi dado parcial provimento para determinar

Notas Explicativas

o retorno dos autos à origem para que seja proferido despacho complementar acerca do saldo negativo de CSLL apurado em 2002. Tal despacho, de maio de 2023, reconheceu a parcela de crédito de saldo negativo e resultou em cancelamento parcial do débito. Assim, do montante total cobrado pelo Fisco (R\$47.201), a importância de R\$22.861 foi definitivamente cancelada. Em face da parcela desfavorável, em abril de 2023, a Companhia apresentou nova manifestação de inconformidade, a qual encontra-se pendente de julgamento. A Administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima o processo será concluído durante o ano de 2025.

- ii. Compensação administrativa relativa a débitos de IRPJ do ano calendário 2003, no montante total de R\$25.115 atualizado até 30 de setembro de 2023 (R\$ 53.376 em 31 de dezembro de 2022). Em dezembro de 2021, foi proferida decisão parcialmente favorável em segunda instância administrativa. Em face desta decisão, ambas as partes interpuseram recurso especial. Em junho de 2023, tornou-se definitiva a parcela da decisão que reduziu parcialmente o débito em questão. Assim, do montante total cobrado pelo Fisco (R\$54.450), a importância de R\$ 26.244 foi definitivamente cancelada. Encontra-se pendente de julgamento o recurso especial interposto pela Companhia. A Administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima o processo será concluído durante o ano de 2024.
 - iii. Compensação administrativa relativa a débitos de IRPJ do ano calendário 2004, no montante total de R\$29.688 atualizado até 30 de setembro de 2023 (R\$ 28.787 em 31 de dezembro de 2022). Aguarda-se julgamento em segunda instância administrativa. A Administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima o processo será concluído durante o ano de 2025.
 - iv. Compensação administrativa relativa a débitos de CSLL e IRPJ do ano calendário 2005, no montante total de R\$12.308 atualizado até 30 de setembro de 2023 (R\$ 11.900 em 31 de dezembro de 2022). Aguarda-se julgamento em segunda instância administrativa. A Administração da Companhia, com base na opinião dos assessores jurídicos, estima o processo será concluído durante o ano de 2025.
- (d.2) Auto de infração – ágio (2006 a 2008): Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil – RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 180.890 atualizado até 30 de setembro de 2023 (R\$173.104 em 31 de dezembro de 2022). A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado na incorporação da AES Gás Empreendimentos Ltda e Tietê Participações Ltda. Vale esclarecer que o ágio objeto do questionamento decorreu da expectativa de rentabilidade futura na aquisição da AES Operações de Geração Tietê S.A. quando do leilão de privatização do setor elétrico ocorrido em 1998. Em maio de 2013, houve decisão de 1ª instância favorável à controlada direta AES Operações. Em maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância desfavorável aos interesses da controlada direta AES Operações. Segundo o entendimento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), o aproveitamento do ágio foi considerado ilegítimo e reduzida apenas a multa aplicada no Auto de Infração de 150% para 75%. Em agosto de 2016, a controlada direta AES Operações recebeu intimação relativa à decisão desfavorável proferida pelo CARF. Em virtude de omissões quanto a fundamentação legal da decisão, a controlada direta AES Operações opôs embargos de declaração. Em novembro de 2016, a controlada direta AES Operações recebeu decisão desfavorável, a qual rejeitou os embargos de declaração apresentados. Em face desta decisão, foi interposto Recurso Especial. Em outubro de 2017, foi proferida decisão desfavorável aos interesses da controlada direta AES Operações pela Câmara Superior do CARF. Desta forma, encerraram-se as possibilidades de recursos na esfera administrativa. Em janeiro de 2018, a controlada direta AES Operações ingressou com medida judicial para discutir o débito em questão. Ainda, com o intuito de suspender a exigibilidade do débito, foi apresentado seguro garantia e obtida decisão liminar para garantir a suspensão do débito. Atualmente, aguarda-se o julgamento de mérito em 1ª instância. Em maio de 2018, a controlada direta AES Operações opôs embargos à execução fiscal. Em outubro de 2018, foi proferida decisão de 1ª instância que julgou os embargos à execução extintos sem a análise do mérito. Em decorrência, foi interposto o recurso de apelação. Em 03 de novembro de 2020, foi proferida decisão de 2ª instância que negou

Notas Explicativas

provimento ao recurso de apelação interposto pela controlada direta AES Operações em face da decisão que julgou extintos os embargos à execução fiscal sem a análise do mérito. Em decorrência a controlada direta AES Operações opôs embargos de declaração. Em fevereiro de 2021, foi proferida decisão que rejeitou os embargos de declaração opostos pela controlada direta AES Operações. Em decorrência, foram interpostos os recursos especial e extraordinário, os quais encontram-se pendentes de julgamento. Em relação ao mérito e andamento da ação anulatória, aguarda-se o julgamento em 1ª instância. Em que pese o encerramento da esfera administrativa de forma desfavorável, o prognóstico de perda permanece inalterado.

- (d.3) Auto de infração – Refere-se ao Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal por dedução supostamente indevida, no ano de 2008, dos investimentos realizados em projetos de P&D da base de cálculo de IRPJ/CSLL, bem como a variação monetária passiva decorrente dos investimentos. Em novembro de 2012 foi apresentada defesa pela controlada direta AES Operações, tendo sido proferido julgamento desfavorável aos interesses da controlada direta AES Operações. Em novembro de 2013, foi apresentado recurso voluntário. Em maio de 2016, foi proferida decisão de 2ª instância desfavorável à controlada direta AES Operações. Em decorrência, foram opostos embargos de declaração. Em outubro de 2016, foi proferida decisão desfavorável que rejeitou os embargos de declaração. Em decorrência, foi interposto recurso especial. Em fevereiro de 2022, foi proferida decisão da Câmara Superior do CARF que deu provimento ao Recurso Especial interposto pela controlada direta AES Operações e, consequentemente, cancelou integralmente a autuação. Em decorrência, a Procuradoria opôs embargos de declaração. Em maio de 2023, foi proferida decisão administrativa final favorável aos interesses da Companhia. Sendo assim, o débito foi definitivamente cancelado.
- (d.4) Auto de Infração IRPJ – Refere-se a Auto de Infração lavrado pela Receita Federal para cobrança de IRPJ referente as estimativas mensais de dezembro de 2004 e dezembro de 2007, acrescidos de multa isolada e de ofício. Em novembro de 2009, foi proferida decisão de 1ª instância parcialmente favorável a controlada direta AES Operações, a qual cancelou a cobrança de IRPJ relativa ao ano de 2007 e parcialmente a cobrança relativa ao ano de 2004, além de cancelar parcela da multa aplicada. Em decorrência, além do recurso de ofício (por parte da Fazenda), a controlada direta AES Operações interpôs recurso voluntário. Em abril de 2014, foi proferida decisão de 2ª instância que negou provimento ao recurso de ofício e deu parcial provimento ao recurso voluntário da controlada direta AES Operações. Em face desta decisão, a controlada direta AES Operações interpôs recurso especial para discutir a parcela da decisão que manteve a cobrança de IRPJ relativa ao ano de 2004. Como a Fazenda apresentou recurso especial apenas em face da parcela da decisão que cancelou as multas, tornou-se definitivo o cancelamento da cobrança de IRPJ relativa ao ano de 2007 e parcela do imposto referente ao ano de 2004. Em Abril/2022, foi proferida decisão ainda não publicada, que cancelou o valor de R\$1.580 do montante total discutido no Auto de Infração. Atualmente, a controlada direta AES Operações aguarda o julgamento pelo CARF do recurso especial apresentado pela Fazenda. No tocante ao recurso especial da controlada direta AES Operações, em março de 2018, foi proferida decisão que negou provimento ao recurso. Assim, em virtude do encerramento da discussão na esfera administrativa e com o intuito de continuar discutindo judicialmente a matéria, a controlada direta AES Operações apresentou seguro garantia e, atualmente, aguarda-se o julgamento dos embargos à execução fiscal, em 1ª instância. O valor atualizado do caso para 30 de setembro de 2023 é de R\$18.990 (R\$18.279 em 31 de dezembro de 2022).
- (d.5) Auto de infração – ágio (2013/2016): Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil – RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 397.018 atualizado até 30 de setembro de 2023. A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado pela controlada direta AES Operações (ocorrida entre 2013 a 2016), em virtude das incorporações realizadas entre 2000 a 2016. Após a análise do auto de infração, foi verificado que a parcela da autuação se refere a amortizações de ágio realizadas pela antiga Companhia Brasileira de Energia. Desta forma, do montante total cobrado no auto de infração R\$ 397.018 , R\$ 113.756 seriam de responsabilidade da entidade sob controle comum Brasileira Participações, na medida em que estão relacionados a amortizações de ágio realizadas pela antiga Companhia Brasileira de Energia, e R\$ 283.262 atribuíveis à controlada direta AES Operações. Em relação à parcela de responsabilidade da Brasileira Participações, a controlada direta AES Operações notificou o BNDES e Brasileira Participações para resguardar o direito quanto a eventual indenização, na forma do contrato de indenização firmado com aquela

Notas Explicativas

companhia por ocasião do Projeto Baltimore. Em 03 de dezembro de 2019, a controlada direta AES Operações, apresentou impugnação administrativa. Em 06 de outubro de 2020, foi proferida decisão de primeira instância administrativa parcialmente favorável aos interesses da controlada direta AES Operações. A decisão em questão exonerou o montante de R\$ 60.310 (atualizados até 31 de outubro de 2020). A controlada direta AES Operações interpôs recurso voluntário em face da parcela que lhe foi desfavorável, o qual encontra-se pendente de julgamento. Caso sobrevenha decisão desfavorável à controlada direta AES Operações, a Brasileira Participações terá que arcar com o pagamento da parcela da autuação relativa ao período de sua responsabilidade (vide nota 29.2). Segundo os assessores legais da controlada direta AES Operações, o prognóstico de perda permanece classificado como possível.

- (d.6) Auto de infração – ágio (2013/2015): Refere-se ao Auto de Infração lavrado emitido pela Receita Federal do Brasil – RFB, visando a cobrança de valores relativos a IRPJ e CSLL, no montante de R\$ 127.037 atualizado até 30 de setembro de 2023 (R\$118.522 em 31 de dezembro de 2022). A autuação se deve ao fato de, no exclusivo entendimento da RFB, ter havido uma dedutibilidade indevida nas bases de cálculo de IRPJ e CSLL em função do ágio registrado pela controlada direta AES Operações, ocorrida entre 2013 e 2015, em virtude das incorporações realizadas entre 2000 a 2015. Em 03 de dezembro de 2019, a controlada direta AES Operações, apresentou impugnação administrativa. Em 06 de outubro de 2020, foi proferida decisão de primeira instância administrativa desfavorável aos interesses da controlada direta AES Operações. Em face desta decisão, a controlada direta AES Operações interpôs recurso voluntário, o qual encontra-se pendente de julgamento.
- (d.7) Execução Fiscal – PIS/COFINS (Saldo Remanescente 2007/2010): Execução Fiscal ajuizada para a cobrança de supostos saldos remanescentes de PIS e COFINS relativos ao ano calendário de 2007 a 2010. Os referidos saldos são oriundos de processo administrativo em que a controlada direta AES Operações discutia questões relativas ao regime de tributação de PIS e COFINS, cujo prognóstico era remoto. Neste caso, o processo encerrou-se, no mérito, de forma favorável à controlada direta AES Operações e o sistema da Receita Federal apontou a existência dos referidos saldos remanescentes, em virtude da glosa de créditos supostamente aproveitados de forma indevida. Em fevereiro de 2020, a controlada direta AES Operações opôs embargos à execução fiscal, os quais encontram-se pendentes de julgamento. O valor atualizado do caso para 30 de setembro de 2023 é de R\$10.067 (R\$9.607 em 31 de dezembro de 2022).
- (d.8) Execução Fiscal Iturama: Refere-se à execução fiscal ajuizada pela Prefeitura de Iturama, a qual objetiva a cobrança de pretensos débitos de Imposto sobre Serviços (“ISS”) sobre serviços realizados na Usina Água Vermelha, localizada no Município de Ouroeste/SP e cobrança de multa diária por não obtenção de alvará de localização e funcionamento no Município de Iturama. Em agosto de 2017, a controlada direta AES Operações opôs embargos à execução fiscal. Em setembro de 2019, foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável aos interesses da controlada direta AES Operações. Em decorrência, a controlada direta AES Operações interpôs o recurso de apelação. Em abril de 2022, foi proferida decisão de 2ª instância que deu provimento ao recurso de apelação interposto pela controlada direta AES Operações e, consequentemente, anulou a sentença por falta de fundamentação. Tendo em vista que o Município não interpôs recurso, a decisão tornou-se definitiva. Com isso, o processo foi remetido para a primeira instância para que seja proferida nova sentença. O valor atualizado até 30 de setembro de 2023 é de R\$6.369 (R\$5.843 em 31 de dezembro de 2022).
- (d.9) Auto de infração – aproveitamento de prejuízo fiscal

Em 02 de junho de 2010, a Brasileira Participações recebeu o Auto de Infração, lavrado pela Receita Federal do Brasil (RFB), exigindo o recolhimento de R\$ 662.344 atualizado até 30 de setembro de 2023 (R\$ 635.660 em 31 de dezembro de 2022) relativos a IRPJ e CSLL decorrentes da glosa de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL compensados com débitos tributários sem a aplicação do limite legal de 30% estabelecido na Lei 9.065/95, motivada pela incorporação da empresa AES Transgás Empreendimentos S.A. Em virtude do encerramento na esfera administrativa de modo desfavorável, a Brasileira Participações impetrou Mandado de Segurança com o intuito de continuar discutindo judicialmente a questão. Em 10 de novembro de 2016, foi proferida decisão de 1ª instância desfavorável à Brasileira Participações. Em decorrência, foi

Notas Explicativas

interposto o recurso de apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento. Em 20 de maio de 2018, a Brasileira Participações foi citada nos autos da execução fiscal que visa a cobrança os débitos em questão. Em decorrência, foi solicitada a transferência da garantia para a execução e opostos embargos à execução fiscal. Em abril de 2021, foi proferida decisão de primeira instância que rejeitou os embargos à execução, sem a análise do mérito. Em face dessa decisão a Brasileira Participações interpôs o recurso de apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento. Caso sobrevenha decisão desfavorável à controlada direta AES Operações, a Brasileira Participações terá que arcar integralmente com o pagamento dos processos. Vide nota 29.2.

(d.10) Compensações administrativas – saldos negativos de IRPJ e CSLL

Em 11 de janeiro de 2011, a Brasileira Participações foi intimada de Despacho Decisório emitido pela Receita Federal que não reconheceu os créditos de saldo negativo de IRPJ e CSLL apurados no ano-calendário de 2006, em razão da incorporação da AES Tietê Empreendimentos, e compensados com débitos de IRPJ e CSLL. O não reconhecimento dos créditos compensados decorre do entendimento da Receita Federal de que, para os casos de aproveitamento de prejuízo fiscal, deve-se respeitar o limite legal de 30% por ano-calendário. O principal argumento sustentado pela Brasileira Participações é a ausência de vedação legal para o caso específico de incorporação, onde a sociedade incorporada se extingue no mesmo ano-calendário. Com o encerramento da esfera administrativa de forma desfavorável a Companhia, em janeiro de 2019, foi distribuída ação judicial para apresentar seguro garantia, para fins de suspensão da exigibilidade do débito. Em virtude do ajuizamento de execução para cobrança dos valores, a Brasileira opôs embargos à execução. Em 10 de julho de 2020, foi proferida decisão de 1ª instância que julgou improcedentes os embargos à execução opostos pela Brasileira Participações. Em face da referida decisão, a Brasileira interpôs recurso de apelação, o qual encontra-se pendente de julgamento. O valor atualizado até 30 de setembro de 2023 é R\$ 86.811. Caso sobrevenha decisão desfavorável à controlada direta AES Operações, a Brasileira Participações terá que arcar integralmente com o pagamento dos processos. Vide nota 29.2.

(d.11) Compensações administrativas – créditos de IRRF

Em junho de 2010, a Receita Federal não reconheceu os créditos de IRRF, existentes em função da distribuição de JCP realizada por sua antiga controlada indireta Eletropaulo. A discussão administrativa encerrou-se de modo o favorável a Brasileira Participações. No entanto, foi emitida carta cobrança informando a existência de suposto saldo em aberto no valor de R\$ 4.918, atualizados até 30 de setembro de 2023. Em decorrência, a Brasileira Participações impetrou Mandado de Segurança para discutir a legalidade da cobrança em questão. Em virtude do ajuizamento de execução para cobrança dos valores, a Brasileira opôs embargos à execução, os quais encontram-se pendentes de julgamento. O processo aguarda julgamento em 1ª instância. Caso sobrevenha decisão desfavorável à controlada direta AES Operações, a Brasileira Participações terá que arcar integralmente com o pagamento dos processos. Vide nota 29.2.

18.3 Cartas de fiança, seguro garantia e caução

A Companhia e suas controladas possuem cartas de fiança e seguros garantia para processos judiciais, conforme abaixo:

		Consolidado				
		30/09/2023		31/12/2022		
	Quantidade	Valor	Taxa a.a.	Quantidade	Valor	Taxa a.a.
Fiscal	14	214.072	0,15% a 1,30%	10	372.799	0,17% a 2,80%
Cível	6	78.548	0,15% a 1,00%	5	68.398	0,20% a 1,00%
	20	292.620		15	441.197	

Notas Explicativas

19. ENCARGOS SETORIAIS

Os saldos referem-se a encargos setoriais relacionados ao setor de energia, que são definidos e cobrados pela agência reguladora (ANEEL).

	Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022
CIRCULANTE		
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)	12.292	8.671
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	2.625	3.126
Fundo nacional de desenvolvimento científico tecnológico	729	730
Ministério de minas e energia	365	365
Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)	219	229
Taxa de fiscalização ANEEL	1.258	1.134
Total	17.488	14.255

20. OBRIGAÇÕES DE AQUISIÇÕES

a) A composição das obrigações de aquisições é a seguinte:

CIRCULANTE	Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022
Complexo Eólico Cajuína Santa Tereza	39.054	35.528
Complexo Eólico Tucano	364	5.798
Complexo Eólico Cajuína São Ricardo	89.354	24.473
Complexo Eólico Cajuína Serra Verde	—	72.155
Subtotal	128.772	137.954
NÃO CIRCULANTE	Consolidado	
	30/09/2023	31/12/2022
Complexo Eólico Cajuína Santa Tereza	—	35.528
Complexo Eólico Cajuína São Ricardo	—	72.609
Subtotal	—	108.137
Total	128.772	246.091

Notas Explicativas

(b) Movimentação das obrigações de aquisições

A movimentação das obrigações de aquisição no período findo em 30 de setembro de 2023 é como segue:

	Consolidado				
	Complexo Eólico Cajuína	Complexo Eólico Tucano	Complexo Eólico São Ricardo	Complexo Eólico Serra Verde	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	71.056	5.798	97.082	72.155	246.091
Adições (i)	—	—	—	9.305	9.305
Atualização monetária (nota 28)	5.281	147	9.256	9.077	23.761
Pagamentos	(37.283)	(5.581)	(16.984)	(90.537)	(150.385)
Saldos em 30 de setembro de 2023	39.054	364	89.354	—	128.772

(i) As adições referem-se às obrigações contratuais ("earn-out") decorrentes do cumprimento de determinadas cláusulas (Ajuste de Preço de Potência Instalada), oriunda da aquisição do Complexo Serra Verde.

21. OUTRAS OBRIGAÇÕES

		Controladora		Consolidado	
	Notas	30.09.2023	31.12.2022	30.09.2023	31.12.2022
CIRCULANTE					
Participação nos lucros e resultados		—	—	15.303	18.859
Férias		—	—	16.310	12.577
Encargos sociais sobre férias e gratificações		—	—	8.077	4.586
13º Salário a pagar		—	—	5.902	5.065
Bônus		1.379	3.092	1.541	3.254
Meio ambiente		—	—	1.469	1.994
Imposto de renda sobre folha de pagamento		137	151	2.689	2.712
Adiantamento de clientes		—	—	1.257	2.824
Centralização de estoque	29	—	—	18	—
Demais obrigações		105	100	6.591	6.111
Subtotal		1.621	3.343	59.157	57.982
NÃO CIRCULANTE					
Provisões para desmobilização (iii)		—	—	185.923	185.634
Meio ambiente		—	—	11.295	10.958
Obrigações especiais		—	—	747	1.024
Opção de recompra de participação acionária (i)		—	—	14.837	13.489
Retenções contratuais (ii)		—	—	925	7.655
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)		—	—	10.839	8.692
Demais obrigações		323	280	14.773	16.993
Subtotal		323	280	239.339	244.445
Total		1.944	3.623	298.496	302.427

(i) O montante de R\$14.837 refere-se ao valor presente da opção de venda de participação acionária, prevista em cláusula contratual firmado entre a controlada indireta Tucano Holding I e a BRF S.A. ("BRF"), em 14 de março de 2022 que, em algumas situações, a Companhia não tem como evitar o

Notas Explicativas

exercício da opção caso a BRF opte por exercer. O PPA tem vigência de 15 anos, iniciando em 2024 e finalizando em 2038.

O valor presente da obrigação contratual foi registrado como outras obrigações. A diferença entre o valor futuro do desembolso e a obrigação foi registrada como ajuste de avaliação patrimonial em outros resultados abrangentes.

(ii) refere-se à retenção de 10% sobre as parcelas faturadas de determinados contratos de fornecedores. Essa retenção representa uma garantia da empresa e será paga no término da obra.

(iii) A movimentação da provisão para desmobilização é como segue:

	Movimentação Consolidada
Saldos em 31 de dezembro de 2022	185.634
Atualização	289
Saldos em 30 de setembro de 2023	185.923

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social autorizado é de R\$4.600.000 totalmente composto por ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal (R\$4.600.000 em 31 de dezembro de 2022).

O capital subscrito da Companhia em 30 de setembro de 2023 é de R\$2.196.958 (R\$2.196.958 em 31 de dezembro de 2022), representado em 601.927.311 (601.927.311 em 31 de dezembro de 2022) ações ordinárias, nominativas e escriturais.

A seguir está apresentada a composição acionária em unidades de ações da Companhia:

	30/09/2023		31/12/2022	
	Ordinárias		Ordinárias	
	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas				
AES Holdings Brasil S.A.	174.810.572	29,04	176.705.117	29,36
AES Holdings Brasil II S.A.	110.012.802	18,28	110.012.802	18,28
BNDESPar	42.030.280	6,98	40.482.314	6,73
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.	—	—	40.722.917	6,77
Luiz Barsi Filho	30.190.000	5,02	—	—
Ações em Tesouraria	2.105	—	—	—
Outros	244.881.552	40,68	234.004.161	38,87
Total das ações	601.927.311	100,00	601.927.311	100,00

Na tabela acima apresentamos as participações acionárias relevantes diretas ou indiretas acima de 5% do capital social da Companhia, conforme o artigo 12 da Resolução CVM nº 44/2021.

Conforme publicado nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou um aumento de capital em função da capitalização da reserva especial do ágio, conforme descrito na nota explicativa 23.2. Este processo resultou na emissão de 3.221.370 novas ações ordinárias que, em 31 de dezembro de 2022, eram temporariamente detidas pela AES Holdings Brasil S.A. antes de serem parcialmente transferidas, em janeiro de 2023, aos minoritários que subscreveram a estas ações. Em 31 de janeiro de 2023, após a conclusão da operação, outras 1.547.966 ações foram transferidas ao BNDESPar, na proporção e nos termos do Contrato de Cessão de Diretos celebrado entre a AES Holdings Brasil e a BNDESPar.

A seguir estão as movimentações acionárias relevantes divulgadas em comunicado a mercado:

Notas Explicativas

De acordo com o comunicado ao mercado em 05 de junho de 2023, o Sr. Luiz Barsi Filho passou a deter 30.100.000 ações, equivalente a 5,01% do total das ações da Companhia. Em adição, no dia 11 de julho de 2023, o Sr. Luiz Barsi Filho adquiriu mais 60.000 ações, perfazendo o total de 5,02% do total das suas ações da Companhia.

As Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobras"), de acordo com o comunicado ao mercado em 25 de agosto de 2023, realizou negociações de ações de emissão da Companhia, passando a deter 27.827.009 ações ordinárias, o equivalente a 4,62% do total de ações emitidas da Companhia.

22.1 Reservas, ajuste de avaliação patrimonial e outros resultados abrangentes

	Controladora	
	30/09/2023	31/12/2022
Reservas de capital:		
Incorporação de ações da AES Tietê Energia	377.602	377.602
Aumento de capital - oferta privada de ações	967.678	967.678
Capitalização parcial da Reserva Especial de ágio de Controlada	(30.957)	(30.957)
Ações e opções de ações outorgadas (i)	1.189	1.388
Custo na emissão de ações	(18.230)	(18.230)
Transação de capital sobre compra de ações da AES Brasil Operações S.A.	(38.375)	(38.375)
Subtotal	1.258.907	1.259.106
Outros resultados abrangentes:		
Incorporação de ações da AES Tietê Energia	(119.824)	(119.824)
Ajuste de avaliação patrimonial, líquido de impostos	(135.185)	(96.456)
Remensurações das obrigações com benefícios pós-emprego	23.788	23.788
Efeito reflexo de hedge de fluxo de caixa de controlada	(25.221)	(39.603)
Hedge de fluxo de caixa	(11.249)	(1.886)
Opção de recompra de participação acionária	76.434	78.343
Subtotal	(191.257)	(155.638)
Reservas de lucro:		
Reserva de investimentos	985.059	985.059
Reserva legal	31.022	31.022
Reserva de lucros a realizar	74.671	74.671
Subtotal	1.090.752	1.090.752
Total	2.158.402	2.194.220

(i) É composta por outorga de ações e opções de compra de ações da The AES Corporation aos administradores, empregados ou pessoas naturais que prestam serviços à Companhia. Essa reserva poderá ser utilizada para aumento de capital em favor da The AES Corporation após o aporte de recursos através da entrega das ações aos colaboradores da Companhia, sendo garantido aos demais acionistas a participação nesse aumento de capital, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

22.2 Participação de acionistas não controladores

O saldo em 30 de setembro de 2023 de R\$1.070.177 (R\$1.182.617 em 31 de dezembro de 2022) é composto principalmente pelas controladas indiretas:

- Guaimbê Holding, sendo o acionista não controlador o Itaú Unibanco S.A., com participação de 23,41% representada por ações preferenciais no montante de R\$1.048.608 (R\$1.158.659 em 31 de dezembro de 2022); e
- Veleiros Holding, sendo o acionista não controlador Unipar, com a participação de 49,50%, no montante de R\$22.904 (R\$23.134 em 31 de dezembro de 2022).

Redução de Capital

Em 30 de janeiro de 2023, conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de novembro de 2022, a controlada indireta Guaimbê Holding reduziu o capital social por considerá-lo excessivo nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações, no valor de R\$440.907 dos quais

Notas Explicativas

R\$337.691 foram restituídos para a controlada direta AES Operações e R\$103.216 ao não controlador Itaú Unibanco S.A., sem alteração no seu percentual de participação em suas ações preferenciais.

Dividendos

O saldo em 30 de setembro de 2023 de R\$154.725 é composto principalmente pela controlada indireta Guaimbê Holding.

De acordo com ata de Assembleia Geral Extraordinária, da controlada indireta Guaimbê Holding, de 01 de junho de 2023, foi aprovada a distribuição de dividendos relativos ao exercício findo de 31 de dezembro de 2022 e da distribuição dos dividendos intermediários com base em 30 de abril de 2023, no montante total de R\$ 148.038 dos quais foram distribuídos R\$37.009 a controlada direta AES Operações e R\$111.029 ao acionista não controlador.

Adicionalmente, conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária, da controlada indireta Guaimbê Holding, de 30 de agosto de 2023, foi aprovada a distribuição de dividendos intermediários com base no resultado de 01 de maio a 31 de julho de 2023, no montante total de R\$ 57.216 dos quais foram distribuídos R\$ 14.304 a controlada direta AES Operações e R\$ 42.912 ao acionista não controlador. Há distinção entre a participação societária e a participação na distribuição do resultado devido a existência de classe de ações com direito preferencial de dividendos detidas pelo acionista não controlador.

23. RESULTADO POR AÇÃO

23.1 Demonstração do cálculo do resultado por ação - básico

	Controladora			
	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022
Numerador:				
Resultado líquido do período	53.328	75.412	40.501	67.318
Denominador (em milhares de ações):				
Média ponderada do número de ações ordinárias	601.927	601.927	492.106	492.106
Resultado básico por ação (R\$ por ação)	0,08860	0,12528	0,08230	0,13680

23.2 Demonstração do cálculo do resultado por ação - diluído

A controlada direta AES Operações possui uma reserva especial de ágio no montante de R\$128.609 (R\$128.609 em 31 de dezembro de 2022), que poderá ser capitalizada em favor de sua Controladora indireta AES Holdings Brasil Ltda. e da BNDESPAR. Será garantido aos demais acionistas da Companhia a participação nesse aumento de capital pelo direito de preferência, de forma a manter sua participação acionária na Companhia.

As potenciais ações da Companhia a serem emitidas em razão da capitalização da reserva especial de ágio são consideradas diluidoras para o cálculo do resultado por ação diluído da Companhia, considerando a hipótese de que todas as condições para sua emissão foram atendidas.

Caso a reserva seja capitalizada em favor dos acionistas AES Holdings Brasil Ltda. e da BNDESPAR com emissão de 100% das ações e nenhum acionista minoritário exerça seu direito de participar do aumento de capital, o percentual dos demais acionistas da Companhia reduziria de 45,70% para 44,82% em 30 de setembro de 2023, considerando os preços das ações nesta mesma data.

Notas Explicativas

	Controladora			
	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022
Numerador:				
Resultado líquido do período	53.328	75.412	40.501	67.318
Denominador incluindo ações a serem subscritas com a totalidade da reserva de ágio (em milhares de ações):				
Média ponderada do número de ações ordinárias	601.927	601.927	492.106	492.106
Número de ações potenciais (i)	11.788	11.788	13.653	13.653
Número de ações ordinárias - diluído	613.715	613.715	505.759	505.759
Resultado diluído por ação (R\$ por ação)	0,08689	0,12288	0,08008	0,13310

(i) Considerando as ações a serem emitidas proporcionalmente às existentes em uma possível realização integral da reserva de ágio ao preço de mercado das ações em 30 de setembro de 2023 e 30 de setembro de 2022.

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado							
	01/07/2023 a 30/09/2023		01/01/2023 a 30/09/2023		01/07/2022 a 30/09/2022		01/01/2022 a 30/09/2022	
	MWh (i)	R\$	MWh (i)	R\$	MWh (i)	R\$	MWh (i)	R\$
Contratos bilaterais	3.146.311	561.098	8.911.552	1.842.855	3.166.496	610.327	9.740.185	1.823.515
Mercado de curto prazo								
MRE	665.338	8.221	2.008.113	26.758	—	—	208.243	2.898
SPOT	115.298	7.537	201.027	13.892	123.974	3.004	330.391	15.676
Outros	—	23.766	—	41.404	—	16.665	—	23.088
Leilões de energia eólicos	1.611.850	329.865	3.046.803	629.204	741.353	161.207	1.605.940	338.636
Leilões de energia solares	136.433	44.549	412.924	135.425	124.952	47.273	443.635	135.884
Contratos de comercialização energia (ii)	808.446	73.620	1.618.216	148.001	661.245	53.795	661.245	53.795
Partes relacionadas (nota 29)	—	733	30.557	3.373	—	—	—	—
Marcação a mercado de instrumentos financeiros (ii)	—	(3.735)	—	10.229	—	—	—	—
Outras receitas	—	38.148	—	97.437	—	38.796	—	41.880
Receita operacional bruta	6.483.676	1.083.802	16.229.192	2.948.578	4.818.020	931.067	12.989.639	2.435.372
PIS e Cofins	—	(90.531)	—	(243.938)	—	(75.506)	—	(198.333)
CFURH	—	(15.673)	—	(50.860)	—	(9.646)	—	(33.132)
ICMS e outros	—	(63.359)	—	(180.095)	—	(53.793)	—	(103.746)
Pesquisa e desenvolvimento	—	(5.597)	—	(15.803)	—	(5.564)	—	(15.889)
Receita operacional líquida	6.483.676	908.642	16.229.192	2.457.882	4.818.020	786.558	12.989.639	2.084.272

(i) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.

(ii) Referem-se às compras e vendas de energia elétrica da controlada AES Comercializadora e à marcação a mercado dos seus contratos em aberto em 30 de setembro de 2023, conforme mencionado na nota 30.1. A curva de preços de mercado é composta de informações publicadas por instituições isentas: balcão de comercialização de energia elétrica do Balcão Brasileiro de Comercialização de Energia (BBCE) e a curva de preços de mercado da DCIDE.

Notas Explicativas

25. CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	Consolidado							
	01/07/2023 a 30/09/2023		01/01/2023 a 30/09/2023		01/07/2022 a 30/09/2022		01/01/2022 a 30/09/2022	
	MWh (i)	R\$	MWh (i)	R\$	MWh (i)	R\$	MWh (i)	R\$
Custo de produção e operação de energia								
Contratos bilaterais	1.364.362	(194.831)	2.794.536	(468.095)	1.023.410	(271.405)	2.826.832	(678.595)
Contratos com partes relacionadas (nota 29)	42.883	(4.600)	73.440	(7.510)	—	—	—	—
Mercado de curto prazo								
MRE	—	—	4.462	141	217.692	(4.050)	903.495	(14.050)
SPOT	(42.026)	1.444	44.916	(7.416)	7.054	(550)	1.009.369	(8.927)
Outros	—	(286)	—	—	—	(176)	—	(1.952)
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	—	(89.517)	—	(247.082)	—	(65.693)	—	(198.932)
Taxa de fiscalização ANEEL	—	(4.427)	—	(13.353)	—	(3.551)	—	(10.790)
Contratos de comercialização energia	663.588	(78.322)	1.312.797	(145.992)	207.775	(43.068)	207.775	(43.068)
Crédito de PIS e Cofins	—	49.555	—	94.312	—	29.357	—	85.093
Subtotal	2.028.807	(320.984)	4.230.151	(794.995)	1.455.931	(359.136)	4.947.471	(871.221)
Custo da operação								
Pessoal e administradores	—	(30.141)	—	(89.406)	—	(27.306)	—	(74.722)
Benefícios pós-emprego	—	(2.603)	—	(5.442)	—	(697)	—	(2.098)
Serviços de terceiros com partes relacionadas (nota 29)	—	(3.901)	—	(5.137)	—	(7.864)	—	(23.074)
Serviços de terceiros	—	(53.288)	—	(147.347)	—	(30.482)	—	(81.089)
Material	—	(7.613)	—	(34.896)	—	(6.446)	—	(16.422)
Depreciação e amortização	—	(167.452)	—	(474.420)	—	(112.740)	—	(360.726)
Seguros	—	(13.274)	—	(36.347)	—	(13.183)	—	(28.839)
Arrendamentos e aluguéis	—	(231)	—	(2.373)	—	2.728	—	(2.400)
Contribuições setoriais	—	(4.034)	—	(7.433)	—	(2.832)	—	(6.428)
Outras receitas (custos) operacionais	—	743	—	(1.742)	—	3.163	—	2.988
Subtotal	—	(281.794)	—	(804.543)	—	(195.659)	—	(592.810)
Total	2.028.807	(602.778)	4.230.151	(1.599.538)	1.455.931	(554.795)	4.947.471	(1.464.031)

(i) Informações, em MWh, não revisadas pelos auditores independentes.

26. GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora			
	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022
Pessoal e administradores	(1.071)	(10.026)	(3.303)	(10.203)
Benefícios pós-emprego	(2)	(5)	—	—
Serviços de terceiros	(1.072)	(4.234)	(930)	(4.270)
Material	(42)	(78)	(12)	(19)
Depreciação e amortização	(327)	(998)	—	—
Total	(2.514)	(15.341)	(4.245)	(14.492)

Notas Explicativas

Consolidado				
	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022
Pessoal e administradores	(26.074)	(82.758)	(26.124)	(67.642)
Benefícios pós-emprego	(111)	(1.749)	(1.208)	(1.794)
Serviços de terceiros	(18.151)	(59.930)	(27.669)	(86.383)
Material	(1.378)	(2.809)	(4.801)	(9.790)
Depreciação e amortização	(134)	(2.494)	(1.027)	(4.737)
Total	(45.848)	(149.740)	(60.829)	(170.346)

27. OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS

Controladora				
	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022
Arrendamentos e aluguéis	—	(11)	(29)	(29)
Contribuições setoriais	—	(91)	(587)	(587)
Seguros	(26)	(11)	155	(210)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida	(11)	(11)	—	—
Outros	(206)	(456)	158	(136)
Total	(243)	(580)	(303)	(962)

Consolidado				
	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022
Reversão de perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (i)	—	—	—	10.000
Baixa no contas a receber de venda de controlada (ii)	—	(23.208)	—	—
Seguros	(218)	(1.186)	(222)	(587)
(Perda) Ganho na venda de controlada	—	—	—	(1.200)
Arrendamentos e aluguéis (iii)	(23)	(54)	(29)	(29)
Ajuste de preço do Complexo Solar Guaimbê Holding	—	—	—	(727)
Contribuições setoriais	(467)	(1.427)	(210)	(210)
Provisão para processos judiciais e outros, líquida (iv)	(862)	14.180	(26)	95
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(259)	(372)	—	—
Recebimento massa falida - Banco Santos (v)	5.779	5.779	—	—
Outros	(1.862)	(3.780)	(408)	1.095
Total	2.088	(10.068)	(895)	8.437

(i) Refere-se à reversão de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, reconhecida em 2020, em função do não recebimento pelo fornecimento de energia elétrica e ao ganho com perdas e danos. Após decisão desfavorável ao cliente na discussão arbitral, em junho de 2022, houve acordo entre as partes e o ganho foi reconhecido. Com o acordo, a Companhia recebeu uma parcela única de R\$2.000 e o saldo remanescente está sendo recebido em 60 parcelas consecutivas, corrigidas pelo IPCA.

(ii) Conforme descrito na nota explicativa 9, o saldo refere-se ao impacto da reavaliação do contas a receber da venda da AES Tietê Inova para uma subsidiária da EDP Energias do Brasil.

(iii) Inclui arrendamentos com prazo inferior a 12 meses ou contratos de baixo valor.

(iv) Em março de 2023, a Companhia recebeu o ativo contingente relativo ao ganho em arbitragem sobre recomposição tarifária extraordinária (RTE) de energia livre.

(v) Refere-se aos recebimentos que a Companhia tem direito sobre a massa falida do banco Santos. Após a decretação da falência, a Companhia foi obrigada a habilitar os valores nos autos e periodicamente recebe esses numerários.

Notas Explicativas

28. RESULTADO FINANCEIRO

		Controladora			
Notas		01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022
Receitas Financeiras					
		25.750	81.276	9.856	22.972
		573	573	100	100
		20	43	—	—
		(1.225)	(3.808)	(464)	(1.072)
		11	74	5	5
Total		25.129	78.158	9.497	22.005
Despesas Financeiras					
	15.2	(53.241)	(154.173)	(44.698)	(108.383)
		(17.617)	(51.037)	—	—
		—	—	114	(91)
	16	(65)	(198)	—	—
		(20)	(45)	—	—
		—	407	(7)	(14)
		(27)	(53)	(9)	(16)
Variações Cambiais:					
		—	(271)	—	—
Total		(70.970)	(205.370)	(44.600)	(108.504)
Total Líquido		(45.841)	(127.212)	(35.103)	(86.499)

Notas Explicativas

Notas	Consolidado			
	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022
Receitas Financeiras				
Rendimento de aplicações financeiras	99.963	357.799	111.241	232.392
Atualização do contas a receber do mercado de curto prazo	147	(2.356)	(386)	1.633
Atualização de créditos tributários	6.034	6.134	625	3.294
Rendimento de cauções e depósitos vinculados	7 18.087	55.620	7.946	20.480
PIS e COFINS sobre receita financeira	(4.238)	(18.015)	(4.193)	(9.019)
Outras	6	2.853	(1)	616
Variações Cambiais:				
Derivativo embutido	—	—	—	21.237
Outras receitas cambiais - Partes relacionadas	29 (443)	(173)	73	2.901
Outras receitas cambiais	20	109	17	180
Total	119.576	401.971	115.322	273.714
Despesas Financeiras				
Encargos de dívidas e amortização dos custos de transação	15.2 (271.575)	(820.320)	(165.545)	(421.535)
Juros de swap e impostos sobre dívida de moeda estrangeira	(61.376)	(178.988)	(48.001)	(120.122)
Atualização monetária de debêntures, empréstimos e financiamentos	15.2 (18.568)	(130.784)	27.163	(95.855)
Juros sobre a obrigação atuarial, líquido dos rendimentos dos ativos	17 (2.714)	(8.142)	(2.880)	(8.640)
Atualização monetária de obrigações por aquisições	20 (6.429)	(23.761)	(8.337)	(23.003)
Juros capitalizados no imobilizado em curso	11 e 31 99.995	356.498	52.940	205.891
Juros sobre passivos de arrendamento	16 (3.174)	(11.327)	(2.375)	(6.918)
Atualização monetária de processos judiciais e outros	18.1 1.240	4.488	(478)	(6.437)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	189	(205)	(597)	(6.166)
Atualização monetária de ressarcimento	8 (3.298)	(17.541)	3.168	(12.346)
Outras	(4.260)	(8.562)	(5.650)	(10.330)
Variações Cambiais:				
Marcação a mercado de derivativos	—	—	5	(3.546)
Operações de swap	—	(1.473)	(458)	(2.180)
Outros	(336)	(1.225)	(49)	(175)
Total	(270.306)	(841.342)	(151.094)	(511.362)
Total Líquido	(150.730)	(439.371)	(35.772)	(237.648)

Notas Explicativas

29. PARTES RELACIONADAS

		Controladora	Consolidado	
	Notas	30/09/2023	30/09/2023	31/12/2022
Ativo				
Ativo circulante				
Contas a receber				
		—	124	4
		—	84	—
Subtotal	4	—	208	4
Outros ativos				
	9	—	7	445
	9	1.151	9.523	—
		—	—	709
Subtotal		1.151	9.530	1.154
Total do ativo circulante		1.151	9.738	1.158
Ativo não circulante				
Outros ativos				
	9	—	5.847	6.661
Total do ativo não circulante		—	5.847	6.661
Total do ativo		1.151	15.585	7.819
Passivo				
Fornecedores				
	13	—	14.766	3.965
Subtotal		—	14.766	3.965
Outras obrigações				
	21	—	18	—
Subtotal		—	18	—
Obrigações com entidade de previdência privada				
	17	—	109.356	101.825
Subtotal		—	109.356	101.825
Total do passivo		—	124.140	105.790

		Consolidado			
	Notas	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022
Resultado					
Receita operacional líquida					
Complexo Tucano	24	733	3.373	—	—
Energia elétrica comprada para revenda					
Complexo Tucano - Outros custos (iv)	25	(4.600)	(7.510)	—	—
Custo de produção e operação de energia					
Big Sky (ii)	25	(3.901)	(5.137)	(7.864)	(23.074)
Gerais e administrativas					
Big Sky (ii)		(5.621)	(19.584)	—	—
Resultado financeiro					
VIVEST - Obrigações pós-emprego - Plano previdenciário (iii)	17	(2.510)	(7.531)	(2.706)	(8.118)
Variação cambial Big Sky (ii)	28	(443)	(173)	73	2.901
Total do resultado		(16.342)	(36.562)	(10.497)	(28.291)

Notas Explicativas

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

- (i) Em 03 de setembro de 2020, a controlada direta AES Operações celebrou um contrato de prestação de serviço e gestão administrativa e operacional de projetos eólicos com a Tucano Holding III e subsidiárias, *joint venture* do grupo, onde a controlada direta AES Operações será responsável pela prestação desse serviço durante um prazo 10 anos, com a possibilidade de renovação por mais 10 anos.
- (ii) Prestação de serviços e soluções, realizados pela AES Big Sky LLC, subsidiária da AES Corp, relacionados à implementação da estratégia digital (*Digital Transformation*) da controlada direta AES Operações. O contrato possui vigência até dezembro de 2025.
- (iii) A controlada direta AES Operações é parte integrante do Conselho Deliberativo da VIVEST, possuindo influência significativa na Administração do mesmo. Os detalhes do plano previdenciário estão demonstrados na nota explicativa nº 17.
- (iv) Refere-se a compra de energia celebrada entre a Controlada direta AES Operações e Complexo Tucano para fins de composição de lastro. Essas vendas foram efetuadas a um preço médio de R\$ 102,04 e montante envolvido de 73.440 MWh.

29.1 Remuneração da alta administração

A remuneração da alta Administração é composta pela Diretoria Estatutária e Conselho de Administração. A remuneração nos períodos findos em 30 de setembro de 2023 e 2022 é apresentada a seguir:

	Controladora			
	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022
Benefícios de curto prazo	2.866	9.292	2.944	8.770
Benefícios pós-emprego	81	299	100	300
Outros benefícios de longo prazo	90	452	29	127
Remuneração baseada em ações (i)	36	307	20	295
Total	3.073	10.350	3.093	9.493

	Consolidado			
	01/07/2023 a 30/09/2023	01/01/2023 a 30/09/2023	01/07/2022 a 30/09/2022	01/01/2022 a 30/09/2022
Benefícios de curto prazo	2.973	9.616	3.158	9.091
Benefícios pós-emprego	81	299	100	300
Outros benefícios de longo prazo	90	452	29	127
Remuneração baseada em ações (i)	36	307	20	295
Total	3.180	10.674	3.307	9.814

- (i) Compostos por ações e opções de ações da AES Corp. outorgadas à alta Administração.

29.2 Acordo de indenização decorrente de transações e eventos societários

Em 31 de dezembro de 2015, a antiga Companhia Brasileira incorporou a AES Tietê S.A e, posteriormente, foi objeto de cisão parcial. O acervo líquido contábil da Companhia Brasileira foi vertido para a Brasileira Participações e o da AES Tietê S.A para a AES Tietê Energia S.A, a qual manteve o mesmo CNPJ da Companhia Brasileira (atual AES Brasil Operações).

O protocolo de cisão da antiga Companhia Brasileira estabelecia, dentre outras disposições, a responsabilidade da Brasileira Participações perante a AES Tietê Energia S. A (atual AES Brasil Operações) por reflexos ativos e passivos, materializados ou não, presentes e futuros, relativos ao acervo cindido transferido, inclusive aqueles decorrentes dos processos judiciais e administrativos.

Notas Explicativas

Para este fim, conforme aprovado pelos seus então acionistas controladores AES Holdings Brasil Ltda. e BNDES Participações S.A – BNDESPar, foi assinado um acordo de indenização que estabeleceu os termos, condições e mecanismos de indenização pela Brasileira Participações em favor da antiga AES Tietê Energia (atual AES Brasil Operações) por eventuais perdas incorridas por esta última, relacionadas aos processos judiciais e administrativos existentes e futuros relacionados à parcela cindida.

O acordo de indenização, que resguarda o direito da AES Brasil Operações ser indenizada em virtude dos passivos atrelados à Brasileira Participações, contempla os processos tributários com probabilidade de perda classificada como possível divulgados na nota explicativa 18.2, uma vez que na qualidade de sucessora legal da antiga Companhia Brasileira, a AES Brasil Operações deve permanecer solidariamente responsável pelos passivos tributários.

30 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

30.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

		Consolidado				
		30/09/2023		31/12/2022		
Notas	Mensuração do valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Categoria
ATIVO (Circulante e não circulante)						
Caixa e equivalentes de caixa (Numerário disponível)	3	10.957	10.957	58.021	58.021	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa (Operação compromissada)	3	Nível 2	12.924	12.924	137.851	Valor justo por meio do resultado
Investimentos de curto prazo	3	Nível 2	2.446.962	2.446.962	3.587.700	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	4		346.294	346.294	335.767	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	8		7.750	7.750	25.231	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos		Nível 2	78.843	78.843	69.841	Valor justo por meio do resultado
Cauções e depósitos vinculados	7		654.355	654.355	615.021	Custo amortizado
Total			3.558.085	3.558.085	4.829.432	4.829.432
PASSIVO (Circulante e não circulante)						
Fornecedores	13		318.994	318.994	267.913	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15		9.654.468	9.457.697	9.362.947	Custo amortizado
Empréstimos, financiamentos (moeda estrangeira)	15		2.042.505	2.042.505	1.532.083	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	8		866.525	866.525	731.620	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	16		190.398	190.398	180.221	Custo amortizado
Instrumentos financeiros derivativos		Nível 2	289.824	289.824	244.832	Designado para hedge de fluxo de caixa
Instrumentos financeiros derivativos		Nível 2	60.835	60.835	62.061	Valor justo por meio do resultado
Obrigações de aquisições	20		128.772	128.772	246.091	Custo amortizado
Opção de recompra de participação acionária	21		14.837	14.837	13.489	Custo amortizado
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar			1.066	1.066	286	Custo amortizado
Total			13.568.224	13.371.453	12.641.543	12.993.876

Durante o período findo em 30 de setembro de 2023, não houve transferência decorrente de avaliação de valor justo entre os níveis 1 e 2, tampouco nível 3.

Instrumentos derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia correspondem a operações de proteção de exposição relativos a: (i) risco cambial dos empréstimos captados no exterior por meio de *swaps*, que resultam de posições passivas vinculadas a variação do CDI e (ii) risco cambial referente a aquisição de placas solares em moeda estrangeira, por meio de NDF. Estes itens se qualificam como *hedge accounting* e estão classificados como *hedge* de fluxo de caixa, sendo que são contabilizados como ativos financeiros quando o valor for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Notas Explicativas



Saldos de instrumentos derivativos em aberto em 30 de setembro de 2023:

Data do Contrato	Tipo	Indexador Ativo	Indexador Passivo	Instrumento Proteção	Valor Nominal (moeda estrangeira)	Efeito do MTM no Patrimônio Líquido
29/12/2020	Cash Flow Hedge	Dólar	CDI	SWAP (i)	116.122	(980)
31/03/2021	Cash Flow Hedge	Dólar	CDI	SWAP (i)	138.169	(24.494)
25/11/2022	Cash Flow Hedge	Dólar	CDI	SWAP (ii)	38.685	(853)
17/01/2023	Cash Flow Hedge	Dólar	CDI	SWAP (iii)	75.000	10.151
17/01/2023	Cash Flow Hedge	Dólar	CDI	SWAP (iii)	36.315	5.024
18/05/2023	Cash Flow Hedge	Reimembi	Reimembi	NDF (iv)	58.688	2.233
Subtotal moeda estrangeira						(8.919)
Total						(8.919)

(i) A controlada direta AES Operações contratou operações de derivativo de *swap* de câmbio, no valor *nominal* de US\$ 116.122 e US\$ 138.169, em 29 de dezembro de 2020 e em 31 de março de 2021, respectivamente, com valores de referência de R\$600.000 e R\$ 800.000 com o objetivo de se proteger da exposição em dólar devido à emissão dos empréstimos em moeda estrangeira, captadas nesta mesma data. O primeiro instrumento derivativo trocou a totalidade do risco de juros fixo de 1.63% + variação cambial por CDI+1,50 a.a., com 50% do vencimento em dezembro de 2024 e 50% em dezembro de 2025. O segundo instrumento trocou o risco de juros fixo de 1.78% + variação cambial por CDI+ 1.48%, com 75% do vencimento em março de 2025 e 25% em março de 2026.

(ii) A Companhia contratou operação de *swap* de câmbio, no valor *nominal* de US\$ 38.685 em 25 de novembro de 2022 com valores de referência de R\$ 200.000 com o objetivo de pagamento da aquisição dos Complexos Cassino, Caetés e Ventos do Araripe. O instrumento trocou a totalidade do risco de juros fixo de 5.31% + variação cambial por CDI + 1.60%, com vencimento em parcela única em novembro de 2024.

(iii) A Companhia contratou operação de *swap* de câmbio, no valor *nominal* de US\$ 36.315 e US\$ 75.000 em 17 de janeiro de 2023 com valores de referência, respectivamente, de R\$ 187.750 e R\$ 383.363 com o objetivo de reforço de caixa e liquidez. O instrumento trocou a totalidade do risco de juros fixo de 5.29% + variação cambial por CDI + 1.65% e CDI + 1.60%, respectivamente, ambas com vencimento em parcela única em 17 de janeiro de 2025.

(iv) A controlada indireta AGV Solar VII contratou NDFs (non-deliverable forward) com o objetivo de proteger a totalidade dos pagamentos futuros em moeda estrangeira decorrentes dos compromissos estabelecidos para aquisição de placas solares utilizados na construção do Parque Solar. Os NDFs foram contratados em 18 de maio de 2023 e o valor *nominal* é de Reimembi da China (CN¥) 58.688 (equivalente a US\$ 8.415), os quais estão firmados com o Itaú e têm seus vencimentos entre julho e novembro de 2023. Em 30 de setembro de 2023, o valor justo dos referidos NDFs totalizavam uma posição passiva, líquida de R\$ 2.233. A contrapartida está reconhecida diretamente no patrimônio líquido, na rubrica "Outros resultados abrangentes". A referida Companhia possui regime de tributação pelo lucro real, dessa forma, constitui impostos fiscais diferidos sobre os efeitos desta operação.

Contratos futuros de energia

A AES Comercializadora possui contratos futuros de energia com vencimento até o exercício de 2024. O resultado real dos instrumentos financeiros de contratos futuros pode variar, uma vez que as marcações desses contratos foram realizadas considerando as respectivas datas-bases e seus valores em determinado momento. As transações seguem políticas de risco aprovadas, que buscam controlar as exposições de crédito com contrapartes assim como volume em MWh transacionado.

Em 30 de setembro de 2023, o valor *nominal* líquido entre contratos de compra e de venda era de R\$61.497, posição, a valor justo, ativa de R\$78.843 e posição passiva de R\$60.835, sendo o ganho de marcação a mercado reconhecido no resultado no montante de R\$10.229 (nota 24).

Notas Explicativas

Hedge de Fluxo de Caixa

A parcela altamente eficaz do *hedge* de fluxo de caixa, os ganhos e as perdas decorrentes das variações do valor justo do instrumento são reconhecidos no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”. A parcela não efetiva do *hedge* é registrada na demonstração do resultado financeiro, juntamente com os juros e variações cambiais da operação.

Para cálculo da efetividade do *hedge*, a Companhia não desassocia a parcela do risco de crédito da contraparte (bancos) uma vez que os contratos dos instrumentos de *hedge* são celebrados com instituições que possuem alta solvência e liquidez e baixo risco de crédito.

Quando um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa vence, é vendido ou extinto; ou quando um *hedge* de fluxo de caixa não mais atende aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo o ganho ou perda acumulado diferido e os custos de *hedge* diferidos existentes no patrimônio, são imediatamente reclassificados para o resultado.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados no período em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue: os ganhos ou perdas relacionadas a parcela efetiva dos *swaps* de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxa variáveis são reconhecidas na demonstração dos resultados como despesas financeira ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos.

Existe uma relação econômica entre os itens protegidos por *hedge* e os instrumentos de *hedge*, uma vez que os termos dos contratos correspondem às transações previstas.

Para fins de teste da efetividade do *hedge*, o Grupo usa o método da análise de regressão e correlação, comparando as mudanças no valor justo dos instrumentos de *hedge* com as mudanças no valor justo dos itens protegidos atribuíveis aos riscos protegidos.

Se a contabilização do *hedge* de fluxo de caixa for descontinuada, o montante que foi acumulado em outros resultados abrangentes deverá permanecer em outros resultados abrangentes acumulados se ainda houver a expectativa de que os fluxos de caixa futuros protegidos por *hedge* ocorram. Caso contrário, o valor será imediatamente reclassificado para o resultado com ajuste de reclassificação. Após descontinuada a contabilização, uma vez ocorrido o fluxo objeto do *hedge*, qualquer montante remanescente em outros resultados abrangentes acumulados deverão ser contabilizados, dependendo da natureza da transação subjacente.

30.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a.1) Risco de crédito

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 30 de setembro de 2023 é a seguinte:

Notas Explicativas

	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2023	31/12/2022	30/09/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa	3	87	35.056	23.881	195.872
Investimentos de curto prazo	3	516.016	352.000	2.446.962	3.587.700
Contas a receber de clientes	4	—	—	346.294	335.767
Cauções e depósitos vinculados	7	735	—	654.355	615.021
Total da exposição		516.838	387.056	3.471.492	4.734.360

(a.2) Risco de gerenciamento de capital

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

	Nota	Consolidado	
		30/09/2023	31/12/2022
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	11.696.973	10.895.030
Garantias de financiamento	7	(626.143)	(573.084)
Caixa e equivalentes de caixa	3	(23.881)	(195.872)
Investimentos de curto prazo	3	(2.446.962)	(3.587.700)
Dívida líquida		8.599.987	6.538.374
Patrimônio líquido		5.539.658	5.573.795
Índice de alavancagem financeira		155,24%	117,31%

Do endividamento financeiro total consolidado em 30 de setembro de 2023, 17,64% (8,05% em 31 de dezembro de 2022) era de curto prazo e o prazo médio dos empréstimos, financiamentos e debêntures é de 4,14 anos (4,9 anos em 31 de dezembro de 2022).

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia e suas controladas monitoram sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados para fins de *covenants*, conforme nota explicativa nº 15.3.

(a.3) Risco de liquidez

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas. Para a rubrica "Debêntures" e "Empréstimos e Financiamento" estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 15. As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total em 30 de setembro de 2023	Total em 31 de dezembro de 2022
Fornecedores	318.994	—	—	—	—	318.994	267.913
Debêntures	345.777	1.284.906	2.855.515	3.644.007	3.283.708	11.413.913	11.537.437
Empréstimos e Financiamentos	115.169	1.337.393	2.942.927	866.584	928.403	6.190.476	5.667.391
Passivo de arrendamento	1.856	5.568	1.209	22.949	158.816	190.398	180.221
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	—	1.066	—	—	—	1.066	286
Obrigações de aquisições	71.847	56.925	—	—	—	128.772	246.091
Total	853.643	2.685.858	5.799.651	4.533.540	4.370.927	18.243.619	17.899.339

Quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do período. Portanto, o CDI e IPCA utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 30 de setembro de 2023.

Notas Explicativas

Devido as projeções de juros, os montantes de 2023 foram recalculados e apresentados de forma atualizada.

(a.4) Riscos de mercado

Os principais riscos de mercado aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas são os seguintes:

Riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas possuem debêntures, empréstimos e financiamentos remunerados pela variação do DI, IPCA e TJLP, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras. Em 30 de setembro de 2023, as aplicações financeiras da Companhia e suas controladas foram alocadas em CDBs, rentabilizadas pelo CDI.

O montante de exposição líquida da Companhia e suas controladas aos riscos de taxas de juros na data base de 30 de setembro de 2023 é:

	Notas	30/09/2023	31/12/2022
Caixa e equivalentes de caixa (Operação compromissada)	3	12.924	137.851
Investimentos de curto prazo	3	2.446.962	3.587.700
Empréstimos, financiamentos e debêntures	15	(11.758.662)	(10.972.677)
Total da exposição líquida		(9.298.776)	(7.247.126)

Os montantes de empréstimos, financiamentos e debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao CDI e IPCA e não contemplam os saldos de custos de transação. Adicionalmente, o caixa não está sendo considerado como saldo da exposição, visto que não há risco de oscilação devido a mudanças nas taxas de juro de mercado.

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos investimentos e nas dívidas aos quais a Companhia e suas controladas estão expostas na data base de 30 de setembro de 2023, foram definidos 05 cenários diferentes para risco de taxa de juros e moeda estrangeira.

Para cada cenário foi calculada a receita e despesa financeira bruta, que representa o efeito esperado no resultado e/ou patrimônio líquido para um ano em cada cenário projetado, não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado. A data base utilizada da carteira foi 30 de setembro de 2023, projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Notas Explicativas

Risco de taxa de juros

Com base nos dados disponíveis na CETIP e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI, IPCA e TJLP para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras, ressarcimento e dívidas.

			Projeção Receitas Financeiras - 01 ano				
Aplicações financeiras	Risco	Posição em 30/09/2023	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			5,49%	8,24%	10,98%	13,73%	16,47%
Equivalentes de caixa (i)	CDI	12.924	710	1.065	1.419	1.774	2.129
Investimentos de curto prazo	CDI	2.446.962	134.338	201.630	268.676	335.968	403.015
Impacto no resultado			135.048	202.695	270.095	337.742	405.144
			Projeção Resultado Financeiro - 01 ano				
Ressarcimento	Risco	Posição em 30/09/2023	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			1,99%	2,99%	3,98%	4,98%	5,97%
Ressarcimento - ativo	IPCA	7.750	154	232	308	386	463
Ressarcimento - passivo	IPCA	(866.525)	(17.244)	(25.909)	(34.488)	(43.153)	(51.732)
Impacto no resultado			(17.090)	(25.677)	(34.180)	(42.767)	(51.269)
			Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
Dívidas	Risco	Posição em 30/09/2023	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			5,49%	8,24%	10,98%	13,73%	16,47%
9ª Emissão (1ª Série) - AES Operações	CDI	(1.387.183)	(90.790)	(129.319)	(167.708)	(206.237)	(244.626)
Scotiabank 4131 - AES Operações	CDI	(1.279.529)	(90.493)	(126.208)	(161.793)	(197.507)	(233.092)
Scotiabank 4131 - AES Brasil 1ª série	CDI	(196.290)	(14.089)	(19.574)	(25.038)	(30.522)	(35.987)
Scotiabank 4131 - AES Brasil 2ª série	CDI	(382.667)	(27.467)	(38.159)	(48.812)	(59.503)	(70.156)
Scotiabank 4131 - AES Brasil 3ª série	CDI	(185.285)	(13.397)	(18.577)	(23.737)	(28.917)	(34.077)
Debêntures - 1ª Emissão (Companhia)	CDI	(1.074.710)	(85.077)	(115.311)	(145.436)	(175.670)	(205.794)
BNDES - Complexo Eólico Cajuína	CDI	(783.272)	(57.048)	(78.954)	(100.781)	(122.687)	(144.514)
1ª Emissão - Veleiros	CDI	(439.610)	(31.091)	(43.361)	(55.587)	(67.858)	(80.084)
10ª Emissão - AES Operações	CDI	(840.308)	(59.430)	(82.885)	(106.254)	(129.710)	(153.079)
Impacto no resultado			(468.882)	(652.348)	(835.146)	(1.018.611)	(1.201.409)
IPCA			1,99%	2,99%	3,98%	4,98%	5,97%
1ª Emissão - Cajuína AB1	IPCA	(1.076.630)	(99.057)	(110.585)	(121.997)	(133.525)	(144.937)
9ª Emissão (2ª Série) - AES Operações	IPCA	(829.911)	(56.382)	(65.072)	(73.675)	(82.365)	(90.968)
6ª Emissão (2ª Série) - AES Operações	IPCA	(226.885)	(20.204)	(22.627)	(25.025)	(27.448)	(29.846)
BNB - Complexo Eólico Tucano (Anglo)	IPCA	(400.885)	(17.218)	(21.317)	(25.376)	(29.475)	(33.534)
1ª Emissão - Tucano Holding II	IPCA	(380.148)	(31.060)	(35.092)	(39.084)	(43.116)	(47.107)
9ª Emissão (3ª Série) - AES Operações	IPCA	(237.043)	(16.104)	(18.586)	(21.043)	(23.525)	(25.983)
8ª Emissão - AES Operações	IPCA	(212.156)	(17.248)	(19.497)	(21.724)	(23.973)	(26.200)
5ª Emissão - AES Operações	IPCA	(132.968)	(11.515)	(12.932)	(14.334)	(15.751)	(17.153)
Complexo Eólico Araripe	IPCA	(103.917)	(11.861)	(12.996)	(14.120)	(15.255)	(16.379)
Complexo Eólico Caetés	IPCA	(102.088)	(11.257)	(12.368)	(13.468)	(14.579)	(15.680)
Outros	IPCA	(52.305)	(1.041)	(1.564)	(2.082)	(2.605)	(3.123)
1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica	IPCA	(40.463)	(4.053)	(4.489)	(4.922)	(5.358)	(5.790)
1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica	IPCA	(22.077)	(2.153)	(2.390)	(2.626)	(2.863)	(3.098)
Impacto no resultado			(299.153)	(339.515)	(379.476)	(419.838)	(459.798)
TJLP			2,90%	4,34%	5,79%	7,24%	8,69%
BNDES - Complexo Eólico Araripe	TJLP	(474.508)	(24.503)	(31.486)	(38.531)	(45.549)	(52.581)
BNDES - Complexo Eólico Caetés	TJLP	(456.937)	(23.595)	(30.320)	(37.105)	(43.863)	(50.634)
BNDES - Complexo Ventus	TJLP	(164.634)	(9.196)	(11.629)	(14.083)	(16.528)	(18.977)
BNDES - Complexos Eólicos Salinas e Mandacaru	TJLP	(147.985)	(7.246)	(9.418)	(11.610)	(13.793)	(15.980)
BNDES - Complexo Eólico Cassino	TJLP	(128.268)	(6.597)	(8.484)	(10.389)	(12.285)	(14.186)
Impacto no resultado			(71.137)	(91.337)	(111.718)	(132.018)	(152.358)
Total da exposição líquida			(721.214)	(906.182)	(1.090.425)	(1.275.492)	(1.459.690)

(i) O caixa não está sendo considerado na análise de sensibilidade, visto que não há exposição a riscos de mercado.

Notas Explicativas

A dívida dos complexos Salinas e Mandacarú junto ao BNB ("Banco do Nordeste") possui taxa prefixada, dessa forma, sem exposição ao risco de mercado.

Risco de moeda estrangeira

A controlada indireta AGV Solar VII, com propósito de proteger suas operações contra os riscos de flutuação na taxa de câmbio incidentes em compromissos futuros, contratou instrumentos financeiros derivativos *Non-Deliverable Forward* (NDF).

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros NDF com exposição cambial no resultado segue abaixo:

Instrumentos	Risco	Posição em 30/09/2023	Projeção Resultado Financeiro - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Derivativos - Non-Deliverable Forward (NDF)	Reimembri	(2.233)	(17.543)	(8.764)	13.927	8.792	17.571
Impacto no resultado		(2.233)	(17.543)	(8.764)	13.927	8.792	17.571

(a.5) Riscos de concentração - Fornecedores

A concentração de fornecedores pode expor a Companhia a riscos financeiros significativos de crédito ou de desempenho. Muitas vezes a Companhia depende de um único fornecedor contratado ou de um pequeno número de fornecedores para o fornecimento de aerogeradores e outros serviços necessários à operação dos complexos. Se esses fornecedores não conseguem cumprir com as suas obrigações operacionais, a Companhia busca atender às suas necessidades comprando de outros fornecedores, a preços de mercado, se expondo à volatilidade dos preços e ao risco de não estarem disponíveis durante determinados períodos, o que poderia impactar negativamente a lucratividade e afetar os resultados operacionais, e a violação de acordos com outras contrapartes, incluindo, sem limitação, clientes ou credores. Qualquer falha de um fornecedor no cumprimento de suas obrigações contratuais poderá ter um efeito adverso relevante nos resultados financeiros da Companhia.

31 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa consolidado foram as seguintes:

	Consolidado	
	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2022 a 30/09/2022
Compensações de PIS e COFINS	817	45.566
Compensações de IRPJ e CSLL	61	154
Total	878	45.720

A Companhia e suas controladas classificam os juros pagos e recebidos como atividade operacional (juros de dívidas e aplicações financeiras, dentre outros), com exceção aos juros pagos que são capitalizados como parte do custo de construção da infraestrutura, os quais são classificados como desembolso de caixa, nas atividades de investimento (adição de ativo imobilizado e intangível). A seguir é demonstrada a conciliação dos pagamentos de juros alocados por atividade nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2022 a 30/09/2022	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2022 a 30/09/2022
Pagamento de juros apresentado nas atividades operacionais	(168.626)	(105.664)	(202.066)	(172.897)
Pagamento de juros apresentado nas atividades de investimento (juros capitalizados)	—	—	(356.498)	(205.891)
Total de pagamento de juros	(168.626)	(105.664)	(558.564)	(378.788)

Notas Explicativas

As principais transações que não impactaram caixa e equivalentes de caixa da Companhia da atividade de investimento foram as seguintes:

	Consolidado	
	01/01/2023 a 30/09/2023	01/01/2022 a 30/09/2022
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	23.847	1.593
Total	23.847	1.593

A conciliação entre o passivo decorrente da atividade de financiamento e o fluxo de caixa é conforme a seguir:

	Nota	Controladora			Consolidado		
		Empréstimos, financiamentos e debêntures	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	Total	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.298.543	147	1.298.690	10.895.030	286	10.895.316
- Itens que afetam o fluxo de caixa							
Ingressos	15	571.113	—	571.113	1.008.104	—	1.008.104
Pagamentos de principal	15	(1.327)	—	(1.327)	(529.813)	—	(529.813)
Diferimento custos de transação		—	—	—	(942)	—	(942)
Pagamento de encargos financeiros (i)		(168.626)	—	(168.626)	(202.066)	—	(202.066)
Juros capitalizados	28	—	—	—	(356.498)	—	(356.498)
Pagamento de dividendos		—	(5)	(5)	—	(153.950)	(153.950)
- Itens que não afetam o fluxo de caixa							
Encargos de dívida	15	154.173	—	154.173	820.320	—	820.320
Variação monetária	15	—	—	—	130.784	—	130.784
Variação cambial	15	(20.111)	—	(20.111)	(67.946)	—	(67.946)
Prescrição de dividendos		—	5	5	—	5	5
Destinação de dividendos		—	—	—	—	154.725	154.725
Saldos em 30 de setembro de 2023		1.833.765	147	1.833.912	11.696.973	1.066	11.698.039

(i) Os encargos financeiros pagos são classificados como fluxos de caixa das atividades operacionais.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
AES Brasil Energia S.A.
São Paulo - SP
Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da AES Brasil Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2023, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e nove meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A diretoria é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com a NBC TG 21 Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com a NBC TG 21 e norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 03 de novembro de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP034519/O-6

Adilvo França Junior
Contador CRC- 1BA021419/O

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da AES Brasil Energia S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.663.076/0001-07, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/2022, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 30 de setembro de 2023.

São Paulo, 03 de novembro de 2023.

Diretores:

Rogério Pereira Jorge
Diretor-Presidente

Carlos Renato Xavier Pompermaier
Diretor Vice-Presidente

Jose Ricardo Elbel Simao
Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Os Diretores da AES Brasil Energia S.A. ("Companhia"), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.663.076/0001-07, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, 12º andar, Condomínio Centro Empresarial Berrini, Brooklin Paulista, São Paulo, SP, Brasil, nos termos e para os fins das disposições constantes nos incisos V e VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/2022, DECLARAM que reviram, discutiram e concordam com as conclusões expressas no Relatório de Revisão dos Auditores Independentes da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes, bem como que reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Contábeis da Companhia referentes ao exercício social findo em 30 de setembro de 2023.

São Paulo, 03 de novembro de 2023.

Diretores:

Rogério Pereira Jorge
Diretor-Presidente

Carlos Renato Xavier Pompermaier
Diretor Vice-Presidente

Jose Ricardo Elbel Simao
Diretor Vice-Presidente e de Relações com Investidores